

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

JONATAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: o Caso do Programa
de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil.**

Rio Claro - SP
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

JONATAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: o Caso do Programa
de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Giacomo Baccarin

Rio Claro - SP

2015

630
O48p Oliveira, Jonatan Alexandre de
 Políticas públicas pra agricultura familiar: o caso do
 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estdo de São
 Paulo, Brasil / Jonatan Alexandre de Oliveira. - Rio Claro,
 2016
 103 f. : il., gráfs., mapas

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: José Giacomo Baccarin

 1. Agricultura 2.Modernização da agricultura. Título.

JONATAN ALEXANDRE DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: o Caso do Programa
de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. JOSÉ GIACOMO BACCARIN (Orientador)

(Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGCE da UNESP, Rio Claro/SP)

Prof. Dra. DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA

(Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGCE da UNESP, Rio Claro/SP)

Prof. Dra. SANY SPINOLA ALEIXO

(Docente Centro Universitário de São José do Rio Preto, UNIRP, Rio Preto/SP)

Resultado:

A minha mãe e familiares, por todo o apoio concedido.

Elena Cristo Lopes de Oliveira e Jordão Martins de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Edna Martins de Oliveira, pelo carinho e afeto dedicado ao longo de toda minha vida.

Ao professor Dr. José Giacomo Baccarin, pela valiosa orientação e confiança.

Ao professor Eneas Rente Ferreira e à professora Darlene Aparecida Ferreira de Oliveira pelo apoio, contribuindo para o amadurecimento desta dissertação.

A professora Darlene Ferreira de Oliveira pela participação na banca de defesa do Mestrado, contribuindo com importantes sugestões.

À Coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento através da bolsa de mestrado, recurso que muito contribuiu para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, pela oportunidade concedida de realizar minha Pós-Graduação, nível de mestrado, nesta instituição de prestígio.

À Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pelos dados concedidos.

Aos meus amigos, familiares, namorada e a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Muito Obrigado!

RESUMO

O objetivo geral da dissertação é avaliar, no período 2003-2012, a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em São Paulo, procurando relacionar sua distribuição no espaço agrário estadual com indicadores econômicos, políticos e sociais de seus agricultores familiares. Especificamente, compara-se a ação da CONAB/SP com outras superintendências regionais; estuda-se a execução de duas modalidades do PAA, a Compra com Doação Simultânea e a Formação de Estoque; avalia-se o alcance social do Programa, em termos de agricultores familiares e pessoas em insegurança alimentar beneficiados; relaciona-se a distribuição espacial do PAA com a importância relativa dos agricultores familiares, com o índice de desenvolvimento das regiões paulistas, com a existência de assentamentos de reforma agrária e com a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A respeito da metodologia, realizou-se levantamento sobre as principais políticas públicas para agricultura familiar tais como PRONAF, PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Posteriormente, efetuou-se estudo avaliativo de dados secundários associado a pesquisa documental. Para os dados secundários buscaram-se informações junto a órgãos federais e estaduais ligados às questões agrícolas e agrárias. No que diz respeito à pesquisa documental foi avaliado um conjunto de textos e relatórios do Governo Federal, com ênfase nos Balanços de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2012 da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A primeira parte do trabalho aborda o contexto histórico de políticas que atuaram na conformação do espaço agrícola brasileiro entre 1960 e 1990, em que houve exclusão da agricultura familiar, seguido de uma relativa reversão a partir da criação do PRONAF em 1996. Essa atenção específica com a agricultura familiar foi reforçada com a criação do PAA em 2003, que atualmente conta com cinco modalidades e procura o desenvolvimento de espaço rural equitativo, estimulando a comercialização e geração de renda para agricultura familiar, ao mesmo tempo, que beneficia populações em situação de insegurança alimentar. Na segunda parte, aborda-se a execução do PAA entre 2003 e 2012 no espaço agrícola brasileiro, levando em consideração as disparidades regionais do País. Na terceira parte analisa-se a execução e a distribuição do PAA em São Paulo, podendo-se relacionar alguns resultados. A CONAB/SP tem apresentado um desempenho relativo melhor que o conjunto das outras superintendências regionais; a modalidade Compra com Doação Simultânea atinge número mais expressivo de municípios; o

PAA vem sendo aplicado com maior intensidade em favor dos agricultores familiares e assentados de regiões mais empobrecidas; há forte vínculo do PAA com os assentamentos de reforma agrária; o PAA parece complementar o PRONAF, na medida em que atende com maior intensidade justamente aqueles agricultores com maiores dificuldades de acesso ao programa de crédito rural.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Modernização da Agricultura; São Paulo; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The general purpose of this work is to evaluate, in the period 2003-2012, the implementation of the Family Agriculture Food Acquisition Program (PAA) by the regional office of the National Supply Company (Conab) in Sao Paulo, trying to relate their distribution in agrarian space state with economic indicators, political and social rights of their farmers. Specifically, we compare the action of Conab / SP with other regional offices; It studies the performance of two types of EAP, Purchase with Simultaneous Donation and the Inventory Training for Family Agriculture assesses the social impact of the program, in terms of family farmers and people in processed food insecurity; It relates to the spatial distribution of PAA with the relative importance of family farmers, with the development index of the São Paulo regions with the existence of agrarian reform settlements and the implementation of the National Family Farming Strengthening Program (PRONAF). Regarding the methodology, we carried out a survey on the main public policies for family farming such as PRONAF, PAA and National School Feeding Programme (PNAE). Subsequently made up evaluative study of secondary data associated with documentary research. For secondary data sought up information from the federal and state agencies linked to agricultural and land issues. With regard to the documentary research was rated a set of texts and reports from the Federal Government, with emphasis on Balance Assessment Implementation of 2003-2012 Food Acquisition Program of the Department of Evaluation and Management of Information of the Ministry of Social Development and Fight against Hunger. The first part of the work deals with the historical background of policies that worked in the conformation of the Brazilian agricultural land between 1960 and 1990, when there was exclusion of family farming, followed by a relative reversal from the creation of PRONAF in 1996. This specific attention to family farming has been strengthened with the creation of the PAA in 2003, which currently has six different modes and seeks the development of equitable rural areas, encouraging the marketing and income generation for family farmers, while benefiting people in a situation of food insecurity. The second part deals with the implementation of the AAP between 2003 and 2012 in the Brazilian agricultural space, taking into account regional disparities in the country. In the third part analyzes the implementation and distribution of PAA in São Paulo, and may be related some results. CONAB / SP has shown relative performance better than all the other regional offices; Purchase with Simultaneous Donation mode reaches more significant number of municipalities; PAA has been applied with greater intensity in favor of family farmers and settlers of the poorest regions; there is a strong bond

of PAA with the agrarian reform settlements; PAA appears to complement the PRONAF, in that it serves more intensely precisely those farmers with greater difficulties of access to rural credit program.

Keywords: Acquisition of Food Programme of Family Agriculture (PAA); Modernisation Agriculture; Sao Paulo; Family Agriculture; Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição geográfica do percentual de Agricultores familiares no Brasil.....	38
GRÁFICO 2 – Participação porcentual regional do montante de recursos contratados do PRONAF, 1999, 2006 2012.....	38
GRÁFICO 3 – Recursos em Reais aplicados pelo PAA, regiões Brasil, 2003-2012.....	50
GRÁFICO 4 – Número de famílias de agricultores que participam do PAA nas regiões brasileiras, 2003 a 2012.....	54
GRÁFICO 5 - Valores médio dos recursos, do PAA em reais do PAA , acessados por família 2003 a 2012, Brasil.....	55
GRÁFICO 6 - Quantidade de produtos, em toneladas, adquirida pelo PAA em regiões brasileiras, 2003 a 2012.....	57
GRÁFICO 7 - Regiões Administrativas paulistas classificadas de acordo com a renda per capita, em reais.....	66

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 –Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.....	65
MAPA 2 – Municípios Vinculados à Modalidade Formação de Estoque São Paulo (2012).....	68
MAPA 3 – Municípios Vinculados à Modalidade Compra com Doação Simultânea São Paulo (2012).....	69
MAPA 4 – Distribuição Espacial PAA e Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo (2012).....	70
MAPA 5 – Relação PAA-PRONAF no Estado de São Paulo (2012).....	72

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição porcentual da produção física de algumas lavouras por estabelecimentos agrupados segundo a área em hectares, Brasil, 1970 e 1980.....	25
TABELA 2 – Recursos e Contratos do PRONAF no Brasil entre 1999 e 2012, em milhões de reais, atualizados pelo IGP-DI para 2013.....	36
TABELA 3 - Liberação dos Recursos em milhões de Reais do PRONAF por Região do Brasil, 1999 a 2012, valores atualizados para 2013.....	37
TABELA 4 – Participação de São Paulo no PAA nacional, em número de agricultores beneficiados e valor gasto, 2003-2012.....	61
TABELA 5 – Participação porcentual do PAA em faixas de municípios com diferentes participações da agricultura familiar/AF nos estabelecimentos agropecuários, São Paulo, 2012.....	64
TABELA 6 – Perfil das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, em ordem crescente de população.....	65
TABELA 7 - Distribuição das modalidades do PAA entre regiões administrativas de São Paulo, em ordem decrescente de importância da Compra com Doação Simultânea, 2012.....	67
TABELA 8 - Distribuição do PRONAF e PAA em grupos de municípios de acordo com o percentual de agricultores familiares que acessam o PRONAF, São Paulo, 2012.....	73

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil
BASA - Banco de Crédito Amazônia S/A
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CAI - Complexo Agroindustrial
CFP - Comissão de Financiamento da Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IEA – Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo
ITESP – Fundação Instituto de Terras Estado de São Paulo
MA - Ministério da Agricultura
MAPA - Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MF - Ministério da Fazenda
MPOG - Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEA - Núcleo de Estudos Agrários
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.
PFZ - Programa Fome Zero
PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos

PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar

PNB - Plano Brasil Novo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SPG - Sistema Participativo de Garantia

ULTRAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 HIPÓTESE E OBJETIVOS	18
1.2 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	19
2 AGRICULTURA FAMILIAR E A QUESTÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA ENTRE 1960 E 2012	22
2.1 A QUESTÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA EM 1960 E 1970: A OPÇÃO PELA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	22
2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MARGINALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	26
2.3 DESACELERAÇÃO NA DÉCADA DE 1980 E REFORMAS LIBERAIS NO INÍCIO DE 1990	29
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR COMO OBJETO ESPECÍFICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA	33
2.5 A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A INCORPORAÇÃO DA GARANTIA DE PREÇOS	40
3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE 2003 A 2012.....	49
4 EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	61
4.1 EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO DE ESTOQUE E COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA EM 2012	62
4.2 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E PAA	63
4.3 DISTRIBUIÇÃO DO PAA ENTRE REGIÕES ADMINISTRATIVAS	64
4.4 REFORMA AGRÁRIA E PAA	69
4.5 PRONAF E PAA	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICES.....	84
APÊNDICE A – EXECUÇÃO MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA, SÃO PAULO, 2012.....	84
APÊNDICE B – EXECUÇÃO MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUE, SÃO PAULO, 2012.....	92
APÊNDICE C – ASSENTAMENTOS CADASTRADOS NO (ITESP), SÃO PAULO, 2012.	94
APÊNDICE D – ASSENTAMENTOS CADASTRADOS NO (INCRA), SÃO PAULO, 2012.	98

1 INTRODUÇÃO

A realização do estudo parte da necessidade de investigar a organização espacial do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) na agricultura brasileira com ênfase ao estado de São Paulo, com objetivo de apreender sua contribuição na conformação de uma realidade agrícola mais equitativa.

O estudo justifica-se perante as mudanças na orientação de políticas públicas voltadas para a agricultura brasileira, que, em seu esforço modernizante, entre 1960 e meados dos anos 1990, praticamente, desconsiderou as especificidades e necessidades próprias da agricultura familiar, o que contribuiu para aumento de sua exclusão.

Tal situação sofreu relativa alteração em 1996, quando a agricultura familiar teve seu reconhecimento aumentado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao fornecimento de créditos de investimento e custeio com juros menores dos que os praticados para a chamada agricultura empresarial. Contribuíram para isso a diminuição abrupta da renda que atingiu toda a agricultura brasileira na esteira da valorização do Real, o aumento dos conflitos fundiários, com registros de dezenas de mortes, obrigando maior intervenção pública, bem como a mobilização e reivindicação de agricultores familiares, especialmente da Região Sul, e de cientistas sociais em favor da instituição de programas específicos.

O escopo de programas voltados para a agricultura familiar aumentou em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, ao se instituir, pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), baseado em pagamento de preços maiores dos que os constatados em mercados tradicionais para os agricultores. Com isso, procurava-se aumentar a renda e a inclusão econômica e social dos agricultores familiares, criando novos canais de venda, no mais das vezes de abrangência regional, os chamados circuitos curtos de comercialização. Ao mesmo tempo, os alimentos adquiridos pelo poder público deveriam ser destinado ao consumo de parcelas da população em insegurança alimentar. Como se verá adiante, o PAA é executado através de diversas modalidades, entre elas a Compra com Doação Simultânea.

Tal orientação foi reforçada em 2009, quando da regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, cujo principal intuito é combater as deficiências nutricionais do alunado brasileiro (BRASIL, 2009). O Artigo 14 dessa Lei estipula que no mínimo 30% dos recursos para alimentação

escolar recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por governos estaduais e municipais devam ser gastos na compra de produtos de agricultores familiares. Também aqui se prevê que os preços recebidos pelos agricultores sejam mais altos do que os de mercados convencionais.

Além das políticas de garantia de preços, como o PAA e o Artigo 14 do PNAE, vem-se elaborando e implantando outras políticas direcionadas à agricultura familiar nos campos, por exemplo, do seguro rural e da assistência técnica e extensão rural. Neste caso, depois do Governo Federal deixar de atuar na área de ATER em 1990, a partir de 2004 foram recuperando as normativas e instituições que refundaram o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural direcionadas especificamente para a agricultura familiar, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ao mesmo tempo, não se deve olvidar que reforçaram-se as ações de assentamentos de novas famílias em áreas públicas (colonização) e desapropriadas (reforma agrária) a partir de 1996, com destaque aos períodos 1997-1999 e 2004-2008, contribuindo para o aumento do público demandante de políticas para a agricultura familiar (BACCARIN, 2011).

Embora o objeto da presente dissertação seja bem mais específico e localizado em termos regionais, julga-se importante destacar que nos últimos 20 anos o leque de políticas públicas específicas para a agricultura familiar aumentou consideravelmente, mesmo por que trabalha-se com a suposição da existência de sinergias entre os programas e ações públicas. Assim, a possibilidade de se obter crédito via PRONAF estimulou maior formalização e organização dos agricultores familiares, o que, em princípio, poderia dar-lhes maiores possibilidade de participação em outros programas, como o PAA, da mesma forma que esse favoreceria a adesão ao PNAE e, assim por diante.

Ao mesmo tempo, várias das conquistas foram frutos de amplas mobilizações sociais, cujas reivindicações vão se alterando e ampliando. Assim, aqueles que em determinado momento lutaram para a conquista da terra, em momentos posteriores reivindicam e procuram acessar novas políticas públicas, de crédito e garantia de preços, por exemplo. No que, aliás, podem ser beneficiados pelo fortalecimento de sua capacidade organizativa forjada nos vários anos de lutas sociais.

Ainda que muito óbvio, deve-se considerar também que a importância relativa de agricultores familiares em relação ao número total ou renda bruta de toda a agricultura de determinada região ou estado estaria relacionada positivamente com o maior acesso a políticas públicas da agricultura familiar. No mesmo sentido, espera-se que essa relação

aconteça ao se levar conta o nível de formalização e organização dos agricultores em associações e cooperativas.

Voltando-se ao PAA, sua execução com recursos federais, muitas vezes, é feita via convênios ou termos de cooperação estabelecidos com estados e municípios, que ficam responsáveis pela sua operacionalização junto aos agricultores familiares. Também pode ser feita diretamente por órgão federal, sendo executor, nesse caso, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que, com isso, ampliou seu leque de ações, atendendo especificamente agricultores familiares. Até 2003, a CONAB tinha uma atuação mais restrita, associada ao gerenciamento dos estoques de produtos agrícolas e a execução do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cujos beneficiários, em sua imensa maioria, eram grandes agricultores e empresas dedicadas à venda ou processamento de produtos agrícolas, como agroindústrias e grandes cooperativas.

A proposta dessa dissertação é analisar especificamente a ação da Superintendência Regional de São Paulo da CONAB na execução de duas modalidades do PAA no estado de São Paulo no período 2003 a 2012, relacionando-se sua distribuição, neste último ano, com variáveis organizativas, econômicas e sociais de agricultores familiares do Estado. Para tanto, será tomado como base o estudo das motivações sociais, da formulação e implantação recente de um conjunto de políticas para a agricultura familiar, entre elas o PRONAF. Também se levará em conta o desenvolvimento institucional e a execução do PAA no Brasil, de 2003 a 2012.

Ao escolher o estado de São Paulo como região do estudo, deve-se considerar os efeitos que a lavoura canavieira exerce sobre o uso de seu solo agrícola e sua estrutura fundiária. No mais das vezes, a cana é cultivada em imensos estabelecimentos agropecuários, englobando, inclusive área arrendada de pequenos agricultores e diminuindo o espaço para outras atividades agropecuárias. Segundo Baccarin et al (2014), em 2010, a cana-de-açúcar, com seus 5,8 milhões de hectares, ocupava área superior aos 4,1 milhões de hectares, resultados da soma das áreas de todas as demais lavouras, permanentes e temporárias, e das florestas plantadas na agricultura de São Paulo.

Ainda assim, a agricultura familiar do Estado contava, em 2006, com 151.015 estabelecimentos agropecuários, usando área de 2,5 milhões de hectares e ocupando 328.177 pessoas, equivalentes a 36,1% da força de trabalho na agricultura paulista (IBGE, 2012). Em termos de valor da produção, a agricultura familiar apresentava participação de 15,7% do valor gerado nos campos paulistas (CORÁ & BELIK, 2012). No caso da horticultura essa participação era bem maior, atingindo 41,0%, destacando-se também as participações na

produção do leite, 39,3%, arroz, 34,1%, e feijão, 19,9%, esses três últimos produtos altamente consumidos pela população.

Outro dado pertinente diz respeito à organização e formalização dos agricultores familiares no Estado. Não foi possível encontrar informações sobre o número de associações e de cooperativas dos agricultores familiares paulistas. Entretanto, em 2011 foi constatado, conforme registros do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), que 97.717 agricultores familiares apresentaram a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa em São Paulo, número expressivo frente aos 151.015 estabelecimentos de agricultura familiar elencados no Censo de 2006.

1.1 HIPÓTESE E OBJETIVOS

As motivações do estudo podem ser traduzidas em algumas perguntas. Como se procedeu a mudança na orientação da política agrícola brasileira que, a partir de uma desconsideração anterior quase total, após meados da década de 1990 passou a incorporar ações específicas para a agricultura familiar? Como o Programa de Aquisições da Agricultura Familiar (PAA) se construiu no espaço agrícola brasileiro e qual a avaliação da atuação da CONAB na aplicação do PAA em escala nacional? A terceira questão, diretamente relacionada com o objetivo da dissertação, diz respeito à avaliação da atuação da CONAB em um território específico, o estado de São Paulo.

Para orientar as perguntas centrais da investigação foi adotada a hipótese de que houve maior articulação entre Estado e agricultura familiar com a criação do PRONAF, PAA e PNAE e outras políticas públicas e com o aumento, ainda que com fortes flutuações, do número de assentamentos no País. Isso não deve impedir a percepção de que essa nova orientação é cercada por disputas políticas no âmbito do Governo Federal, que mantém também políticas específicas para a agricultura empresarial, o que contribui para limitar o alcance e avanços das políticas para a agricultura familiar.

A partir das questões centrais da pesquisa e da hipótese acima aludida, o objetivo geral da dissertação pode ser assim delineado: Avaliar, no período 2003-2012, a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em São Paulo, procurando relacionar sua distribuição no espaço agrícola estadual com indicadores econômicos, políticos e sociais de seus agricultores familiares. Deste objetivo geral desdobram-se alguns específicos:

a) Avaliar a capacidade de ação da Superintendência de São Paulo da CONAB na execução do PAA em relação ao conjunto das outras superintendências regionais do País;

- b) Estudar comparativamente a execução pela CONAB/SP de duas modalidades do PAA, a Compra com Doação Simultânea e a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar;
- c) Avaliar a evolução do alcance social desse programa, especialmente em termos de agricultores familiares e pessoas em insegurança alimentar beneficiados;
- d) Relacionar a distribuição espacial do PAA no Estado de São Paulo com a importância relativa dos agricultores familiares e com o índice de desenvolvimento das Regiões Administrativas paulistas;
- e) Verificar se a distribuição do PAA guarda relação com a existência de assentamentos nos municípios paulistas;
- f) Verificar se a distribuição do PAA no estado de São Paulo está relacionada com a execução do PRONAF.

1.2 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A respeito da metodologia foi realizado, ampla revisão bibliográfica acerca do modelo de atuação do Estado entre 1960 e 2012 abordando temas relacionados à estrutura do espaço agrário brasileiro, políticas públicas, complexo agroindustrial, o papel da agricultura familiar no Brasil, transformações na agricultura familiar, modernização da agricultura, relação campo-cidade e processo de construção de políticas para agricultura familiar.

Ademais, foram consideradas as publicações oficiais do governo, como leis, portarias, relatórios e transparência pública. Esse conjunto de documento permitiu resgatar parte do contexto histórico da agricultura familiar e, sobretudo, identificar as ideias que nortearam a origem das políticas públicas para agricultura familiar.

A participação em reunião e eventos do Núcleo de Estudos Agrários (NEA) do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, campus de Rio Claro contribuiu para o aprofundamento teórico-metodológico sobre a temática pesquisada.

Foi realizado levantamento de dados secundários sobre as principais políticas públicas para agricultura familiar tais como: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Foram considerados os dados do Censo Agropecuário (2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial as informações da agricultura familiar.

Realizou-se estudo avaliativo de dados secundários associado à pesquisa documental. Para os dados secundários buscaram-se informações junto à Secretária da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de

Abastecimento (CONAB), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo e Secretária de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

No que diz respeito à pesquisa documental foi avaliado um conjunto de textos e relatórios do Governo Federal com ênfase nos Balanços de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2012, disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informações (SAGI), que avalia e monitora programas, projetos e serviços executados pelo MDS.

As informações e dados de origem secundária foram sistematizados em planilhas para que seus resultados fossem utilizados na elaboração de um banco de dados e na confecção de tabelas, mapas, quadros, gráficos e cartogramas, com a utilização dos softwares AutoCAD, Core Draw e Microsoft Excel. As diferentes variáveis coletadas foram especializadas por meio de mapas temáticos objetivando a caracterização e espacialização do PAA no espaço agrícola nacional do estado de São Paulo.

Ademais, realizou-se um levantamento específico de dados com ênfase nas operações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), considerando as modalidades Formação de Estoques e Compra com Doação Simultânea e Compra Direta da Agricultura Familiar¹, que junto com as demais modalidades serão descritas em capítulo posterior. Coletaram-se e trabalharam-se informações que evidenciassem a execução do PAA em nível nacional nas operações da CONAB, entre 2003 e 2012. Posteriormente, realizou-se uma análise do PAA entre as cinco regiões brasileiras Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A terceira etapa foi sistematizar os dados de execução do PAA no estado de São Paulo.

Os dados da execução do PRONAF em São Paulo foram obtidos junto a publicações do Banco Central do Brasil. Quanto aos assentamentos, em especial sua localização geográfica, as informações foram obtidas junto a publicações da Superintendência Regional do INCRA São Paulo e do ITESP. Da Secretária de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo obtiveram-se informações a respeito do nível de desenvolvimento das regiões administrativas paulistas.

¹ Ressalta-se que as informações relacionadas a modalidade CDAF foram consideradas apenas em âmbito nacional. Devido a falta de dados em nível estadual a modalidade não foi considerada para análise da atuação do PAA no estado de São Paulo (2012).

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro contextualiza a questão agrícola brasileira entre 1960 e 2012, destacando-se a exclusão da agricultura familiar frente as políticas públicas direcionadas à agricultura não-familiar até 1990. Após o resgate histórico sobre a questão agrícola brasileira, o trabalho procurou destacar o processo de construção das principais políticas públicas para agricultura familiar instituídas a partir de 1996 com o PRONAF.

O segundo capítulo compreende a execução do PAA, entre 2003 e 2012, no Brasil e em suas regiões geográficas. Destacam-se não só os dados que revelam a abrangência do Programa, bem como as mudanças institucionais que ocorreram ao longo do período.

O terceiro faz uma avaliação da atuação da CONAB na aplicação do PAA no estado de São Paulo, destacando com quais variáveis a distribuição do PAA está se relacionando.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E A QUESTÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA ENTRE 1960 E 2012

Este capítulo aborda, inicialmente, os principais aspectos concernentes ao processo da modernização da agricultura brasileira tais como: Revolução Verde; Sistema Nacional de Crédito Rural (SNRC); Complexos Agroindustriais (CAI); Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Crise do Estado na década de 1980. Buscaram-se informações que evidenciassem a atuação do Estado no espaço agrícola brasileiro entre 1960 e 1990, revelando as culturas contempladas pelo processo de modernização da agricultura, a distribuição de créditos por regiões e, sobretudo, a exclusão da agricultura familiar.

Em um segundo momento, procura-se discutir as mudanças de orientação na condução da política agrícola brasileira, a partir dos meados da década de 1990, que permitiram a criação e maior execução de programas vinculados especificamente à agricultura familiar, com destaque para o PRONAF, PAA e PNAE.

2.1 A QUESTÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA EM 1960 E 1970: A OPÇÃO PELA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

No final dos anos 1950 e início dos 1960 ampla discussão acadêmica e político-social estabeleceu-se em relação ao papel da agricultura no desenvolvimento econômico do Brasil (BACCARIN, 2011). Alguns entendiam que era necessária massiva reformulação da estrutura fundiária brasileira, com a desapropriação de latifúndios e criação de extensa camada de agricultores pequenos e médios, a fim de aumentar o consumo de bens intermediários, de capital e mesmo de consumo durável e não durável no agro nacional, ao mesmo tempo que se ampliaria a produção agrícola para o mercado interno, em franca expansão fruto da industrialização/urbanização, e para a exportação.

Outros, contudo, propugnavam a necessidade de apenas se adotarem políticas que estimulassem a transformação tecnológica da agricultura, tomando por base os efeitos positivos na produção agrícola que se evidenciavam em várias partes do mundo sob o designo da chamada Revolução Verde. Esta pressupunha a adoção maciça de tecnologias químico-biológica (fertilizantes, agrotóxicos, variedades e raças geneticamente melhoradas) e mecânica para aumentar a produtividade do trabalho, da terra e do rebanho.

Como se sabe, essa proposta foi vitoriosa no campo da política, a partir do Golpe Militar de 1964. Optou-se pela adoção de políticas públicas que conformaram o que autores como Goodman et al. (1985) denominaram de modernização conservadora da agricultura brasileira. Ou seja, não se alterou profundamente a estrutura agrária e se adotaram ações

públicas, especialmente no crédito rural e na pesquisa agropecuária, para propiciar mudanças tecnológicas na agropecuária nacional.

Incorporar tecnologias na agropecuária significa aumentar o consumo de bens industriais, como tratores, colhedoras, agrotóxicos e fertilizantes. Significa também aumentar a produção de matérias primas a serem processadas pelas agroindústrias. Ou seja, representa o fortalecimento das relações específicas técnico-econômicas da agricultura com a indústria e ramos terciários, contribuindo para a formação dos complexos agroindustriais (KAGEYAMA et al, 1990).

Inicia-se com certo vigor um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro, CAI. Esta mudança significativa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rural, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais. (DELGADO, 1985, p. 19)

Sobre o mesmo processo, Elias (2007) destaca o estabelecimento de uma nova relação entre o rural e o urbano.

Entre as características desse segmento econômico, está forte integração ao circuito da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, entre o espaço agrícola racionalizado e o espaço urbano próximo. Estas se desenvolvem atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados das empresas relacionadas aos complexos agroindustriais. (ELIAS, 2007, p. 50)

Isso condizia para o aprofundamento da industrialização brasileira que procurava internalizar a produção de bens de capital (entre eles, os tratores) e produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo), fato reforçado no Plano de Metas de 1956-60 e no II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974-80. Além disso, entendia-se que, modernizada, a agropecuária contribuiria mais eficazmente para o controle da inflação e o alcance de saldos comerciais positivos.

Alguns entendem, inclusive, que a modernização agropecuária privilegiou os produtos de exportação.

Afora, as condições relativamente favoráveis da demanda externa e a política de minidesvalorização (que incentivou as exportações agrícolas), outros fatores de peso contribuíram para explicar a evolução indicada, começando pelas características do processo de relativa “modernização” que envolveu a agricultura brasileira desde os anos 50. Essa modernização, a nível tecnológico, beneficiou fundamentalmente as culturas do café, algodão, cana-de-açúcar, soja, laranja, batata e trigo, os cinco primeiros produtos de exportação. E foram estas culturas que puderam então desfrutar dos subsídios concedidos aos insumos químicos e que sofreram um processo de mecanização mais acentuado. Contribuiu no mesmo sentido a concentração

do crédito rural especialmente em torno dos produtos citados e para os grande proprietários, em função das maiores garantias que podem oferecer. (SERRA, 1982, p. 41)

Pode-se dizer que não existiam políticas públicas agrícolas que proporcionassem o desenvolvimento equitativo do espaço agrícola brasileiro, sobretudo, em relação à agricultura familiar, que tendia a ser marginalizada.

O processo de modernização da agricultura brasileira incipiente na década de 1950, ganhou maior alcance nos anos 1960, especialmente após a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pela Lei 4.829, de 05/11/1965, sendo regulamentada pelo Decreto-Lei 58.380, de 10.05.66 (BRASIL, 1965).

Visava a dar suporte a um importante processo de modernização da atividade agrícola que implicaria a crescente absorção, pelo setor, de máquinas e insumos modernos. Tais transformações correspondiam, de um lado aos interesses da indústria nacional produtora desses bens, que precisava ampliar o mercado para sua produção em crescimento, e de outro, à necessidade de geração de excedentes agrícolas exportáveis, que produzidos a um custo mais reduzido se tornariam competitivos no mercado internacional (FÜRSTENAU, 1987, p. 139)

Sobre a operacionalização do SNCR,

O SNCR era constituído pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil S/A (BB), Banco de Crédito da Amazônia S/A (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Os Bancos Estaduais, Caixas Econômicas, Bancos Privados, Sociedade de Crédito, Financiamentos e Investimentos e Cooperativas de Crédito poderiam participar das operações de crédito rural de forma auxiliar (MUSSUQUITTI, 1998, p. 54)

O SNCR operava com linhas de financiamentos subsidiados, com tendência de centralização de recursos financeiros no Centro-Sul e o favorecimento dos grandes latifundiários “O crédito rural destinou-se aos investimentos em armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos de origem agrícola; ao custeio da atividade e ao processamento de comercialização; e à utilização de insumos modernos” (MUSSUQUITTI, 2009, p. 3).

Sobretudo, “o papel do Estado foi fundamental, pois através de diversos mecanismos criou condições necessárias para médios e grandes produtores se integrasse à nova dinâmica da agricultura brasileira” (HESPANHOL, 2000, p. 12).

Embora o SNCR tentasse promover o desenvolvimento do espaço rural brasileiro como um todo, “os resultados não foram homogêneos, já que o crédito concentrou-se em

algumas regiões, culturas e grupos de produtores” (MASSUQUITTI, 2009, p. 4). Sobretudo, o SNCR privilegiou as grandes monoculturas destinadas ao mercado externo.

A Tabela 1 mostra que a agricultura familiar (até 50 ha) se destacava, com exceção do arroz, pela produção de alimentos básicos (feijão, mandioca, milho), que fazem parte da cultura alimentar do brasileiro. Já no caso das monoculturas destinadas ao mercado externo (cana-de-açúcar, café e soja), bem como no caso do trigo, os estabelecimentos de maior tamanho eram responsáveis por parte significativa de suas produções.

Tabela 1 - Distribuição porcentual da produção física de algumas lavouras por estabelecimentos agrupados segundo a área em hectares, Brasil, 1970 e 1980.

Lavoura	Menos de 10		10 a 50		50 a 100		100 e mais	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Arroz	19,5	13,3	23,8	14,5	11,5	9,3	45,2	62,9
Café	9,6	9,9	29,5	30,4	14,3	46,6	46,6	44,8
Cana-de-açúcar	4,2	1,8	11,7	7,8	6,7	5,7	77,4	84,7
Feijão	32,8	26,9	40,4	39,3	10,0	12,4	16,8	21,4
Mandioca	34,5	37,9	44,0	40,0	9,6	9,5	11,9	12,6
Milho	19,9	14,8	44,3	41,0	11,3	12,3	24,5	31,9
Soja	14,5	4,0	46,3	29,3	8,9	12,9	30,3	53,8
Trigo	5,6	2,1	31,2	29,3	15,5	50,5	50,5	53,1

Fonte: Graziano da Silva, 2003, p. 108 (*) adaptado pelo autor.

E o crédito rural tendeu a se concentrar, justamente, em estabelecimentos maiores, em detrimento da produção para mercado interno. Araújo (1983) informa que, apenas 8,3% dos estabelecimentos rurais participavam do SNCR em 1970, sendo que em 1975 esse valor elevou-se para 14,4%, com predominância de médios e grande proprietários. Os produtos de exportação eram os mais beneficiados, dentre eles café, cana-de-açúcar e soja, ao mesmo tempo que houve concentração de recursos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Entre os estados, os que mais receberam crédito, em 1975, foram São Paulo (19,7%), Rio Grande do Sul (18,6%), Paraná (13,9%), Minas Gerais (13%) e Goiás (7,1%).

Deve-se ressaltar a concentração espacial do projeto modernizante, abrangendo basicamente os Estados do Centro-Sul brasileiro (MG, GO, RJ, PR, SC e RS). Por seu turno, ocorre paralelamente um movimento de concentração de produção, abrangendo um número relativamente pequeno de estabelecimentos (entre 10 e 20% dos estabelecimentos rurais, conforme o indicador de modernização que se tome), que respondem por parcelas crescentes da produção. (DELGADO, 1985, p. 42)

Ainda que uma pequena parcela de agricultores familiares tenha se integrado ao processo de modernização, desempenhando papéis secundários dentro do espaço rural, sobretudo agricultores situados na região Sul, a grande maioria deles restou excluída dessa transformação na agricultura brasileira. “Há mesmo que admitir que significativas parcelas de agricultores residentes em estabelecimentos minúsculos constituem-se numa força de trabalho sobrando, de difícil possibilidade de absorção em qualquer ramo produtivo da economia rural” (DELGADO, 1985, p. 42).

Além do crédito rural, ganharam destaque as ações públicas para geração e difusão de tecnologias agropecuárias. A decisão do Estado em incentivar o processo de especialização produtiva foi incrementada pelo aumento de atividades realizadas por órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural. Em 7 de dezembro de 1972, foi sancionada a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura (MA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); essas empresas tinham como objetivos fortalecer os métodos técnico-científico, de geração e difusão de tecnologia de recursos humanos, financeiro e de informação, proporcionando novos estímulos à produção agrícola.

2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MARGINALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O processo de modernização da agricultura brasileira, que contava com a utilização das seguintes técnicas agrícolas: corretivos químicos, agrotóxicos, sementes e raças geneticamente melhoradas, fertilizantes e máquinas agrícolas e, sobretudo, com o apoio do governo em pesquisa agropecuária, foi bastante excludente. Apenas pequena parcela de agricultores usufruía dos meios técnicos-científicos-informacionais, conforme Santos (2012).

A exclusão aparece nas características da modernização agrícola, conforme Delgado (2009, p. 10), que foram: (1) o crédito agrícola subsidiado concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, acentuando desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (houve queda no número de estabelecimentos com menos de 50 ha); (3) favoreceu, basicamente, os produtos de exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/preços dos produtos alimentares, provocou acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamava de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança de multinacionais, num

processo que foi também chamado de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) seria impensável sem a conjuntura internacional favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial e; (6) promoveu violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização da agricultura foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

Aprofundavam-se as relações capitalistas no campo, o que se expressa no uso de trabalho assalariado temporário ou permanente, constituindo em uma mão-de-obra sobrando, produtiva para o mercado e não para subsistência da família. Firmavam-se autênticas empresas rurais, que não possuíam nenhuma relação com as antigas unidades produtivas familiares e que fortaleciam o uso do trabalho assalariado.

A base técnica de produção da agricultura provocara mudanças nas relações de trabalho: grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional. Com isso, ocorreu a redução da força de trabalho familiar em favor dos assalariados, pois o avanço da agricultura capitalista separou o trabalhador dos seus meios de produção. Além disso, uma parcela de pequenos produtores, que permaneceu no campo, viu-se obrigada a vender sua força de trabalho nas épocas de maior demanda por mão-de-obra, para complementar renda e assegurar a sobrevivência. (DAVID e CORRÊA, 2000, p. 8)

Em meados de 1970 houve aumento significativo de expropriados, sendo empregados somente em determinados períodos do ano, geralmente na colheita de monoculturas, como laranja, cana-de-açúcar, algodão ou café. Em regiões onde predominava a pecuária era favorecido o trabalho permanente, embora em número reduzido. Por outro lado, em regiões onde a modernização agrícola foi mais intensa e atingiu todo o ciclo produtivo, como no caso da lavoura de soja, o emprego temporário passou, em geral, a ser menos intenso, usando-se menos mão-de-obra sobrando do campo.

As análises referentes à agricultura familiar desenvolvidas na década de 1970 apresentaram duas perspectivas:

a) a primeira procurava entendê-la como relação não capitalista, dada à fragilidade com que o capital havia se expandido na agricultura brasileira, levando à permanência dessa categoria de produtores em algumas regiões do país, como o Nordeste brasileiro, e sua recriação em outras, como na fronteira agrícola; e b) a segunda, que enfatizava que a reprodução ampliada do capital na agricultura estaria se realizando não apenas através da expropriação direta do produtor, mas também via dominação do capital sobre os processos de trabalho, resultando na reprodução subordinada dos pequenos produtores. (HESPANHOL, 2000, p. 32)

A reprodução subordinada da agricultura familiar ocorre em um primeiro plano pela subordinação do trabalho familiar ao capital. A exploração da força de trabalho familiar efetiva-se pela conversão dessa forma de produção para o próprio setor agrícola especializado, para o setor urbano industrial e para as frentes de expansão e frentes pioneiras, expressando-se pela presença de membros da agricultura familiar em trabalhos temporários no setor agrícola e por sua participação nos fluxos migratórios rural-urbano contemporâneos.

O capitalista tenderia a não se tornar um proprietário da terra, mas sim, a criar mecanismo de extração da renda fundiária. Nesse contexto, à medida em que o capital tende a dominar crescentemente todos os ramos e setores da produção, na cidade e no campo, o pequeno produtor que preserva a propriedade da terra e nela trabalha, utilizando a sua força de trabalho e da família, tem ampliada a sua dependência em relação aos setores urbano-industriais, transferindo para estes, de forma indireta, a renda da terra. (HESPANHOL, 2000, p. 35)

Tal fato é possível porque o agricultor familiar é caracterizado como modo de produção mercadorias para o consumo familiar e o restante do alimentos comercializados. Mesmo estando em regiões de fronteiras agrícolas. Entretanto, mantém o papel estratégico para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, atuando como produtor e fornecedor de alimentos para população, especialmente urbana.

Na década de 1970, houve um reconhecimento secundário da agricultura familiar, especialmente em relação à produção de gêneros alimentícios em áreas de extensão agrícola ou subordinadas aos CAI. Neste contexto, ressalta-se que o sistema de produção dos agricultores era precário e atrasado, com migrações constantes dentro do território brasileiro, em virtude da expansão da modernização agrícola e valorização da terra.

As grandes empresas capitalistas estabeleciam padrões de produção (modo e quando produzir) em relação à parcela de agricultores familiares que não apresentaram as pré-condições para se integraram ao processo de modernização da agricultura. Em virtude de seu caráter extremamente seletivo, restou a exclusão e migrações urbanas e rurais.

Expropriada da terra ou sem condições de continuar se reproduzindo no local de origem foi levada a migrar, seja para outras regiões do país, reproduzindo-se como pequenos agricultores nas áreas de fronteira agrícola, ou para a periferia dos grandes centros urbanos, transformando-se num trabalhador assalariado temporário, denominado de volante ou boia-fria. Os aspectos referentes às migrações temporárias e ao trabalho volante constituíram-se, a partir de meados dos anos 1970 e início da década de 1980, numa das preocupações centrais das análises sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira. (HESPANHOL, 2000, p. 48).

Além de movimento de exclusão de parcela de agricultores familiares, Delgado (2009) destaca que a modernização da agricultura brasileira significou a perda de autonomia

dos agricultores familiares, à medida que se integravam com a agroindústria, fornecendo matéria prima para o processamento.

2.3 DESACELERAÇÃO NA DÉCADA DE 1980 E REFORMAS LIBERAIS NO INÍCIO DE 1990

O processo de modernização da agricultura brasileira foi muito dependente de subsídios públicos, se enfraquece e entra em crise devido aos seguintes fatores: impactos recessivos oriundos das duas crises de petróleo na década de 1970, crise da economia internacional em 1980, política do governo militar de caráter conservador no início da década de 1980 e problema da dívida externa. Decorre daí o enfraquecimento do padrão de desenvolvimento agrário.

A década de 1980 foi marcada por profunda crise econômica e pelo fim da ditadura militar (1965-1985). A volta da democracia possibilitou reorganização do território brasileiro e do movimento social, num patamar inédito até então.

Se adicionarmos a essa conjuntura o colapso do mercado internacional de crédito a partir de setembro de 1982, com a moratória mexicana, podemos ter uma dimensão da dramaticidade da crise externa do início dos anos 1980: acumularam-se déficits consideráveis na conta de transações correntes, ao mesmo tempo que, a partir de 1982, os bancos internacionais recusaram-se a manter o fornecimento do montante de empréstimos requerido pelo seu financiamento. Como consequência, a economia brasileira foi obrigada, em um curtíssimo prazo, a ajustar-se unilateralmente a essa situação, ou seja, a por imediatamente em prática uma política econômica que resultasse pelo menos na considerável redução do déficit em transações correntes, por meio da obtenção de grandes superávits na balança comercial. Ou seja, todo o poder aos grandes superávits na balança comercial (DELGADO, 2009, p. 13)

O resultado do ajustamento interno à crise internacional foram extremamente danosos para o sistema econômico brasileiro. Segundo Delgado (2009), a taxa média anual de crescimento, 1,7% na década de 1980, ficou muito aquém da verificada no pós-guerra, entre 1946 e 1970, cuja média foi de 7,1% a. a. Além de constante ameaça de hiperinflação, do colapso financeiro do Estado e de sua perda progressiva da capacidade de implementar políticas econômicas setoriais independentes.

No entanto, o comportamento da agricultura foi mais favorável, comparado ao setor industrial, não obstante a grave crise ocorrida no mercado agrícola mundial no período de 1980-1984, caracterizada por uma substancial queda dos preços internacionais das *commodities* agrícolas.

É importante destacar o papel da agricultura brasileira no que diz respeito ao suprimento de alimentos para o mercado interno, que o ex-Ministro Delfin Neto difundiu como política de “encher a panela do povo” em função de perspectivas pessimista da década de 1980, resultando numa mudança de política agrícola em favor do fortalecimento de agricultores fornecedores de alimentos básicos para alimentação da população brasileira. Sobretudo, essa estratégia foi adotada devido ao alerta do desabastecimento de alimentos em grandes centros urbanos, obrigando o governo militar a tomar medidas favoráveis ao aumento da oferta de alimentos de primeira necessidade.

Com o melhor desempenho relativo dos produtos de alimentação, a década de 1980 foi mais favorável para a agricultura de mercado interno do que a década de 1970, o que aparentemente favoreceu a agricultura familiar, ou pelo menos alguns de seus setores. Três evidências adicionais de incidência importante na primeira metade da década parecem apoiar essa suposição: (1) o maior crescimento do número de estabelecimentos rurais de até 20 hectares (o número de estabelecimentos com menos de 10 ha aumentou quase 20% entre 1980/85, segundo GASQUES E VILLA VERDE, 1990); (2) a maior estabilidade do emprego agrícola como proporção do emprego total e a redução da intensidade das migrações rurais-urbanas, inclusive devido à diminuição do crescimento industrial; e (3) a queda relativa do preço da terra, em relação à sua substancial elevação na década de 1970 (DELGADO, 2009, p. 15)

Esse possível favorecimento é justificado pelo papel significativo da agricultura familiar, sobretudo no que diz respeito à produção de gêneros alimentícios. Concomitantemente, aumentaram as reivindicações de redemocratização institucional do espaço agrário.

Aparecem também novas reivindicações: por políticas de preços e de crédito rural para pequenos agricultores tecnificados; por melhores preços e condições contratuais por agricultores integrados às agroindústrias (fumo, suínos, frango, uva, principalmente), especialmente no Sul do país. E ganham visibilidade e espaço público novos movimentos sociais rurais, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais, o Conselho Nacional dos Seringueiros e antigas e novas representações do movimento sindical, como a CONTAG e a CUT. Além da presença de entidades da Igreja Católica, como a CPT, e de organizações não-governamentais – FASE, IBASE, CEDI, ABRA etc., que se envolveram na Campanha Nacional pela Reforma Agrária e pela mobilização da sociedade civil a favor da reforma agrária durante a Assembleia Constituinte (DELGADO, 2009, p. 16)

No campo da política agrícola, diante do recrudescimento do processo inflacionário, que levará a inflação brasileira à casa dos quatro dígitos no final da década de 1980, ganha relevância a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Salienta-se que os objetivos da PGPM eram, basicamente, estabilizar preços para o consumidor e garantir renda ao agricultor.,

usando-se o manejo dos estoques públicos, que chegaram a atingir 30 milhões de toneladas de grãos entre 1984-86 (BACCARIN, 2011).

Segundo este autor, a PGPM havia surgido no Brasil em 1943 e passara por reformas significativas em 1966, mas é na década de 1980 que ela será usada amplamente, ainda que sem caráter duradouro. Até certo ponto, isso serviu de contraponto às reformas ocorridas no SNCR nos anos 1980 que, entre outras coisas, resultaram na elevação de sua taxa de juros (eliminando-se o subsídio em relação à inflação) e na diminuição de seu volume, que no final da década situava-se próximo a 1/3 do que o constatado em seu início.

A PGPM fortaleceu-se como alternativa para sustentar a renda do setor agrícola que, aos poucos, estava sendo prejudicada, especialmente, agricultores da região Centro-Sul. De acordo com Almeida (2014), os preços mínimos passaram a ganhar novo conteúdo, enquanto instrumento sinalizador de alternativas de produção, influenciando as intenções de plantio do agricultor.

Buscando fortalecer a PGPM, o governo realizou sistemáticas modificações nos parâmetros dos preços mínimos, incidindo essencialmente nos anos-safras 1982/83, 1984/85, 1986/87, 1987/88. Na safra 1981/82, o governo preanunciou e indexou mensalmente os preços mínimos, como forma de proporcionar uma base de preços mais segura ao produtor antes das decisões de plantio, ao invés de definir os preços mínimos dois meses antes do plantio e estimular a inflação, conforme procedera nos períodos anteriores. (ALMEIDA, 2014, p. 45)

O mesmo autor, contudo, destaca, que a execução da PGPM perdeu qualquer perspectiva de longo prazo, com a venda dos estoques governamentais sendo movida pelo objetivo de controlar, em curto prazo, os preços de alimentos. Além disso, a manutenção de um cenário de crise fiscal, baixo crescimento e altíssima inflação colocou em cheque a continuidade dos grandes gastos públicos com preços mínimos. Almeida (2014) enfatiza que, já no final da década de 1980, a PGPM apresentou claros sinais de esgotamento reduzindo muito o volume de recursos aplicados.

Nesse cenário de crise, vinha sendo preconizado por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e acalentado por setores governamentais a necessidade de se promoverem reformas de caráter liberal na estrutura pública, entre elas as privatizações e reformas administrativas para extinção de órgãos públicos, dando maior folga fiscal ao Governo Federal.

Tal orientação passa a ser implementada pelo Governo Fernando Collor de Mello, o que fica evidente no anúncio do chamado Plano Brasil Novo (PBN) em 1990. Especificamente, na área de preços mínimos, diminui-se a estrutura administrativa e

estabelecesse-se a diretriz de haver menos intervenção pública nos mercados agrícolas. Nessa direção a Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, proporciona a extinção de três empresas públicas que são substituídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Derivada da fusão da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), da CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento) e da CFP (Companhia de Financiamento da Produção), a nova instituição centralizou e realizou a utilização dos instrumentos econômicos da Política Nacional de Abastecimento, de forma a permitir maior agilidade e independência operacional na execução de suas atividades principais. Entre elas, a formulação e a execução da PGPM, estoques reguladores e estratégicos, coordenação e serviços de armazenagem, e de programas de caráter social de atendimento às populações carentes. (ALMEIDA, 2014, p. 68-67)

De acordo com a Lei 8.029/1990, os objetivos da CONAB consistem em: a) garantir ao pequeno e médio produtor os preços mínimos e a armazenagem para guarda e conservação de seus produtos; b) suprir carências alimentares em áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada; c) fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à dieta alimentar das populações carentes; d) formar estoques reguladores e estratégicos, objetivando absorver excedentes e corrigir desequilíbrios decorrentes de manobras especulativas; e) participar da formulação de políticas agrícolas; f) fomentar por meio de intercâmbio com universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais, a formação e o aperfeiçoamento de pessoas especializadas em atividades relativos ao setor de abastecimento.

Na prática, a atuação da nova empresa pública revelou-se bem mais tímida. Assim, entre 1992 e 1994, conforme salienta Baccarin (2011), foram criados novos instrumentos de preço mínimo, com a finalidade de reduzir os gastos públicos com a política, bem como os estoques públicos de grãos foram reduzidos para níveis insignificante. Entendia-se que diante da abertura comercial, outro aspecto das reformas liberais do início dos anos 1990, qualquer deficiência na produção nacional poderia ser facilmente suprida pela importação de alimentos.

Dessa forma, de acordo com Baccarin (2011) as mudanças liberais na condução da política pública na década de 1990. Órgãos reguladores de mercados específicos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e Instituto Brasileiro do Café (IBC) foram extintos, o mesmo se dando com o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). O volume empregado em crédito rural ficou praticamente constante durante os anos 1990 e o orçamento da EMBRAPA foi, na prática, contido. Tudo isso resultou em redução significativa, em termos absolutos e percentuais, dos gastos federais destinados à política agrícola e agrária.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR COMO OBJETO ESPECÍFICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Como já afirmado na Introdução, os anos de 1995 e 1996 foram particularmente difíceis em termos de renda obtida pelos agricultores brasileiros, fato muito influenciado pela abertura comercial e pela valorização do Real. Uma prova disso foi a elevação da inadimplência e de movimentos reivindicatórios de renegociação das dívidas do crédito rural. Ao mesmo tempo, acentuaram-se os conflitos fundiários, ficando famosos dois episódios em Eldorado dos Carajás (PA) e Corumbiara (RO) que resultaram em dezenas de mortes de trabalhadores Sem Terra em confronto com a Polícia Militar. Um terceiro elemento a ser considerado é que acadêmicos e representações sociais de trabalhadores e agricultores familiares formularam novas propostas de políticas que contemplavam as especificidades da agricultura familiar e passaram a reivindicar sua implantação pelo Governo Federal.

Em decorrência, dos fatos no ano de 1996, criou-se um novo ministério especificamente vinculado aos agricultores familiares, que mais adiante assumiria o nome de Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ao qual o INCRA passou a se subordinar. Junta-se, assim, em mesmo espaço institucional as ações fundiárias, com destaque à reforma agrária, e aquelas voltadas para os agricultores familiares. Nesse mesmo ano institui-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)² destinado a fornecer créditos com baixa taxa de juros de custeio e investimento aos agricultores familiares ou suas organizações, ficando sua execução a cargo, basicamente, de bancos públicos federais, com destaque ao Banco do Brasil.

O programa apresentava novidades institucionais ao revelar a intenção de promover o desenvolvimento social do meio rural e o reconhecimento da agricultura familiar como segmento social/econômico produtivo. Reconhecia-se institucionalmente, mesmo que de forma parcial, algo que já vinha sendo gestado há anos.

Deve-se ressaltar que essa avaliação sob novas perspectivas da produção familiar nos anos 1990, genericamente denominada de agricultura familiar, não significa desconhecer que antes desse período essa temática não estivesse presente nas reflexões sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira. Isso porque, ao se proceder à análise de como a produção familiar se inseriu nas discussões sobre a questão agrária, constata-se, de maneira geral, que até o início dos anos 1990, essa categoria de análise era apreendida, a partir de diferentes concepções teóricas, como uma forma de

² O PRONAF foi criado através do Decreto nº 1.946, da Presidência da República, de 28 de junho de 1996, com objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo de propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996, p. 1).

produção secundária, complementar e/ou marginal à grande exploração (HESPANHOL, 2000, p. 319-320)

Considere-se também a seguinte citação:

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e sua base fundiária, a pequena propriedade, tem sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizador até aqui. É nesse sentido que a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores, sustentado em um modelo de gestão social em parceria com agricultores familiares e suas organizações, representa um considerável avanço em relação as políticas anteriores. Tal tentativa de ruptura é intencional e explícita no próprio texto do Pronaf, quando ele chama a si o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado. (CARNEIRO, 1997, p. 70)

Em relação a dinâmica do PRONAF, a região Centro-Sul foi e continua sendo a mais beneficiada por suas ações. Outro aspecto a ser destacado é seu caráter social fornecendo subsídios aos agricultores marginalizados pelo processo de modernização da agricultura, criando grupos específicos para acesso. Apesar de todos os empecilhos da ação pública, não deixa de ser um indício de uma nova perspectiva para agricultura familiar (ao menos na teoria) do Estado em 1996.

Na década de 1980 as organizações e movimentos sociais que haviam sido reprimidos durante a ditadura militar retornaram ao cenário político. Contudo, a diferença dessa época, é que na década de 1990 o escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais parece ter se alterado, pois deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando também a ser proativos e propositivos. Acrescente-se a isto o fato de que várias organizações da sociedade civil ganharam diversidade e espessura, podendo-se citar como exemplos as organizações não-governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas, entre outras. De uma maneira geral, pode-se dizer que a sociedade civil readquiriu e ampliou a diversidade de formas e expressões de sua complexidade política o que, sem surpresa, acaba estimulando conflitos e disputas, e às vezes revelando suas contradições. (SCHNEIDER, 2010, p. 4)

As reivindicações ocorridas no final da década de 1980 e início dos anos 90, estão relacionadas ao crescimento da insatisfação da população brasileira, sobretudo no que diz respeito ao modelo de política publicada adotado pelo Estado entre 1960 e 1990. Neste contexto, aparecem com determinada expressividade reivindicações ligadas aos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), evidenciando a luta por crédito, por melhoria de preços, incentivos à comercialização, dentre outros. Estudos acadêmicos reforçaram essas lutas.

Além disso, deve-se considerar que o início da década de 1990 foi um período particularmente fértil e estimulante em que apareceram vários estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar. Estes trabalhos desembocaram na apresentação de uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros que, embora não fosse inédita, ganhou enorme projeção devido à sua vinculação ao projeto FAO/INCRA (1994). Este estudo foi fundamental por ter classificado os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar versus o contratado ou assalariado), ter sugerido uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e periféricos) da patronal e por ter apresentado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias específicas destinadas a esta categoria social. Com base neste trabalho, outros estudos viriam a ser desenvolvidos com o objetivo de mensurar o tamanho e o papel da agricultura familiar no Brasil. (SCHNEIDER, 2010, p. 5-6).

Ao direcionar recursos para agricultores familiares, o PRONAF buscava corrigir as desigualdades do espaço rural brasileiro e a má distribuição de crédito entre os agentes econômicos. Para tanto, faz necessário deslocar-se, fazendo-se as intervenções regionais necessárias, abrangendo os aspectos gerais do modelo de desenvolvimento rural brasileiro rumo aos aspectos específicos do fenômeno.

Hespanhol (2000) analisa as mudanças no âmbito institucional e, de acordo com a autora, as transformações de perspectivas em relação à produção familiar ocorreram em consequência das pressões sociais sobre o Governo Federal, especialmente entre 1960 e 1990. Posteriormente, a partir de 1990, o Estado estrutura de maneira significativa o processo de construção de políticas públicas para agricultura familiar com objetivo de valorizar esse segmento produtivo. Nesta perspectiva, a agricultura familiar surge como elemento mediador para um espaço rural mais equitativo. De acordo com Grisa (2012) aconteceram três gerações de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, que podem ser assim descritas:

A primeira geração concerne às políticas públicas que deram ênfase à questão agrária e aos agricultores familiares (reforma agrária, crédito rural, previdência social etc.) e que foram prevalecentes no período 1993-1998. A segunda geração refere-se às políticas sociais e compensatórias direcionadas ao meio rural 1998-2005. (A exemplo podem ser citados Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale gás etc.). A terceira geração representa o diálogo entre diferentes instituições e níveis governamentais e diz respeito às políticas públicas que buscam articular a oferta com a demanda ou, em outras palavras, os produtores com consumidores. São exemplos desta terceira geração o PAA e PNAE (GRISA, 2012, p. 227-228)

O Estado passa a intensificar sua relação com as esferas sociais da sociedade, com objetivo principal de se criar um país mais justo e, de acordo com Abramovay (1999), “isso seria possível com o incentivo à agricultura familiar”.

Na verdade, não havia como continuar menosprezando esse segmento de tamanha importância no agro brasileiro. Por exemplo, o Censo Agropecuário de 2006 evidencia que a agricultura familiar representava 74,4% das pessoas ocupadas no espaço rural, usava 24% da área total, constituía 84% dos estabelecimento agropecuários e gerava 38% do valor bruto da agropecuária nacional brasileiros. Considerando-se alguns produtos, a agricultura familiar era responsável pela produção de 83% da mandioca, 69,6% do feijão, 45,5% do milho, 38% do café, 33% do arroz, 58% da produção do leite, além de possuir 59% do plantel de suínos e 51% de ave (IBGE, 2009).

Uma característica verificada desde o início do PRONAF é a criação de diferentes modalidades, procurando-se dar conta da diversidade entre regiões, condições sociais e outras características dos agricultores familiares brasileiros. O Quadro 1 mostra diferentes agrupamentos de agricultores familiares considerados no Programa.

Quadro 1 - Resumo da Especificação dos Grupos de Beneficiários do PRONAF.

Beneficiário	Especificação
Grupo A	Assentados e beneficiários de crédito fundiário.
Grupo B	Renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil.
Grupo A/C	Agricultores familiares egressos do grupo A.
Grupo AF (Renda Variável)	Renda bruta familiar anual de até R\$ 360 mil.

Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor. a partir de dados da SAF e Plano Safra 2013/14.

Segundo Schneider (2010), o desenvolvimento do PRONAF, em termos de recursos e contratos, é vertiginoso, como pode ser constatado na Tabela 2. Especialmente a partir de 2003, o volume de recursos direcionados ao crédito para agricultores familiares apresenta tendência de forte crescimento, alcançando próximo a R\$ 17,3 bilhões em 2012.

Tabela 2 – Recursos e Contratos do PRONAF no Brasil entre 1999 e 2012, em milhões de reais, atualizados pelo IGP-DI para 2013.

Ano	Contratos		Ano	Contratos	
	Número	Valor		Número	Valor
1999	791.677	5.342,05	2006	2.551.497	11.082,50
2000	834.049	7.131,95	2007	1.923.317	10.210,05
2001	800.653	5.071,57	2008	1.550.749	11.384,51
2002	829.433	4.900,03	2009	1.704.947	14.037,99
2003	1.003.837	5.644,85	2010	1.585.486	14.357,77
2004	1.345.713	6.806,14	2011	1.539.901	15.175,57
2005	2.208.198	9.287,25	2012	1.823.210	17.261,69

Fonte: PEREIRA et al., 2014, p. 344, adaptado pelo autor.

Já em relação ao número de contratos, seu valor mais do que dobra entre 2003 e 2006, alcançando próximo a 2,6 milhões de contratos neste último ano. Tal valor não se sustentou e

em 2012 foi registrado um valor menor que 2006, na casa de 1,8 milhão de contratos, embora ainda superior aos 1,0 milhão de contratos de 2003.

De acordo com a Tabela 3 percebe-se que os recursos do PRONAF cresceram em todas as regiões geográficas brasileiras. No Nordeste, contudo, as flutuações foram maiores, registrando-se um pico entre 2005 e 2007, com o valor de 2006 não sendo atingido nem em 2012.

Tabela 3 – Liberação dos Recursos em milhões de Reais do PRONAF por Região do Brasil, 1999 a 2012, valores atualizados para 2013.

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1999	277,37	930,68	169,79	948,86	3.015,15
2000	349,93	1.915,72	293,83	871,23	3.701,24
2001	402,58	554,94	173,16	754,18	3.186,71
2002	425,29	725,32	201,87	717,52	2.830,03
2003	500,80	777,96	345,21	1.150,03	2.870,85
2004	418,78	1.178,91	294,13	1.332,45	3.581,87
2005	671,21	2.298,67	500,77	1.832,11	3.984,49
2006	662,26	2.883,06	870,27	2.150,74	4.516,17
2007	625,62	2.068,76	681,35	2.196,38	4.637,94
2008	630,18	1.544,31	530,81	2.489,18	6.190,03
2009	101,79	1.844,23	1.063,86	3.459,07	7.578,04
2010	1.010,36	1.834,38	1.020,76	3.489,94	7.002,33
2011	1.061,53	1.920,85	930,62	3.492,81	7.769,76
2012	1.103,96	2.519,18	1.252,45	3.760,59	8.625,51

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário estatístico do crédito rural.

Contudo, agricultores familiares da região Sul tendem a ser mais beneficiados em termos relativos, mesmo por que essa região é caracterizada pela tradição de luta pelo crédito, por ter nível maior de organização em associações e cooperativas e fazer parte de um processo de integração produtiva maior (Mattei, 2007)

No período pós 2003 até tentou-se promover uma distribuição mais equitativa do PRONAF entre as regiões, por exemplo, com a criação de linhas especiais para agricultores da Região do Semiárido, sabidamente os que possuem menor nível de renda, com muitos se dedicando à produção de subsistência. Como pode-se constatar na análise dos gráficos a seguir até 2006 isso se efetivou, havendo posterior recuo nesse intento.

O Censo Agropecuário de 2006 revelou que quase a metade dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar se encontrava na região Nordeste, como se observa no Gráfico 1. O Sul também apresenta parcela significativa de agricultores familiares, 22%, seguido pelo Sudeste, com 15%. No Norte foram constados 10% dos agricultores familiares do País e no Norte apenas 5%.

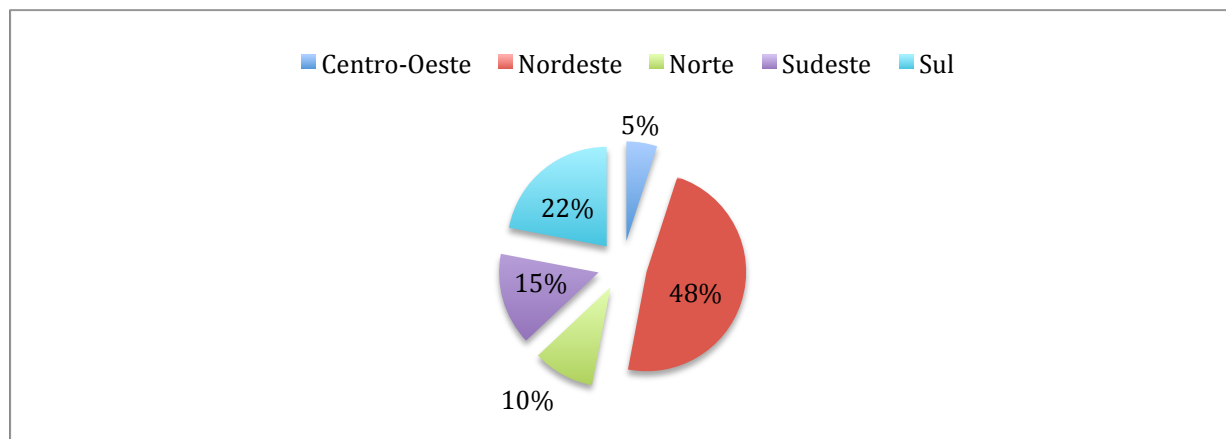


Gráfico 1 - Distribuição geográfica do percentual de Agricultores familiares no Brasil.

Fonte: PEREIRA et al., 2014, p. 349.

Embora com 48% dos agricultores familiares do Brasil, a região Nordeste contou com apenas com 17% do total dos recursos do PRONAF aportados em 1999, saltando para 26% em 2006 e apresentando queda para 15% em 2012, como revela o Gráfico 2. Por sua vez, a região Sul, com 22% dos agricultores familiares, sempre foi contemplada com volumes expressivos do PRONAF, no mínimo 41% como em 2006.

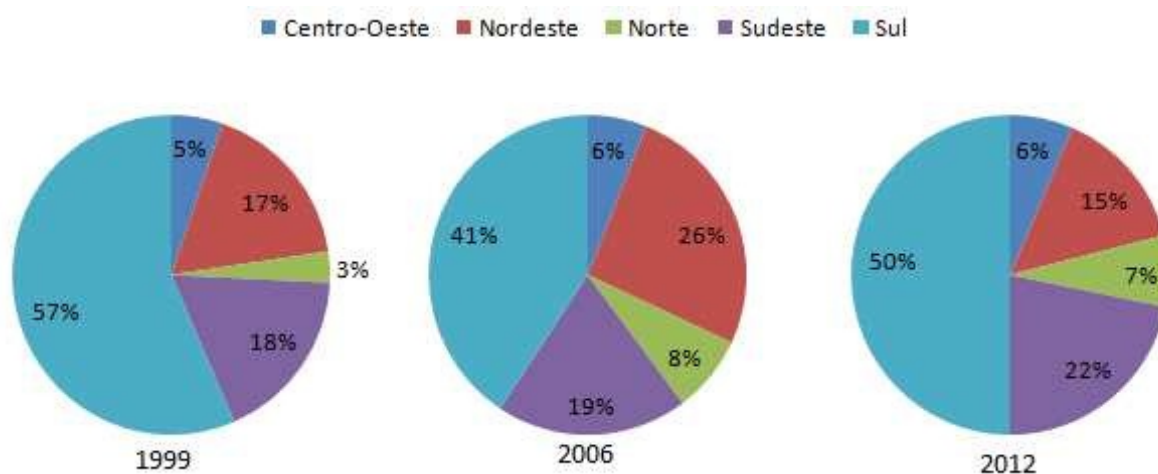


Gráfico 2 - Participação percentual regional do montante de recursos contratados do PRONAF, 1999, 2006 e 2012.

Fonte: PEREIRA et al., 2014, p. 349.

De forma semelhante ao afirmado por Mattei (2007), pode-se considerar que:

A predominância da região Sul na distribuição do Pronaf crédito tem sido constatada por alguns autores (Abramovay e Veiga, 1999, Nunes, 2007 dentre outros). Segundo essas análises, ela está associada ao peso econômico e às pressões políticas das agroindústrias dessa região sobre os órgãos responsáveis pela alocação dos recursos financeiros, à melhor organização de seus agricultores familiares, bem como à tradição de luta pelo crédito rural. (SOUZA et al., 2011, p. 4-5)

O progresso em relação à distribuição de recursos a partir de 2003, especialmente relacionado à região Nordeste, está associado às mudanças na legislação, com a incorporação de agricultores com mais dificuldade de acesso ao crédito rural. De acordo com Silva (2006), a princípio, as modificações legislativas trouxeram mais recurso para Região Nordeste, mas principalmente o aumento significativo no número de contratos, o que justifica maior abrangência do Programa.

A partir de 2008 os recursos voltaram a apresentar concentração na região Sul, isso por conta das alterações para fins de enquadramento que permitiram um acesso maior por parte dos agricultores mais capitalizados, localizados especialmente nessa região.

A concentração regional de recursos vem sendo discutida, por alguns autores, desde o início do Programa, como no estudo realizado por Abramovay e Veiga (1999), porém convém destacar que o PRONAF surgiu como uma novidade institucional, a qual precisou e precisa de reformulações para que um número maior de agricultores familiares menos capitalizados possa acessar os recursos do Programa.

As regiões Sul e Nordeste apresentam maior número de agricultores familiares. Informações do Banco Central do Brasil mostram que o PRONAF já abrange quase a totalidade de municípios nas duas regiões, comprovando a acessibilidade ao Programa.

Contudo, agindo em sentido contrário, existiriam forças que estimulam a concentração do PRONAF. Assim, Silva e Filho (2009) argumentam que “a questão principal é que o PRONAF, de um modo geral, continua atrelado à lógica concentradora de recursos que é definida pelas exigências do sistema bancário, o que dificulta o acesso por parte dos agricultores familiares menos capitalizados.” beneficiando basicamente agricultores da região Centro-Sul.

Abramovay (2005) discorre sobre a problemática da intermediação bancária, já que a intenção do PRONAF é de promover desenvolvimento e a geração de renda através do crédito bancário, esta política se encontra ameaçada “pela distância potencial entre racionalidade econômica e necessidades sociais”. O banco por sua vez, tende “[...] a voltar sua atenção aos segmentos de maior renda e maior integração a mercados estáveis da agricultura familiar.” (PEREIRA et al., 2014, p. 349-350).

O progresso do PRONAF, entre 1999 e 2012 proporcionou aumento das contratações dos recursos em todas as regiões do país, assim, como o alcance do Programa em regiões historicamente subordinadas ao processo de modernização da agricultura brasileira. Entretanto, ainda existe uma lógica concentradora da Região Sul.

As regiões Norte e Centro-Oeste representam os menores índices de recursos aportados e menor número de estabelecimentos da agricultura familiar, esses índices são justificados pelo processo de integração territorial e, supostamente, pelo intenso processo de modernização agrícola (soja e milho).

Avalia-se portanto que o PRONAF foi um passo importante na construção de políticas públicas para agricultura familiar. Entretanto, como visto acima, o Programa se organiza melhor em regiões mais desenvolvidas, pois, exige um determinado grau de infraestrutura e avalia a situação financeira de cada agricultor familiar. Assim, evidencia-se a necessidade de complementação, com o desenvolvimento de outros programas voltados para os agricultores familiares mais empobrecidos.

2.5 A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A INCORPORAÇÃO DA GARANTIA DE PREÇOS

Após 2003 registrou-se uma série de acontecimentos que fortaleceram a institucionalidade das políticas para a agricultura familiar. Um deles foi a promulgação em 2006 da Lei Federal 11.326, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Reconhece-se a agricultura familiar como segmento produtivo e dá-se suporte legal para ampliação das políticas públicas específicas, como crédito, formação profissional, seguro, assistência técnica, comercialização, além de garantir acesso a direitos sociais, como é o caso dos benefícios da previdência social (BRASIL, 2006).

Nesse ambiente foram formuladas novas legislações e normativas de seguro rural, assistência técnica e comercialização/garantia de preços aos agricultores familiares. Este último ponto é que será aqui desenvolvido, por estar diretamente relacionado ao objeto da presente dissertação.

Conforme exposto anteriormente, em 2003 foi criado pelo Governo Federal o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a partir da articulações que envolveu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no âmbito das ações do Programa Fome Zero (PFZ)³, com sua regulamentação sendo estabelecida através do Decreto no. 4.772.

A proposta inicial se transformou em um programa de governo que integra um amplo conjunto de políticas públicas para promover a cidadania, entre as

³ O Programa Fome Zero deriva da proposição inicialmente apresentada à sociedade brasileira em 2001, por uma iniciativa conjunta de funcionários públicos, institutos de pesquisas, acadêmicos da área, sindicatos, associações populares, movimentos sociais e especialistas atrelados à questão de insegurança alimentar, com objetivo de erradicar a fome e assegurar uma alimentação saudável, através de produtos oriundos da agricultura familiar.

quais, aquelas com objetivos de combater a fome e a miséria, antiga preocupação da sociedade brasileira, e de garantir à população o acesso continuado aos alimentos com qualidade. De acordo com essas diretrizes, as áreas rurais, diagnosticadas como concentradoras da pobreza e em estado de insegurança alimentar, passaram a ser contempladas com políticas para o estímulo à produção familiar através de ações que facilitam o crédito, viabilizam o escoamento da produção no mercado e mobilizam os agricultores mais pobres a se integrarem no circuito produtivo para produzir seus alimentos e obter receitas. (GRANDO; FERREIRA, 2013, p. 4-5).

As ações estruturantes do PFZ são consideradas as bases do PAA e destaca-se o avanço do Programa em regiões marginalizadas pelo processo de modernização da agricultura.

Consta no Programa Fome Zero que para haver um favorecimento efetivo da agricultura familiar é necessário a combinação de um conjunto de políticas públicas. Em sua formulação, encontra-se explicitamente recomendado o vínculo de uma política de crédito de real efeito para superação da pobreza dos agricultores desprovidos de recursos, com a formação de canais de apoio à comercialização da produção dos agricultores familiares. Nessa linha de proposição, o PAA foi concedido para atuar associado ao Programa de Crédito Familiar (Pronaf) (GRANDO; FERREIRA, 2013, p. 8-9)

Desde o início, o PAA se propôs a contribuir para a elevação da renda de agricultores familiares, comprando seus produtos por preços mais altos, e combater a desnutrição de pessoas em insegurança alimentar, que receberiam como doação os produtos adquiridos publicamente. Entre os grupos beneficiados com o recebimento dos produtos, estão os atendidos por asilos, orfanatos, pessoas abaixo da linha da pobreza e crianças de creches e escolas públicas que recebem alimentação escolar.

Propunha-se também que suas modalidades se adaptassem às diferentes realidades sociais brasileiras. Tais fatos ficam explicitados na regulamentação inicial do Programa cujas principais características, com as modificações posteriores, são explicitadas abaixo:

i) Os favorecidos com as doações são aqueles enquadráveis no art. 3º da Lei Complementar Nº. 111 de 6 de julho de 2001 ou na Lei no. 10.689 de 13 de junho de 2003, basicamente, famílias ou indivíduos cuja renda per capita situa-se abaixo à linha da pobreza ou populações que apresentam condições de vida vulneráveis. Em normatização atual, foi estabelecido que os alimentos adquiridos pelo PAA poderão ser destinados a ações de segurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques e poderão ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social observando o disposto em regulamento.

ii) A sistemática de aquisições dos produtos agropecuários será realizada com base em preços de referência praticados pela CONAB que considerem as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar. Esta é outra base construtiva do PAA, tendo em vista que a

PGPM sempre utilizou mecanismos de aquisição de caráter universal, além de ser muito seletiva, atuando basicamente na Região Centro-Sul e submetendo todos os agricultores às mesmas condições, o que limitava a participação de agricultores familiares;

iii) Estabelece um valor monetário anual máximo por agricultor familiar a aquisição de produtos agropecuários, atualmente situado em R\$ 6.000,00 ou R\$ 8.000,00 dependendo da modalidade, ressalta-se também a valorização de produtos orgânicos em 30%.

iv) Autoriza o ministério responsável pela sua execução a firmar convênios com os estados, Distrito Federal e municípios para que estes participem do PAA, inclusive com recursos financeiros;

v) delibera que os municípios interessados em participar do Programa devem criar mecanismos de controle social. Por sua vez, a Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011 define que o CONSEA municipal é a instância de controle e participação social do PAA e, na ausência deste, deverá ser substituído, preferencialmente, pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Conselho de Assistência Social.

De acordo com Brasil (2015), o PAA é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família.

O PAA promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (BRASIL, 2015). A dispensa de licitação e a fixação prévia de preço dos produtos atendem aos interesses dos agricultores familiares.

Esta inovação importante para a categoria social constituía uma demanda do fórum da agricultura familiar ainda em 1994 (Brasil/MAAARA/CONTAG, 1994) e foi igualmente manifestada no Projeto Fome Zero (Instituto Cidadania, 2001). Conforme referido nestes documentos, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei no. 8.666 de 21 de junho de 1993) restringe a participação da maioria dos agricultores familiares no mercado institucional, dada a concorrência com segmentos empresariais, geralmente organizados a partir de escalas de produção superiores e custos de produção menores. (GRISA, 2012, p. 222)

Em uma de suas modalidades, os alimentos adquiridos são destinados de imediato a programas sociais da região, com o que se movimenta a economia local a um custo menor, porque se evitam os “passeios” desnecessários. Nas compras pode-se dar prioridade aos

produtos orgânicos/agroecológicos, sendo autorizada a concessão de uma margem adicional em seu valor de 30% em comparação aos produtos convencionais.

Como já ressaltado, historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiram suas colheitas, o faziam por preços aviltados.

A criação do PAA por instrumento legal representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao procurar assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmitiria segurança e, e em articulação com outras ações, elevaria seu padrão de vida e de sua família e promoveria o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural.

Em comparação ao Pronaf, que tem um caráter mais financeiro e, pelo menos inicialmente, mais vinculado com agricultores familiares mais capitalizados, o PAA procura atender agricultores familiares mais necessitados, sobretudo, aqueles situados na região Nordeste.

Os agricultores fornecedores são aqueles enquadráveis no PRONAF, assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, pescadores, ribeirinhos e agroextrativistas. Todo agricultor participante do PAA deve ter obrigatoriamente a DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF e de preferência estar organizados em associações ou cooperativas.

O Programa é acompanhado pelo Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e composto por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF) e do Ministério da Educação (MEC). O Grupo Gestor, entre outras atividades, define as modalidades e analisar a operacionalização do Programa.

Outro aspecto constitutivo do Programa diz respeito à metodologia de definição dos preços de referência na compra dos produtos da agricultura familiar que baseia-se na média obtida pela CONAB em três pesquisas de preços do mercado atacadista local ou regional verificados nos últimos 12 meses. Destaque-se que a fixação dos preços leva em conta as características dos mercados locais, o que condiz com a diversidade entre regiões brasileiras.

Inicialmente, em 2003, o PAA funcionava através das seguintes modalidades: a) Compra Antecipada da Agricultura Familiar: previa a antecipação de recursos para o plantio,

podendo ser acessada por agricultores familiares enquadrados no PRONAF nos grupos A a D, incluindo agroextrativista, quilombolas, assentados da reforma agrária, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais, que não tivessem sido beneficiadas por crédito de custeio e estivessem necessariamente organizados em grupos formais ou informais. Os produtos amparados por este instrumento eram arroz, castanha, de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão e milho;

b) Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar: garantia o direito, mas não a obrigação, da venda da produção familiar para o Estado, a um preço pré-determinado, a ser pago em uma data futura, sem qualquer desembolso por parte do agricultor. O contrato seria feito no plantio e a data do vencimento coincidiria com a colheita. O mecanismo deveria possibilitar a comercialização dos seguintes produtos: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo das safras 2003/2004;

c) Compra Direta da Agricultura Familiar: possibilitava aos agricultores a venda de alimentos para o Estado, a preços de referência (situados em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado), calculados através de uma metodologia desenvolvida pela CONAB. Estas aquisições fariam parte de uma estratégia tanto de apoio à agricultura familiar como de constituição de uma reserva estratégica de alimentos;

d) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar: destinava-se à aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa oriundos da agricultura familiar, visando a formação de estoques ou a doação simultânea a populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais de caráter governamental ou não governamental. Os beneficiários produtores deveriam estar organizados em grupos formais e estar enquadrados segundo os critérios estabelecidos pelo Programa. Nos casos de doação simultânea, a entrega dos produtos deveria obedecer a um cronograma de entregas apresentado na Proposta de Participação. O controle social destas doações seria executado pelo Conselho de Segurança Alimentar (municipal ou estadual) ou organismo similar;

e) Compra Direta Local da Agricultura Familiar: visava a promover a articulação entre produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais, viabilizando a aquisição de produtos, comercializados por associações, cooperativas e grupos informais de agricultores, a serem distribuídos em creches, hospitais, restaurantes populares, entidades beneficentes e assistenciais;

f) Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite ou PAA-Leite: buscava assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrízes e idosos através da aquisição da produção

leiteira de agricultores familiares com produção média diária de até 50 litros de leite, podendo chegar até 100 litros, caso isso atendesse às necessidades do Programa. Sua implantação estava restrita à Região do Semiárido.

A primeira mudança operacional do PAA ocorreu em 2006, com o início das ações do MDA. A modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar foi separada em duas: Formação de Estoques e Compra com Doação Simultânea a serem executados com recursos, respectivamente do MDA e MDS. A primeira disponibiliza capital de giro para que associações ou cooperativas possam adquirir a produção de agricultores familiares, formando estoques de produtores para serem comercializados quando os preços se mostrarem compensatórios e é operada pela CONAB. Por sua vez, a Compra com Doação Simultânea propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares organizados em grupos formais (associações e cooperativas) e a sua doação a entidades da rede de promoção e proteção social. Esta modalidade é operada pela CONAB e por estados e municípios que recebem, via convênio ou termo de cooperação, recursos do MDS.

Mais adiante outras modificações ocorreram, inclusive com a criação de novas modalidades, de forma que em 2015, conforme descrito por Grando; Ferreira (2013), as modalidades do PAA são as seguintes:

a) Compra Direta da Agricultura Familiar: através dessa modalidade o Governo Federal adquire alimentos dos agricultores familiares a preços de referência estabelecidos pelo Grupo Gestor do PAA, garantindo-lhe valores justos. As compras são realizadas diretamente de produtores individuais ou organizados em grupos formais (como cooperativas, associações) e destinadas à formação de estoques públicos. Essas reservas de alimentos podem ser empregadas na regulação dos preços de mercado e no abastecimento de gêneros destinados a programas sociais. O órgão gerenciador comprador é a CONAB e os recursos são disponibilizados pelo MDS e MDA. O valor anual comercializado limita-se a R\$ 8.000,00 por agricultor;

b) Formação de Estoques: destina-se a financiar a estocagem de alimentos, da safra vigente, oriundos de agricultores familiares formalmente organizados. A estocagem fica a cargo das organizações dos produtores. Essa modalidade viabiliza a comercialização da produção em momentos mais compensatórios para o produtor em termos de preços e, ao mesmo tempo, assegura, em âmbitos local, alimentos aos consumidores beneficiários. A operacionalização é feita pela CONAB com recursos do MDA. O limite anual de aquisição é de R\$ 8.000,00 por agricultor;

c) PAA Sementes: as sementes adquiridas pelo PAA devem cumprir as normas vigentes de certificação ou cadastro de cultivar, do agricultor ou de sua organização, sendo obrigatória a apresentação da inscrição da entidade que pretende ser fornecedora e da cultivar a ser fornecida no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela portaria MDA n 51/2007. É vedada a aquisição de sementes geneticamente modificadas. O limite anual de participação, por organização fornecedora, é de R\$ 6 milhões, sendo que as operações acima de R\$ 500 mil são realizadas por meio de chamada pública;

d) Compra com Doação Simultânea: tendo em vista o desenvolvimento da economia local e o fortalecimento da agricultura familiar, o objetivo dessa modalidade é articular a produção dos agricultores familiares ao atendimento direto das demandas de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos etc. e dos programas sociais da localidade, como banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias. Nesse caso, as compras são executadas por governos estaduais ou municipais, em operação denominada de Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) ou de Compra Especial para Doação Simultânea (CAEAF) quando são executadas pela CONAB. Os recursos são repassados pelo MDS e o valor das aquisições por agricultor/ano limita-se a R\$ 8.000,00;

e) Programa do Leite (PAA Leite): visa propiciar o consumo de leite às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção da agricultura familiar na Região do Semiárido. Essa modalidade é operada via convênio do MDS com os Estados do Nordeste e de Minas Gerais em seus municípios do Semiárido. O leite é distribuído gratuitamente aos beneficiários e pode atender agricultores até o limite de R\$ 4.000,00 por semestre;

De acordo com a CONAB algumas de suas modalidades, o PAA exige a organização dos agricultores familiares em cooperativas ou associações, com objetivo de fortalecer as articulações entre produtores. A cobrança desse requisito visa promover a organização política, social e econômica dos agricultores familiares, sobretudo, atuando na organização de documentos para elaboração de projetos coletivos, reduzindo custos de processamentos e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A grande contribuição do PAA é a capacidade que o Programa tem de atuar em diferentes contextos regionais através de suas modalidades, oferecendo oportunidades de inserção da produção familiar em mercados locais ou regionais. Nesse sentido, destaque-se o desenvolvimento do PAA Leite, específico para o Nordeste. Já a Formação de Estoque tende

a beneficiar mais os agricultores da região Centro-Sul, que possuem maior organização formal e são mais integrados com meios técnicos, inclusive capacidade de armazenamento.

Um desdobramento institucional recente do PAA pode ser encontrado na Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em vigência no Brasil desde a década de 1950. Em seu Artigo 14, a Lei estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para os estados e municípios executarem as ações de alimentação escolar devam ser gastos na compra de produtos oriundos da agricultura familiar.

Diferentemente do PAA, o Artigo 14 do PNAE estabelece uma obrigatoriedade de gasto. Também tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento local, estabelecendo que se devam priorizar as compras de agricultores do próprio município. Isso não sendo possível, deve-se seguir a seguinte ordem de prioridade, compra de agricultores do território rural, do estado e de outros estados.

Na prática, o Artigo 14 passou a vigorar no ano de 2010. Segundo Baccarin et al. (2011) pelo menos desde 2004, discutia-se entre integrantes do Governo Federal a elaboração de legislação desse tipo, mas de fato, ela só foi consolidada em 2009. Entre os esclarecimentos para esse prazo relativamente longo de elaboração, estava a necessidade de se contemplar áreas diferentes do poder público, tanto no que se refere à sua incumbência administrativa quanto às suas fontes orçamentárias.

Já existem na literatura, vários estudos sobre a aplicação do Artigo 14 e, de forma geral, observa-se que as prefeituras municipais aumentaram seus gastos com produtos comprados de agricultores familiares.

Estudos de Saraiva *et al.* (2013) e de Soares *et al.* (2013) demonstram que 47,4% dos municípios brasileiros já adquiriam alimentos da agricultura familiar para o PNAE um ano após a Lei nº 11.947, e que o percentual de compra nestes municípios era, em média, de 22,7% dos repasses do FNDE. A Região Sul do país apresentava o maior percentual de municípios comprando alimentos da agricultura familiar (71,3%), e a Centro-Oeste o menor (35,3%). Em 2012, a proporção dos municípios participantes aumentou para 67%, sendo que a Região Sul atingiu 87%. Segundo dados mais recentes, disponíveis no *site* do FNDE (2015), os percentuais de municípios que compravam alimentos de agricultores familiares no país em 2013 e 2014 foram de 84% e 89%, respectivamente. Os municípios do Rio Grande do Sul em conjunto gastaram próximo a 40% dos repasses do FNDE com produtos de agricultores familiares em 2014, maior proporção do País, enquanto no Amapá esse índice não passava de 4,2%, o menor entre todos os estados.

Por outro lado, várias pesquisas têm verificado dificuldades para o agricultor acessar e permanecer neste mercado. Isso se relaciona a questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação e informação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, as estruturas inadequadas nas escolas, a falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas (BACCARIN *et al.* 2011; CORÁ; BELIK, 2012; TRICHES; SCHNEIDER, 2012; BEZERRA *et al.*, 2013; SARAIVA *et al.*, 2013; SOARES *et al.*, 2013; BEVILAQUA; TRICHES, 2014; TRICHES; GRISA, 2015).

Neste capítulo procurou-se evidenciar o processo de marginalização da agricultura familiar e, posteriormente, o processo de construção de políticas públicas para agricultura familiar, abordando temas essenciais da geografia agrária, com objetivo de ressaltar a atual estrutura do espaço agrícola brasileiro, avaliando a construção de políticas públicas para agricultura familiar. Portanto, não se trata apenas de examinar as formas de gestão, administração, tomada de decisão, formas de inovação, acesso e mercados e comercialização, que são usualmente os temas de interesse dos estudiosos do agronegócio, mas de entender em que condições os agricultores familiares e suas organizações podem fazer frente as políticas públicas conservadoras.

3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE 2003 A 2012.

Neste capítulo serão apresentados tópicos relacionados à execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), entre 2003 e 2012 no Brasil. Para tanto foram usadas as informações divulgadas pela CONAB. De acordo com os Balanços de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2012, disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informações (SAGI), a CONAB é o maior comprador do PAA, respondendo integralmente pelas modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoque e, parcialmente, pela modalidade Compra com Doação Simultânea, executada também por estados e municípios, via assinatura de convênios ou termos de adesão com o Governo Federal. Os dados a seguir analisados não incluem as aquisições com recursos desses convênios e nem as realizadas pelos municípios com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devido à indisponibilidade de informações sistematizadas. Portanto, a presente análise fica restrita apenas às modalidades operacionalizadas pela CONAB.

Realizou-se um levantamento quantitativo sobre a distribuição do PAA entre as regiões geográficas brasileiras, de 2003 a 2012, com base Balanços de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2012, disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informações (SAGI). Procurou-se verificar a evolução dos recursos acessados, números e renda média dos agricultores familiares e quantidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar brasileira.

Os recursos destinados à execução do PAA pela CONAB têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. No período de 2003 a 2012 foram investidos cerca de R\$ 2,8 bilhões no Programa. Em 2012, o valor aplicado atingiu R\$ 586 milhões, conforme pode ser observado na Gráfico 3. Esse valor demonstra o avanço contínuo do PAA entre 2003 e 2012.

É bom perceber que o PAA contribui para que a CONAB execute outras ações, sendo que, de acordo com os Balanços de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2012, em 2006, 53,4% da quantidade dos produtos das cestas de alimentos distribuídas pela CONAB foram adquiridos de famílias de agricultores por meio do PAA.

No início do programa, entre 2003 e 2004, a região Nordeste foi a mais beneficiada, especialmente através das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O PAA era operacionalizado com recursos do MDS provenientes do Fundo de Combate e

Erradicação da Pobreza, repassados à CONAB através de convênio. Salienta-se que as ações do MDS sempre estiveram articuladas com base do Programa Fome Zero (PFZ).

As ações específicas do Programa Fome Zero se concentravam, basicamente, na região Nordeste. De acordo com os índices de insegurança alimentar do Brasil (FAO, 2014), constata-se que a Região Nordeste concentra a maior parte da população em situação de insegurança alimentar e nutricional do Brasil. As ações do MDS sempre estiveram atreladas ao combate da fome no Brasil.

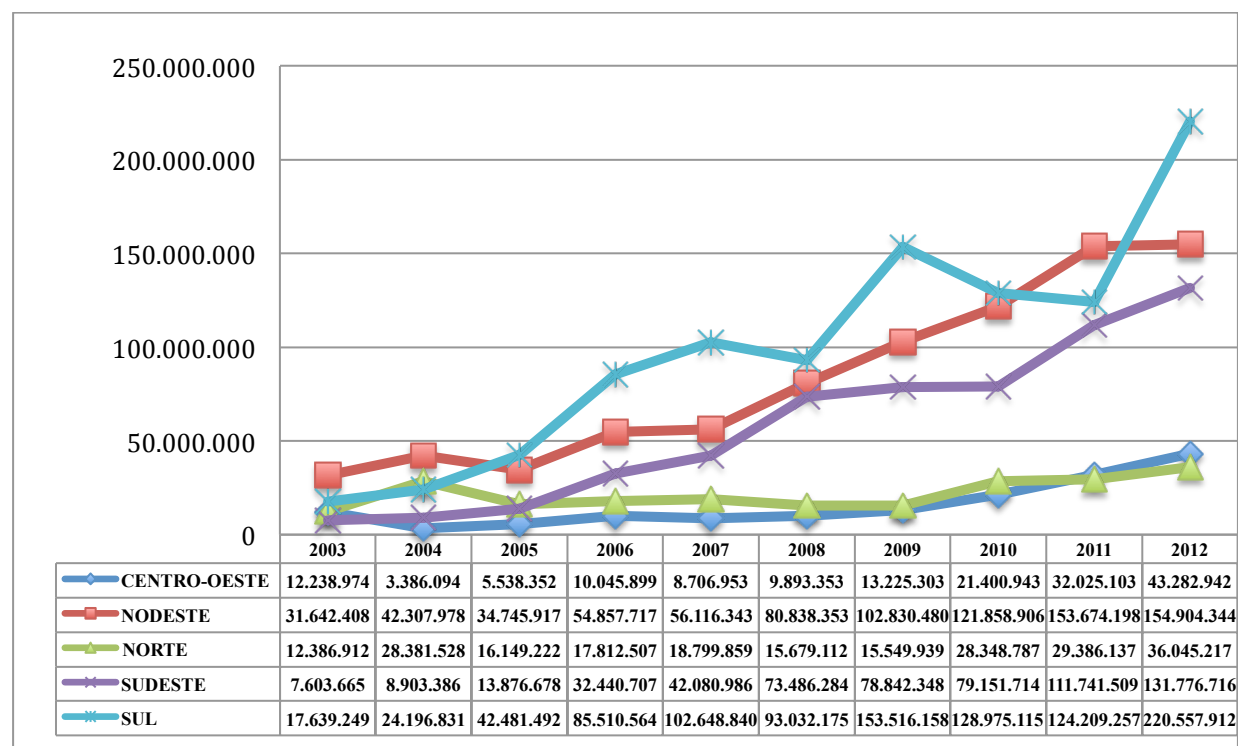


Gráfico 3 – Recursos em Reais aplicados pelo PAA, regiões do Brasil, 2003-2012.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

As regiões Centro-Oeste e Norte não possuem participação significativa no volume total de recursos aplicados no programa entre 2003 e 2012. Isso pode ser explicado, no caso de Região Centro-Oeste, pelo contexto histórico da região, privilegiando a agricultura patronal, cultivando segmentos agrícolas voltados para exportação, subsidiando o desenvolvimento empresarial.

O que impulsionou a inserção dos cerrados nas áreas produtivas e, consequentemente, o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, foram alguns programas específicos implementados nessa região. Dentre os principais, pode-se destacar o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PROCEDER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados). O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação nacional de áreas com características do

cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial. O Programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtos que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial. (PEDROSO, 2006, p. 6)

É necessário reconhecer que os projetos inseridos na região Centro-Oeste evidenciam a relevância assumida pela região em termos de produção de *commodities* e de sua posição no mercado nacional e internacional. Portanto, entende-se que os números baixos do PAA na região derivam-se da atuação do Estado na região e da conformação de uma agricultura baseada na exploração de imensas áreas de terra.

Os números do PAA na região Norte, por sua vez, ainda não têm participação expressiva em nível nacional, porque a população local e o número de agricultores familiares é relativamente menor do que o de outras regiões. De qualquer forma, acredita-se que, com a implantação recente de outras ações governamentais de estímulo à comercialização de produtos extrativistas e da sociobiodiversidade, como é o caso do Programa Arco Verde CONAB, essa região poderá apresentar-se com maior representatividade em relação aos recursos do PAA.

Observa-se um aumento expressivo de recursos em 2006, especialmente, na região Sul superando os números da região Nordeste, o que está relacionado com as mudanças operacionais do PAA entre 2005 e 2006.

Entre 2003 e 2005, os recursos destinados ao Programa tinham origem somente do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, repassados à CONAB pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A partir de 2006 houve mudanças, com destaque ao fato do MDA passar a aportar recursos ao PAA, em grande parte a ser destinado aos agricultores mais organizados e inseridos ao mercado, muito concentrados na região Sul.

Dentre as inovações do Programa para o ano de 2006, destaca-se a entrada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que firmou o termo de cooperação técnica com a Conab, disponibilizando recursos para aquisições com formação de estoque e o aumento do limite por família de agricultor, por meio do Decreto 5.873, de 15 de agosto de 2006, que passou de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.500,00. Até 2005, a modalidade de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), podia ser feita de duas formas diferentes, com doação simultânea ou com formação de estoques. Em 2006, com a participação do MDA, a (CAEAF) foi separada em duas modalidades: Compra com Doação Simultânea, que manteve seu formato original; e Formação de Estoque, que possibilita às organizações dos agricultores familiares formarem seus próprios estoques, podendo pagar, no vencimento da cédula, em dinheiro ou em produto (BRASIL, 2006, p. 4)

Em relação à distribuição total de recursos entre 2003 e 2012, com a entrada do MDA a região Sul tornou-se a maior beneficiada. O principal objetivo do MDA é estimular a comercialização em circuitos curtos de comercialização (mercado local), atuando através da modalidade Formação de Estoque “Segundo os dados utilizados, chegou-se a conclusão que, especificamente aqui no Rio Grande do Sul, o PAA atuou, principalmente, como política de preços no atendimento a agricultores que se supõem mais organizados, com maior inserção social, mais capitalizados” (Grando; Ferreira, 2013, p. 18). Segundo os relatórios da CONAB (2010) as modalidades CDAF e Formação de Estoque, representavam juntas mais de 75% do valor das aquisições na Região Sul, com participação majoritária de recursos viabilizados pelo MDA.

Entre 2008 e 2009 elevam-se os recursos aplicados no Programa. O único declínio foi na região Norte. Talvez isso esteja relacionado à extensão territorial da região e às dificuldades de acesso ao Programa, devido aos seguintes fatores: infraestruturas, aspectos culturais, integração via políticas públicas e hidrografia. Esses fatores representaram um desafio para consolidação do PAA na região, especialmente no que tange ao acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Ainda em relação a 2009, supõe-se que houve uma estratégia do Estado em manter a renda no setor, fortemente afetada pela queda dos preços agrícolas em decorrência da crise financeira mundial entre 2008 e 2009. Portanto, as ações da CONAB tinham o objetivo de estimular a agricultura familiar, através do aumento de capital para o setor.

Em relação ao aumento de recursos aplicados na Região Sul em 2009, tem-se que considerar que na região existem diversos setores da agricultura familiar diferenciados por graus de infraestruturas, integrados economicamente ao mercado e socialmente organizados.

Na região Sul estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde as comunidades camponesas de imigrantes europeus se implantam no século XIX. A história anterior dos imigrantes, as condições de sua instalação no país, independentemente das grandes propriedades e a possibilidade de reprodução da família, graças a deslocamentos constantes, explicam por que as colônias meridionais puderam constituir-se mais claramente em comunidades camponesas. (LAMARCHE, 2003, p. 182)

Os presentes aspectos foram significativos para o destaque da Região Sul no PAA. Outro aspecto fundamental que explica o avanço expressivo nas aquisições em 2009, é o modelo adotado pelo Estado, estimulando a economia nacional via capital de giro. Com objetivo de diminuir os efeitos da crise, os recursos tiveram um aumento de 13% em relação ao ano de 2008. Nesse período, a CONAB impulsionou a produção de alimentos em

quantidade e qualidade com objetivo de desenvolver mecanismos de inserção de produtos oriundos da agricultura familiar nos circuitos curtos de comercialização se articulando com os princípios das modalidades CDAF e Formação de Estoque.

Em relação aos recursos disponibilizados para o Sudeste, ressalta-se que foi a região que se mostrou mais estável entre 2003 e 2012, demonstrando evolução contínua ao longo de todo o período. O fator principal do sucesso do PAA na região está relacionado com o equilíbrio das modalidades operacionalizadas pela CONAB, constituindo em participações expressivas nas três modalidades (Compra Direta da Agricultura Familiar, Formação de Estoque e Compra com Doação Simultânea).

Entre 2010 e 2011 ocorreu aumento expressivo na participação da região Sudeste, sendo que o principal produto fornecido pela agricultura familiar foi a farinha de mandioca. Segundo dados do PAA/Data (2012), foram gastos mais de R\$ 1 milhão com aquisições de farinha de mandioca nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Outro ponto que merece ser ressaltado em relação aos recursos aplicados no PAA é o aumento significativo de recursos para região Sul de 2011 a 2012, representando um acréscimo de 77%. Isso se relaciona com o aumento das aquisições via Formação de Estoque.

Assim, Segundo a CONAB (2012), a utilização dos recursos do MDA no PAA restringiu-se, no ano de 2012, apenas ao instrumento Formação de Estoque, pelo fato de que sua operacionalização exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização. A grande concentração desse instrumento ocorreu na região Sul, que conta com muitas cooperativas e associações com experiência no acesso aos instrumentos de comercialização.

Deve-se considerar que os agricultores familiares do Sul possuem certo grau de organização relacionada à sua formação histórica. Segundo Herédia (2001), a colonização no Rio Grande do Sul foi fundada sob o regime da pequena propriedade. Os alemães em 1824 receberam lotes coloniais de 77 hectares. Muitos migrantes eram agricultores marginalizados na Europa e chegaram ao Brasil em busca do espaço para produzir alimentos para subsistência e, ao mesmo tempo, comercializarem o restante.

A partir da imigração europeia houve uma diversificação das atividades onde o imigrante contribuiu para a formação de pequenas e médias propriedades, com a utilização de mão de obra familiar. Ressaltando que em outras regiões a preponderância era o latifúndio e das barreiras sociais por ele imposta. (STOFFEL, 2015, p. 8-9).

Nessa perspectiva, a demanda pelo PAA varia de acordo com as características regionais brasileiras, juntando-se a isso aspectos concernentes à organização de agricultores e infraestruturas adequadas para o bom funcionamento do Programa. Nesse sentido, pode-se

entender a boa dotação dos recursos do Programa a contemplar as regiões Sul e Sudeste, onde estão instalados os estabelecimentos familiares com maior grau de infraestrutura.

Quanto à região Nordeste, que disputa com o Sul o primeiro lugar em recebimento de recursos, ela é muito contemplada com recursos do MDS. Considerando-se o índice de insegurança alimentar da região, torna-se fundamental a atuação do PAA no espaço agrícola nordestino, atuando especialmente em casos de vulnerabilidade social. Mattei e Maluf (2011) salientam que 53% das pessoas com domicílio rural qualificadas como pobres no Brasil situam-se no Nordeste e, mais grave, de acordo com o Relatório da FAO 2014/2015 a região concentra 70% do total de pessoas extremamente pobres. Associando a região Norte a estes números, observa-se que as duas regiões concentram-se 66% do total de pessoas pobres domiciliadas no meio rural brasileiro e 81% da população rural extremamente pobres.

Outro indicativo do Programa é o número de contratos de agricultores familiares beneficiados, conforme Gráfico 4. A mensuração da quantidade de famílias de agricultores familiares participantes do PAA é um dos principais indicativos de uma nova perspectiva para agricultura familiar brasileira.

De acordo com as modalidade operacionalizadas pela CONAB entre 2003 e 2012, participaram 840 mil famílias de agricultores no PAA. Houve aumento expressivo em quase todas as regiões do país, com exceção da região Norte. Esta e o Centro-Oeste apresentaram ao longo do período menor número de famílias contempladas.

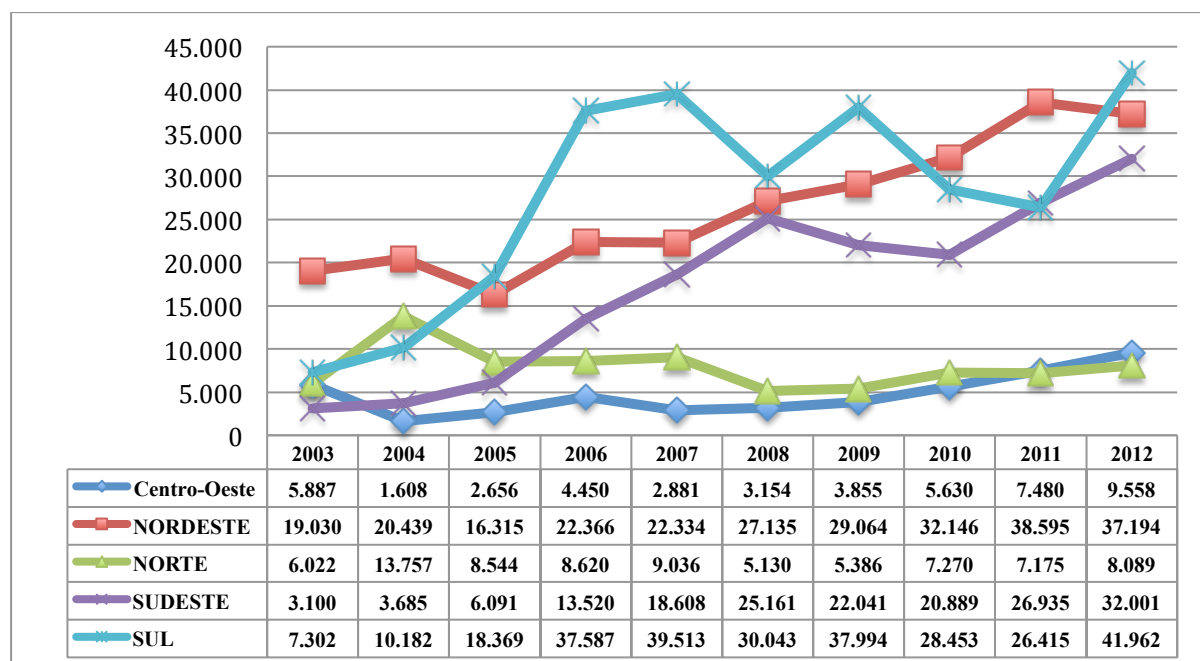


Gráfico 4 – Número de famílias de agricultores que participam do PAA nas regiões brasileiras, 2003 a 2012.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

Em relação a região Centro-Oeste, até meados de 2010 ela apresentou o menor número de agricultores inseridos no PAA, fato associado que nessa região estão apenas 3,9% dos estabelecimentos familiares no Brasil (BRASIL, 2000).

Quanto ao número de famílias da região Norte, nota-se uma instabilidade entre 2003 e 2012. Talvez esses números estejam relacionados à falta de informação de agricultores, cooperativas e associações da região. Salienta-se que o PAA exige determinada organização, especialmente em relação à parte burocrática.

Em 2006, houve aumento de famílias em todas as regiões do Brasil e o fator principal que justifica esse incremento é a entrada do MDA. De acordo com dados da CONAB (2006) foram atendidas 86.543 famílias de agricultores, distribuídos por 18 Estados, com grande concentração na região Sul.

O PAA vem contribuindo com o aumento gradual do número de famílias, como foi observado no Gráfico 4 evidenciando o desenvolvimento construtivo do PAA no espaço agrícola brasileiro. Outro aspecto que se relaciona com o aumento contínuo do número de famílias de agricultores familiares é a elevação da renda do produtor. Ressalta-se que os números do Gráfico 5 estão relacionados com a média de aquisição por agricultor familiar entre 2003 e 2012.

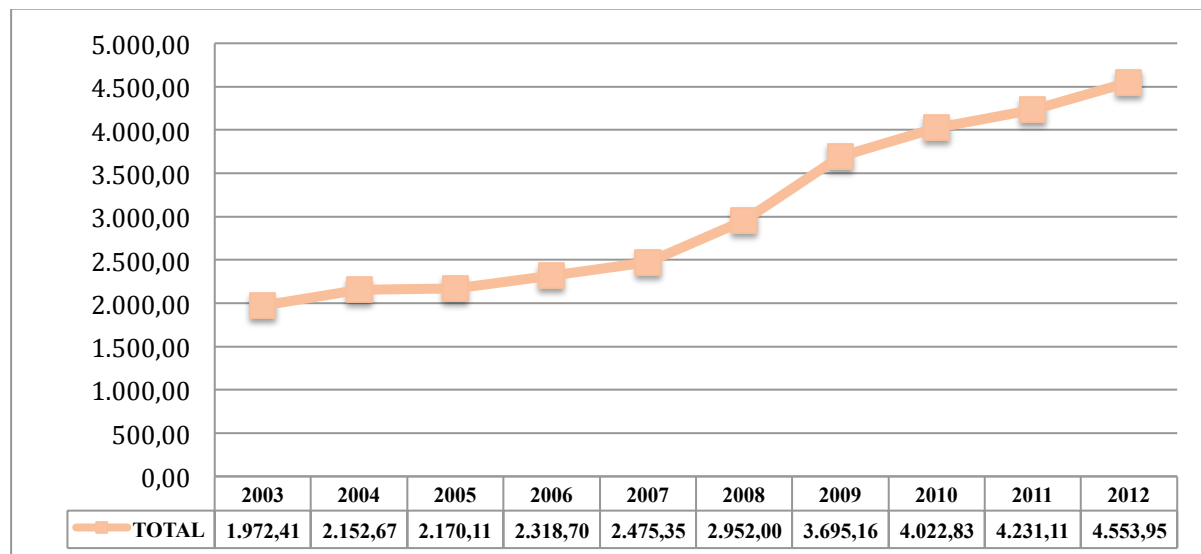


Gráfico 5 – Valores médio dos recursos, do PAA em reais do PAA , acessados por família 2003 a 2012, Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

Em termos de renda, o PAA atua mais como uma complementação de renda para o agricultor familiar, ainda que esse valor não seja uma fonte de renda expressiva para determinados produtores, sobretudo aqueles que são integrados aos meio técnicos-científicos-

informacionais. Mas, para a grande maioria de agricultores vinculados ao PAA, especialmente aqueles que foram marginalizados pelas políticas públicas conservadoras do Estado, o PAA é uma fonte de renda fundamental.

O crescimento do recurso médio por família entre 2003 e 2012 é sistemático, com destaque para o ano de 2009, em que esse valor se elevou em R\$ 534 em relação a 2008, em grande parte explicado pela elevação do valor máximo que cada agricultor pode acessar.

As principais aquisições de alimentos foram através da modalidade Compra com Doação Simultânea, com predominância de carnes e ovos, representando 15% do total de recursos em 2009, panificados e massas, 11%, grãos e cereais, 11%, e hortaliças, raízes e tubérculos, 8%. As quatro categorias significaram um total de 45% de produtos oriundos da agricultura familiar. De acordo com Brasil (2012), esses números de 2009 são representativos, com algumas variações, para o que se verificou entre 2003 e 2012.

No mesmo período, a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) concentrou-se, basicamente, em três gêneros alimentícios: feijão, com 39%, leite em pó, 31% e trigo, 19%, representando quase 90% das aquisições da CONAB.

Outra modalidade analisada para justificar a evolução da renda do produtor rural foi a Formação de Estoque, sendo essa a segunda modalidade mais acessada do PAA. Os principais gêneros alimentícios beneficiados foram suco, com 19%, feijão, 15%, milho, 11%, arroz, 10% e trigo, com 9%, Constata-se que o PAA vem incentivando a diversidade da produção através de seus mecanismos de comercialização.

Finalizando as considerações sobre o número de famílias que acessam o Programa, salienta-se que as famílias integradas com as ações do MDA estão articuladas aos circuitos curtos de comercialização, especialmente, através da modalidade Formação de Estoque.

Em relação às famílias articuladas às ações do MDS, como já dito, as mesmas estão inseridas em contexto social e regional, atuando basicamente em casos de insegurança alimentar. Portanto, acredita-se que o PAA procura atuar de acordo com as especificidades da região solicitante, buscando suprir as disparidades regionais do território brasileiro.

Ressalta-se que dentre as modalidades do PAA executados pela CONAB, duas são operacionalizados por meio de projetos, a Formação de Estoque e a Compra com Doação Simultânea. De acordo com a CONAB (2012), entre 2003 e 2012, foram constituídos 13.384 projetos, constatando-se que em todas as regiões houve aumento gradual no número de projetos.

Os projetos necessitam respeitar as particularidades geográficas brasileiras e contemplar a maior diversidade de produtos (frutas, legumes, verduras, carnes, produtos

orgânicos etc.). O Gráfico 6 evidencia a quantidade de produtos adquirida através do PAA entre 2003 e 2012. A participação do agricultor pode ocorrer com os produtos que ele tradicionalmente cultiva em sua propriedade, valorizando culturas típicas da região.

A região Nordeste se destaca pela produção de mandioca, farinha de mandioca, banana, umbu, batata doce e peixe. O conjunto de produtos citados são na maioria dos casos in natura ou com baixo grau de processamento, o que pode ser relacionado ao fato da sua agricultura familiar ser menos integrada com os meios técnicos-científicos. Destaca-se também que houve grande variedade de produtos ofertados, em número de 246 em 2012, entre eles mandioca, farinha de mandioca, peixe, coco, mel, laranja, inhame, frango, biscoito de tapioca, alface, feijão, caju e abobrinha, maxixe, rapadura e leite e derivados, sendo que 12% são de origem orgânica.

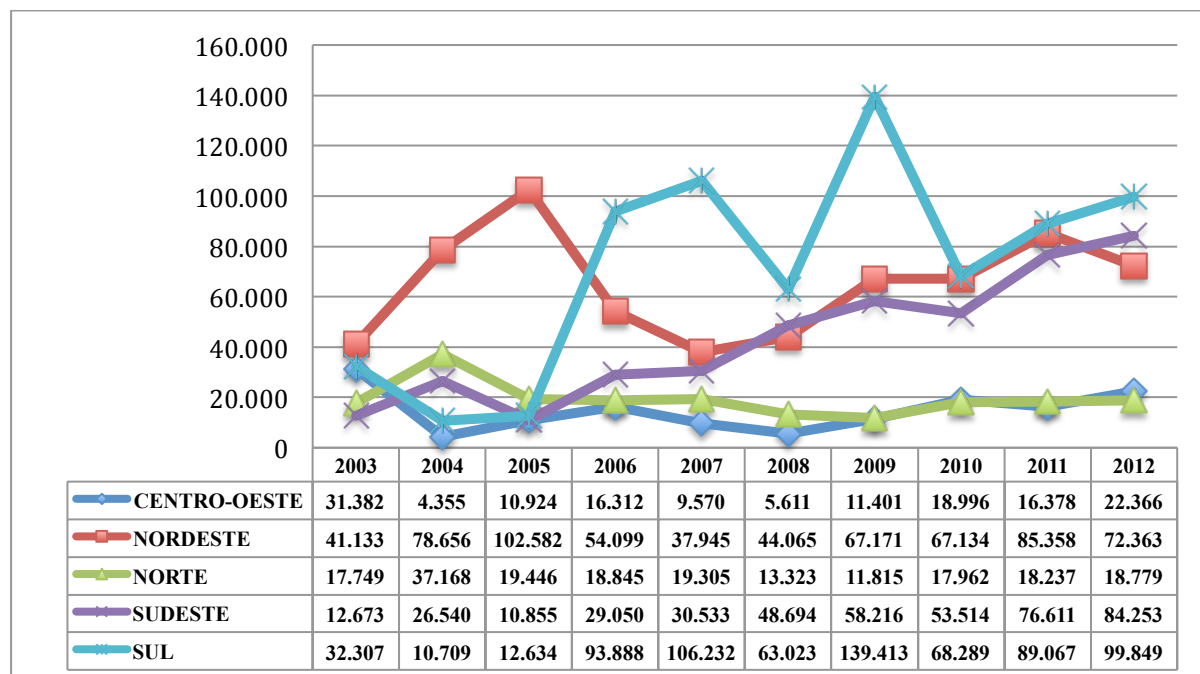


Gráfico 6 - Quantidade de produtos, em toneladas, adquirida pelo PAA em regiões brasileiras, 2003 a 2012.

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

Em relação ao cenário das regiões Sul e Sudeste verifica-se maior articulação de produtos com algum tipo de processamento como, por exemplo, leite em pó, bolacha, feijão empacotado, arroz, suco de uva, suco de laranja, pão e açúcar.

Em relação à região Norte predomina a produção de banana, abacaxi, melancia, farinha de mandioca, laranja e açaí, com baixo grau de processamento. Já a dinâmica da região Centro-Oeste se articula mais com as aquisições de carne bovina no Mato Grosso e milho no Mato Grosso do Sul, o que está relacionado com o perfil agrícola regional.

Os produtos distribuídos conforme a lógica do PAA encorajam a diversificação através da incorporação de maior número de gêneros alimentícios. Segundo Marques et al. (2014) trata-se de uma diferenciação em relação à regra geral, em que esses alimentos são negligenciados quando o orçamento familiar é muito restrito; negligência induzida em razão, notadamente, da publicidade midiática em favor do alimentos industrializados (LACOMBE, 2002).

Observa-se que houve predomínio da Região Nordeste entre 2003 e 2005, salientando-se que a região corresponde por 50% dos estabelecimentos familiares do Brasil (IBGE, 2006). A queda de produtos ofertados na região, após 2005, deve-se ao encerramento da modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) que previa a antecipação de recursos para o plantio aos agricultores familiares vinculados ao PAA, sendo que a quitação poderia ser realizada com produtos da colheita referente ou pelo financiamento antecipado. O fator cerne para o encerramento da modalidade foram os altos índices de inadimplência, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

A região Sul ganha expressividade devido à entrada do MDA pós 2006. Segundo a CONAB (2006), o aumento de produtos beneficiados na região Sul se explica, em parte, pelas compra de suco de uva, grãos e leite em pó (que pode ser estocado) produtos oriundos de cooperativas de agricultores familiares para comercialização ou composição das cestas de alimentos para atendimento a populações atingidas por calamidades, acampados da reforma agrária e famílias em estado de insegurança social.

A região Sul apresentou números significativos entre 2005 e 2007, com queda expressiva em 2008, quando o preço dos alimentos no Brasil, seguindo uma tendência mundial, registraram grande valorização.

No Sudeste, a partir de 2005, observa-se um avanço contínuo na quantidade de alimentos adquiridos da agricultura familiar, constituindo-se na região mais estável entre 2003 e 2012, ocorrendo apenas queda entre 2004 e 2005 devido às mudanças operacionais do PAA. Nessa região não houve destaque para determinada modalidade, o que talvez justifique as flutuações menores na quantidade de produtos beneficiada pelo PAA.

De acordo com as informações do PAA Data, referentes a 2012, toma-se conhecimento da grande variedade de produtos fornecidos pelos agricultores familiares da região Sudeste. Constataram-se 328 tipos de produtos, sendo que 25,6% eram de origem orgânica. Os principais alimentos adquiridos ou beneficiados foram feijão, milho, mandioca, laranja, ovos, pães, biscoitos, tomate, polpa de frutas, peixes e laticínios.

Verifica-se que as regiões Norte e Centro-Oeste não possuem participação alta em relação à quantidade de alimentos beneficiadas pelo PAA. No Centro-Oeste isso está relacionado à menor importância relativa da agricultura familiar, enquanto no Norte seus estabelecimentos agropecuários familiares são diferentes daqueles do Sul e Sudeste. Grande parte da agricultura do Norte é pouco integrada aos meios técnicos-científicos-informacionais, além da região ser pouco integrada à dinâmica do território brasileiro.

De forma geral, conclui-se que o PAA vem incentivando a diversificação da produção familiar, ao mesmo tempo que leva em consideração as particularidades regionais brasileiras.

A maior diversidade da produção encontra-se nos alimentos hortigranjeiros, sendo que parcela desses alimentos não se estoca e deve ser consumida rapidamente. Na maioria dos casos esses alimentos são distribuídos para creches, escolas, hospitais e asilos, se atrelando com as ações da modalidade Compra com Doação Simultânea.

Por sua vez, parcela significativa dos alimentos processados (biscoitos, doces, bolos, cereais e carnes processadas) pode ser estocada e comercializada com preços mais compensatórios. Esse tipo de alimento se relaciona muito com as ações do MDA, atuando especialmente através da modalidade Formação de Estoque.

Em relação às entidades receptoras e consumidores, o PAA atua em uma rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos), rede de entidades socio-assistenciais que prestam serviço e fornecem alimentos a pessoas em vulnerabilidade social e de forma complementar ao PNAE na rede de escolas públicas.

A variedade de alimentos, frequentemente associada à sazonalidade, estimula o consumo de produtos típicos dos hábitos alimentares locais e regionais, que tendiam a ser negligenciados em razão do aumento da alimentação industrial. Associa-se a isso o estímulo do PAA à produção orgânica, que tem seus preços acrescidos em 30%.

A modalidade Compra com Doação Simultânea é a mais acessada devido ao seu caráter social atuando em casos de insegurança alimentar. Salienta-se que a região Sul não se relaciona de forma expressiva com as ações do MDS.

Em relação ao Rio Grande do Sul, os dados da Conab indicam uma atuação diferente do programa. O volume de recursos para compra de alimentos destinados à Doação Simultânea, se constitui em uma ação restrita ao MDS, contemplando agricultores familiares mais frágeis, em extrema pobreza, que não lograram formas de organização social e se enquadram como beneficiários das políticas de combate à pobreza rural e segurança alimentar.

Este, não se constitui no maior público do PAA-Conab no Rio Grande do Sul (GRANDO e FERREIRA, 2013)

Os repasses da CONAB têm sido incrementados de forma construtiva desde sua implementação em 2003, embora ainda inferiores à demanda, de forma que o PAA vem criando uma perspectiva construtiva para agricultura familiar. Através do PAA os agricultores familiares podem aumentar sua renda, o que pode ter efeitos positivos na diminuição do êxodo rural.

Contudo, deve-se considerar que há dificuldades para os agricultores acessarem o PAA, especialmente os que não possuem formalização jurídica ou não estão organizados em associações ou cooperativas. Essas dificuldades aumentam ao se tentar obter o sobre preço previsto no caso de alimentos orgânicos, que exige comprovação via certificação, o que não é um processo simplificado para os agricultores familiares.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a certificação de produtos orgânicos pode acontecer de duas formas: por contratação de uma Certificadora por Auditoria ou se integrando a um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Em relação a contratação da Certificadora por Auditoria, o agricultor familiar receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. Se o produtor descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado e informa ao MAPA. No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo às reuniões periódicas do grupo, que garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem.

Os dados demonstram que as regiões Norte e Centro-Oeste ainda não apresentam resultados efetivos, quando comparadas com as demais regiões. Pode-se considerar que o PAA atua mais fortemente nas regiões Sul, Nordeste, Sudeste. O equilíbrio entre as três regiões é justificado pelo perfil do PAA, com suas diversas modalidades se relacionando a diferentes perfis socioeconômicos regionais.

4 EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como comentado na Introdução, a agricultura familiar no estado de São Paulo apresenta importância relativa menor do que nos estados da região Sul, além do que vem sendo pressionada pela expansão canavieira. Mesmo assim, ela mantém relevante importância como produtora de alimentos e geradora de ocupação agropecuária e é recomendável que se procure entender como as políticas públicas vem se desenvolvendo e se são efetivas para fortalecer e contribuir para sua permanência no Estado.

Neste capítulo serão analisadas algumas variáveis de desempenho do PAA gerenciado pela CONAB/SP, bem como sua relação com outras políticas e variáveis do agro paulista, procurando melhor entendimento da implantação dessa política no estado de São Paulo.

De acordo com o Censo 2006, São Paulo possuía 3,5% dos estabelecimentos familiares do país, representando 8,4% de sua renda bruta (BRASIL, 2009). A Tabela 4 mostra que, a partir de 2008, São Paulo conseguiu ter uma participação no número de contratos do PAA (ou dos agricultores familiares beneficiados) bem acima de sua participação no número de agricultores familiares no País, com exceção de 2010. Já no gastos do PAA, a participação paulista foi maior, mas com distância menor em relação à sua participação na renda bruta da agricultura familiar. Não se deve esquecer que os contratos do PAA têm um limite bastante reduzido por agricultor beneficiado.

Tabela 4 - Participação de São Paulo no PAA nacional, em número de agricultores beneficiados e valor gasto, 2003-2012.

Ano	Agricultores Beneficiados			Gastos PAA da CONAB (R\$)		
	São Paulo	Brasil	SP/BR %	São Paulo	Brasil	SP/BR %
2003	1.349	41.341	3,3	3.266,4	81.541,2	4,0
2004	1.833	49.671	3,7	4.282,6	107.185,8	4,0
2005	1.171	51.975	2,3	2.838,3	112.791,7	2,5
2006	2.204	86.543	2,5	6.550,7	200.667,4	3,3
2007	3.981	92.372	4,3	13.886,7	228.353,0	6,1
2008	7.024	90.623	7,8	24.245,9	272.929,4	8,9
2009	10.299	98.340	10,5	39.689,4	363.381,9	10,9
2010	4.686	94.386	5,0	19.564,4	379.735,5	5,2
2011	13.302	106.600	12,5	53.970,3	451.036,2	12,0
2012	18.523	128.804	14,4	74.456,1	586.567,1	12,7

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (CONAB, 2012).

Não se tem elementos suficientes para justificar essa maior participação relativa de São Paulo em relação aos outros estados e Distrito Federal. Pode traduzir maior iniciativa de

seus agricultores, bem como maior eficácia administrativa de sua superintendência regional da CONAB.

Dos 645 municípios do estado de São Paulo, em 2012 o PAA estava presente em 128 (19,8%), atendendo 17.920 agricultores, pouco mais de 10% dos agricultores familiares apurados no estado pelo Censo Agropecuário de 2006. Desse 128 municípios, 44 tinham Formação de Estoque e Compra com Doação Simultânea, um apenas Formação de Estoque e 83 apenas Compra com Doação Simultânea⁴. Nesse sentido, existem 2.319.984 pessoas beneficiadas pelas ações do PAA no estado de São Paulo.

As análise e cruzamentos que serão feitos a seguir dizem respeito apenas ao ano de 2012 e aos gastos feitos diretamente pela Superintendência Regional da CONAB nas modalidades Compra com Doação Simultânea) e Formação de Estoques, as únicas que a Companhia executa em São Paulo. Em relação ao total do PAA executado em São Paulo, considerando-se também a parte sob gestão de prefeituras municipais, os gastos da CONAB representaram 80% dele.

4.1 EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO DE ESTOQUE E COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA EM 2012

Quanto à modalidade Formação de Estoque, apenas em 45 municípios paulistas, ou 7,0% do total, foi encontrada essa modalidade em 2012. Dos 17.920 agricultores familiares de São Paulo contemplados pelo PAA em 2012, 4.807 (27,0%) acessaram a Formação de Estoque, que exige maior nível de organização dos agricultores em relação à modalidade Compra com Doação Simultânea, de mais fácil execução.

A Formação de Estoque permitiu a estocagem 8,3 mil toneladas de produtos agropecuários pelos agricultores paulistas em 2012. Predominaram, com 55% de participação, os gêneros alimentícios com mínimo grau de processamento⁵, com destaque para o feijão. Representando 36% do valor da Formação de Estoque apareciam os alimentos com médio grau de processamento com destaque para polpa de frutas e farinha de mandioca e, com 9%, os alimentos com alto grau de processamento, com destaque para a produção de doces. Ressalta-se que não apareceram transações vinculadas à comercialização de produtos in natura, que não podem ser estocados.

4 A relação dos municípios contemplados com PAA no estado de São Paulo em 2012, acompanhada de outras informações pode ser visualizada nos anexos A e B.

⁵ Está-se usando a seguinte ordem de classificação dos produtos, sugerida por Baccarin et al (2015): i) *in natura*, que não passam por nenhum processamento; ii) com mínimo grau de processamento, que passam apenas por transformações físicas; iii) com médio grau de processamento, com transformações físico-químicas; iv) com alto grau de processamento, que necessitam transformação industrial fora do espaço produtivo do agricultor familiar.

Por sua vez o acesso à Compra com Doação Simultânea foi registrado em 127 (19,7%) dos municípios paulistas, em 2012, com 13.113 agricultores familiares sendo beneficiados, dos quais se compraram 43,8 mil toneladas de produtos agropecuários.

Os principais alimentos adquiridos foram in natura (hortaliças, frutas, tubérculos e verduras), representando 94% das aquisições. Posteriormente, aparecem os alimentos com mínimo grau de processamento (grãos e cereais), 5% das aquisições. Alimentos com médio (polpa de frutas e farináceos) e alto grau de processamento, com destaque para doces e bebidas lácteas, representaram apenas 1% das aquisições.

A grande expressividade de alimentos in natura na modalidade Compra com Doação Simultânea se relaciona com os princípios da modalidade, que é articular a produção familiar com o atendimento direto das demandas de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e de programas sociais da localidade, como banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias. Os alimentos devem ser consumidos em dias ou semanas não podendo ser estocado, atuando de forma imediata em casos de insegurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto a ser destacado, é que a compra de alimentos in natura é mais condizente com as condições da maior parte dos agricultores familiares que, por razões financeiras e de normativas sanitárias, encontra dificuldade em investir em máquinas e equipamentos que permitissem a transformação de seus produtos.

É interessante observar que as doações encaminhadas pela CONAB para os 127 municípios com Compra com Doação Simultânea, na maior parte das vezes, não tem a produção correspondente no próprio município. Em 92 (72,4%) deles, os produtos vieram de fora de suas fronteiras municipais e em 35 (27,6%) de sua própria área agrícola. Isso, muito provavelmente, está relacionado com o fato de a CONAB/SP ter atuação estadual, esperando-se que quando a Compra com Doação Simultânea for executada pelo próprio município seus agricultores sejam percentualmente mais contemplados.

4.2 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E PAA

A Tabela 5 aponta que há sinergia entre a importância da agricultura familiar e o acesso ao PAA. Ou seja, a participação no PAA tende a crescer mais que proporcionalmente em relação à importância da agricultura familiar nos municípios.

Nota-se que aqueles municípios que têm número de agricultores familiares acima de 80,1% do total de agricultores, representam 8,5% dos municípios paulistas e são 10,1% dos municípios do estado com PAA. Já aqueles que os seus agricultores familiares representam

entre 60,1% e 80,0% de seus agricultores são 46,5% dos municípios paulistas e 62,0% daqueles que tem PAA. Ou seja, para essas duas faixas, a participação do PAA é maior que a participação no número de municípios paulistas, indicando que a maior importância dos agricultores familiares é respondida mais que proporcionalmente com participação no PAA. Na faixa de 40,1% a 60,0% de agricultores familiares, a participação no PAA é ainda significativa, embora menor que a participação no número de municípios paulistas. Onde os agricultores familiares são pouco importantes, a participação relativa no PAA é ainda mais reduzida.

Tabela 5 – Participação percentual do PAA em faixas de municípios com diferentes participações da agricultura familiar/AF nos estabelecimentos agropecuários, São Paulo, 2012.

Importância da AF (%)	Municípios		Existência do PAA	
	Número	Porcentual	Número	Porcentual
0,0 - 20,0	21	3,3%	0	0,0%
20,1 - 40,0	48	7,4%	3	3,1%
40,1 - 60,0	221	34,3%	31	24,8%
60,1 - 80,0	300	46,5%	80	62,0%
80,1 - 100,0	55	8,5%	13	10,1%
Total	645	100,0%	127	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

4.3 DISTRIBUIÇÃO DO PAA ENTRE REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Para análise da atuação do PAA no espaço agrícola paulista considerou-se a divisão político-administrativa do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA), conforme Mapa 1, que estabelece a conformação de 15 Regiões Administrativas. Além da Região Metropolitana de São Paulo, existiam outras 14 regiões administrativas: Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca.

A Tabela 6 registra uma série de indicadores dessas regiões administrativas: populacionais, geográficos e econômicos. Quase metade da população do estado encontra-se concentrada nas 39 cidades que compõe a Região Metropolitana de São Paulo, responsável por 56,3% do PIB paulista. Com exceção de Registro, que possui imensa área de preservação natural e nível reduzido de população, as outras regiões em torno da metrópole paulistana têm importante contribuição para a economia do estado; são elas Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos (ou Baixada Santista). A chamada macro metrópole, resultado da soma dessas cinco regiões mais a de São Paulo, concentra 85,7% do PIB do estado de São Paulo, com forte presença nos setores secundário e terciário. As atividades agrícolas são mais bem

distribuídas pelo território paulista. (Secretária de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, 2015.)



Mapa 1 – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Tabela 6 – Perfil das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, em ordem crescente de população.

Região Administrativa	Municípios		População - 2010		PIB - 2010	
	Número	% SP	Pessoas	% SP	R\$ milhões	% SP
Registro	14	2,2	269.233	0,7	3.403,90	0,3
Barretos	19	3,0	419.372	1,0	8.401,77	0,8
Franca	23	3,6	705.707	1,7	12.973,01	1,0
Araçatuba	43	6,7	735.401	1,8	14.813,05	1,2
Presidente Prudente	53	8,2	833.120	2,0	14.340,18	1,2
Marília	51	7,9	940.347	2,3	17.317,71	1,4
Central	26	4,0	951.408	2,3	23.800,11	1,9
Bauru	39	6,1	1.052.395	2,6	22.299,77	1,8
Ribeirão Preto	25	3,9	1.246.046	3,0	31.965,85	2,6
São José do Rio Preto	96	14,9	1.436.300	3,5	29.065,19	2,3
Santos	9	1,4	1.662.392	4,0	47.302,46	3,8
São José dos Campos	39	6,1	2.262.135	5,5	61.698,19	5,0
Sorocaba	79	12,5	2.800.950	6,8	60.432,15	4,8
Campinas	90	14,0	6.241.314	15,1	197.034,00	15,8
São Paulo	39	6,1	22.153.766	47,7	679.592,61	56,3
Estado São Paulo	645	100,0	43.706.982	100,0	1.224.439,95	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Secretária de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo (2015).

São as regiões da macro metrópole, conforme o Gráfico 7, que tendem a apresentar a maior renda per capita no Estado. A exceção é Sorocaba, que é superada pelas regiões Central

e de Ribeirão Preto. Ao reportar ao Mapa 1, pode-se entender essa situação. A região de Sorocaba é bastante grande, contendo parte muito industrializada, em torno da cidade de Sorocaba, e parte mais agrícola e empobrecida, ao seu sul, próximo a cidade de Itapeva. Muitos desses municípios, aliás, compõem o Alto Vale do Ribeira (o Médio e o Baixo encontram-se na região de Registro), com baixo índice de desenvolvimento humano. As regiões com menor renda per capita tendem a se concentrar no sul e no oeste do estado de São Paulo.

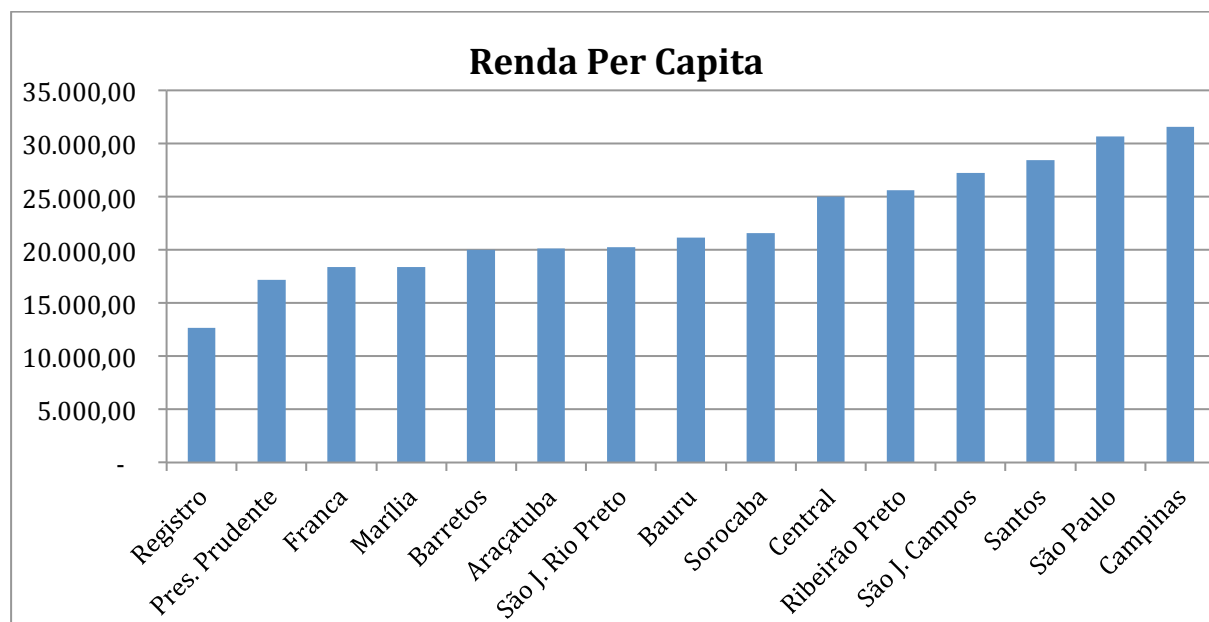


Gráfico 7 - Regiões Administrativas paulistas classificadas de acordo com a renda per capita, em reais.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Secretária de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo (2015).

A Tabela 7 mostra a distribuição das duas modalidades de PAA entre as regiões administrativas do estado. Mais de 50% dos municípios atendidos tanto pela Compra com Doação Simultânea quanto pela Formação de Estoque estão localizados em três regiões administrativas, de Presidente Prudente, Sorocaba e Bauru. Insista que no caso de Sorocaba, a maior parte de seus municípios contemplados está situada em sua parte mais ao sul, pouco industrializada. Estas três regiões têm pouco mais do que 11% da população do Estado.

Entre as regiões mais industrializadas, Campinas aparece em quinto lugar entre as contempladas com Compra com Doação Simultânea. Contudo, pode-se perceber que sua participação no PAA é significativamente menor do que sua participação na população de São Paulo.

Parece ficar claro que as regiões com menos população, mais pobres e mais dependentes da agricultura foram relativamente mais contempladas com a execução do PAA. Exemplo disso é Registro, com apenas 0,7% da população estadual, mas com participação na Compra com Doação Simultânea de 5,5% e na Formação de Estoque de 8,9%.

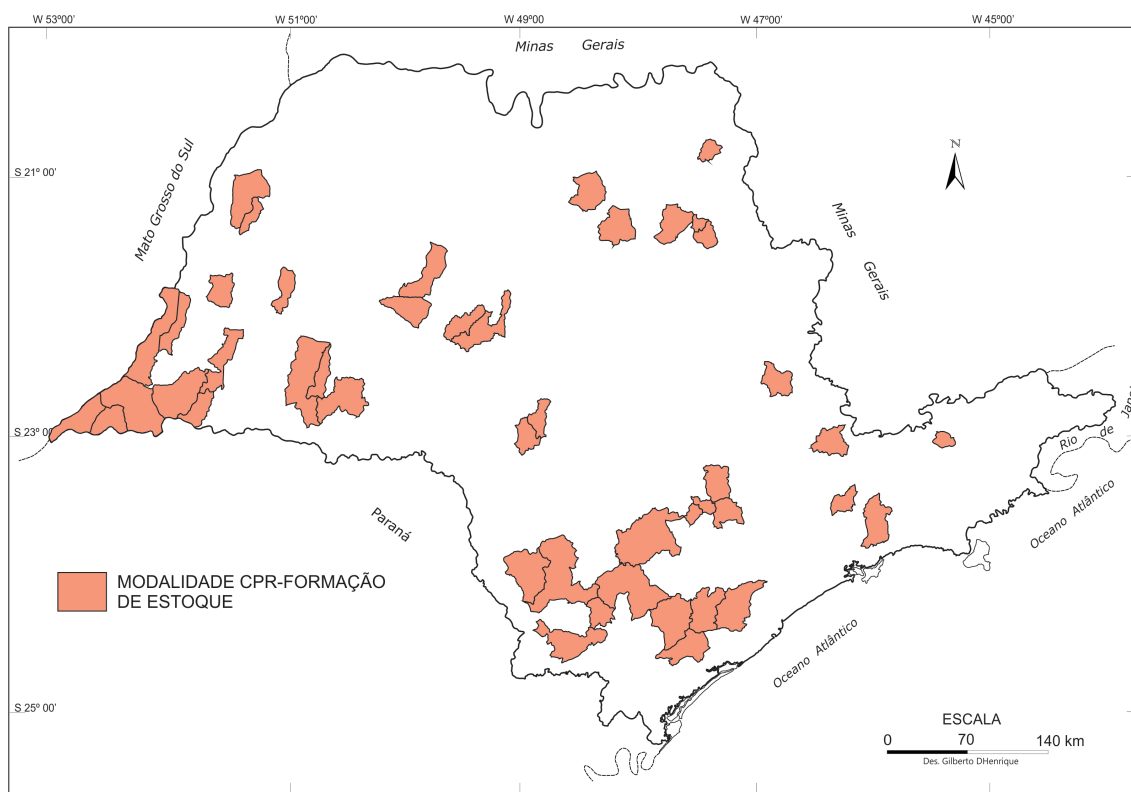
Tabela 7 - Distribuição das modalidades do PAA entre regiões administrativas de São Paulo, em ordem decrescente de importância da Compra com Doação Simultânea, 2012.

Região Administrativa	CDS Doação		FE Estoque		% da População
	Municípios	%	Municípios	%	
Presidente Prudente	31	24,4	10	22,2	2,0
Sorocaba	24	18,9	11	24,4	6,8
Bauru	11	8,7	5	11,1	2,6
São José do Rio Preto	11	8,7	0	0,0	3,5
Campinas	10	7,9	2	4,4	15,1
Marília	9	7,1	2	4,4	2,3
Registro	7	5,5	4	8,9	0,7
Araçatuba	7	5,5	2	4,4	1,8
Ribeirão Preto	5	3,9	4	8,9	3,0
São José dos Campos	3	2,4	2	4,4	5,5
São Paulo	3	2,4	1	2,2	47,7
Barretos	2	1,6	1	2,2	1,0
Franca	2	1,6	1	2,2	1,7
Central	1	0,8	0	0,0	2,3
Santos	1	0,8	0	0,0	4,0
Estado São Paulo	127	100,0	45	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

O Mapa 2 apresenta a distribuição espacial da modalidade Formação de Estoque na conformação do espaço agrícola do estado de São Paulo.

Comparando-se os mapas 1 e 2, percebe-se maior concentração da modalidade Formação de Estoque nas regiões administrativas de Presidente Prudente - dos seus 53 municípios, 10 (19,0%) estão vinculados à essa modalidade; Sorocaba - dos 79 municípios da região, 11 municípios (14,0%) estão vinculados, exatamente aqueles mais ao sul da região e; Registro - dos seus 14 municípios, 5 (36,0%) foram contemplados com Formação de Estoque. Nestas três regiões encontram-se 26 dos 45 municípios paulistas contemplados com a Compra com Doação Simultânea. Há poucos municípios nas regiões mais industrializadas do estado contemplados com Formação de Estoque. Por exemplo, na região de Campinas, apenas 2 (1,80%) de seus 90 municípios recebem essa modalidade de PAA. Fica nítido que as regiões mais pobres, com menor PIB per capita vêm sendo mais atendidas pela modalidade Formação de Estoque.

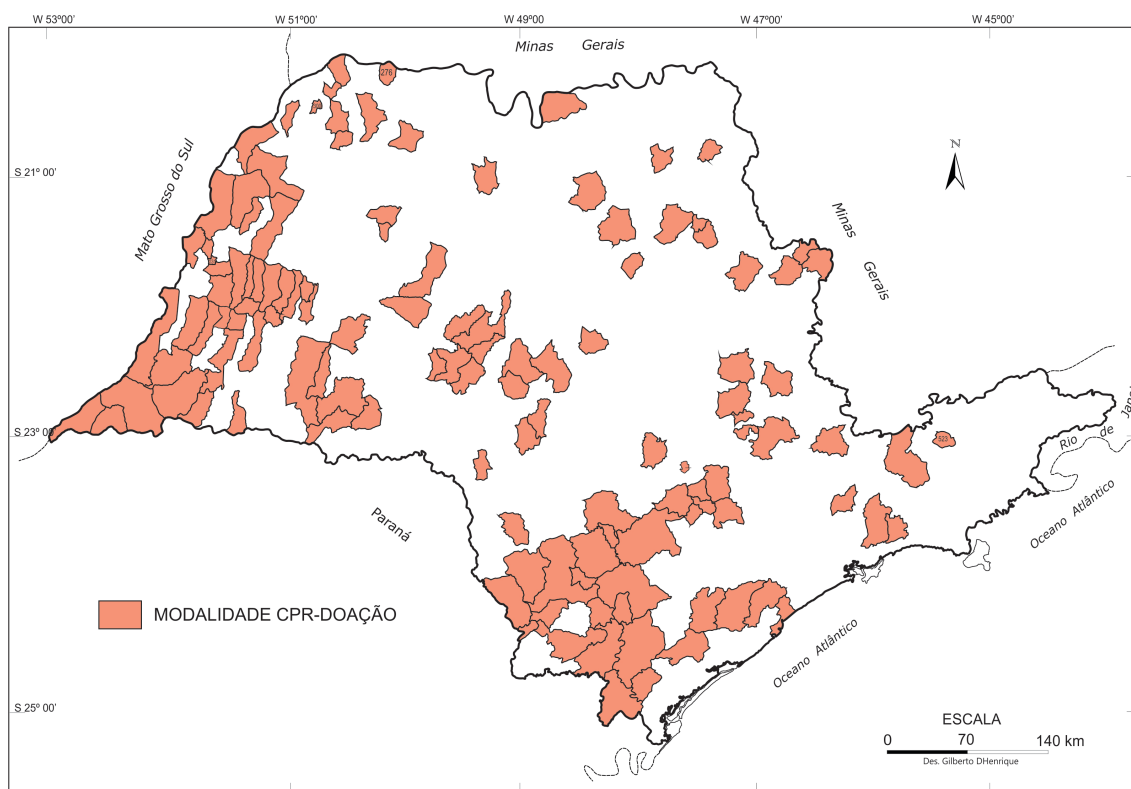


MAPA 2 – Municípios Vinculados a Modalidade Formação de Estoque São Paulo (2012).
Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

Em relação a execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, o Mapa 3 mostra a sua conformação no espaço agrícola do estado de São Paulo.

As regiões administrativas que possuem maior expressividade na modalidade Compra com Doação Simultânea são: Presidente Prudente - 31 (58,4%) de seus municípios são contemplados com essa modalidade; Registro - sete ou metade de seus municípios são beneficiados; Sorocaba - dos seus 79 municípios, 24 (30,0%) participam da modalidade; Bauru - 11 (28,0%) de seus 39 municípios são contemplados; Marília - dos 51 municípios 12 (24,0%) estão vinculados as ações da modalidade; Araçatuba - dos 43 municípios 8 (19,0%) foram contemplados e; São José do Rio Preto - dos 96 municípios, 12 (13,0%) estão vinculados a modalidade Compra com Doação Simultânea.

Levando em conta que a Compra com Doação Simultânea, além do efeito na renda do agricultor, procura contemplar, imediatamente, pessoas em insegurança alimentar, para quem são encaminhadas as doações de alimentos, a distribuição dessa modalidade no estado, em 2012, se mostrou corretamente vinculada àquelas regiões mais pobres do Estado, como o são Registro, Presidente Prudente e a parte sul de Sorocaba.



MAPA 3 – Municípios Vinculados a Modalidade Compra com Doação Simultânea São Paulo (2012).

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

4.4 REFORMA AGRÁRIA E PAA

Outra variável concernente ao PAA é sua relação com os assentamentos localizados no estado de São Paulo. O PAA proporciona a comercialização de produtos oriundos dos assentamentos e atua na geração de renda, podendo significar avanço na estruturação e no regaste da autoestima do assentado, do respeito próprio perante uma sociedade contraditória, cujas tradições e modos de vidas nem sempre confluem com a realidade vivida por estes sujeitos.

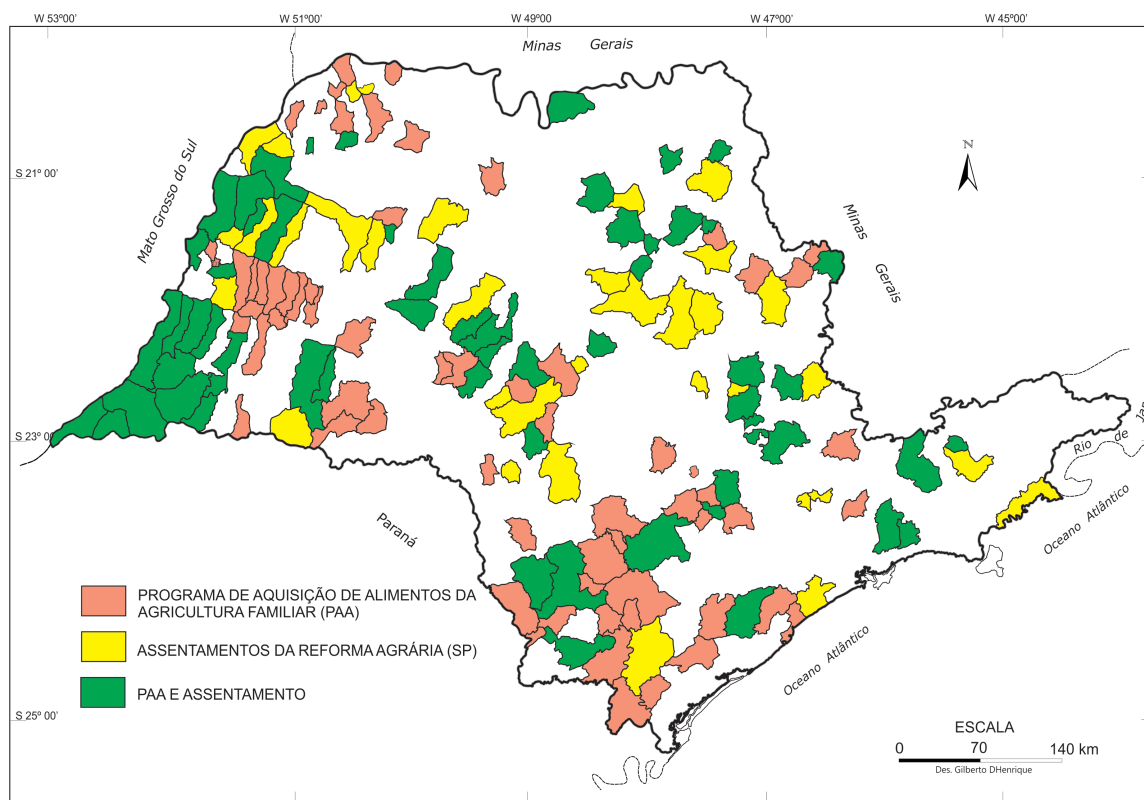
Dos 17.920 estabelecimentos da agricultura familiar vinculados ao PAA no estado de São Paulo em 2012, 9.052 (51,0 %) são agricultores familiares e 8.577 (48,0%) assentados da reforma agrária. As demais categoria enquadradas no PAA (agroextrativista, pescador, quilombola e atingidos por barragens) representam 291 beneficiados (1,0%).

No caso da modalidade Formação de Estoque, a participação dos assentados de reforma agrária é mais alta, na casa dos 59%. Já na Compra com Doação Simultânea, 54,0% são agricultores familiares, 44,0% assentados da reforma agrária e 2,0% quilombolas, pescadores, agroextrativistas e moradores atingidos por barragens.

É bom se dizer que dos 151.015 estabelecimentos de agricultura familiar em São Paulo levantados pelo Censo Agropecuário de 2006, apenas 6.228 se declararam como sendo assentados de reforma agrária, ou seja, apenas 4,1% do total (BRASIL, 2009).

De forma geral, os assentamentos rurais têm, em seu dia-a-dia, a necessidade de superar as imposições do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2012), as limitações do acesso ao crédito rural, solo improdutivo e baixa infraestrutura. Portanto, o PAA auxilia na mediação para inserir agricultores vulneráveis aos meios de comercialização.

O Mapa 4 foi construído com informações obtidas junto à Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Regional São Paulo. Em 96 (15,0%) dos municípios do estado existem assentamentos de reforma agrária, administrados por uma das duas instituições. Em alguns municípios existem mais de um assentamento⁶.



Mapa 4 – Distribuição Espacial PAA e Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo (2012).

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

Dos municípios com assentamentos, em 61 deles ou 64,0% também aparecem ações do PAA em 2012. Dos 549 municípios paulistas sem assentamentos, em 66 ou 12,0% tinham

⁶ A relação completa dos assentamentos existentes no estado de São Paulo, com sua localização e outras informações podem ser visualizada nos Apêndices C e D.

PAA. Esses dados e os anteriores dessa subseção indicam forte relação entre assentamentos e execução do PAA.

O Mapa 4 aponta que no chamado Pontal do Paranapanema, na região administrativa de Presidente Prudente, bem como na região de Araçatuba, especialmente em municípios como Andradina e Castilho, há forte concentração regional de assentamentos e de aplicação do PAA.

O fato dos assentados, em termos relativos, acessarem mais o PAA do que agricultores familiares já consolidados merece maior reflexão, à procura de suas razões. Pode-se supor que os assentados teriam maior nível de organização e maior capacidade de reivindicação, forjada nos anos de luta nos acampamentos e na conquista da reforma agrária. Outra possibilidade é que ocorre forte articulação entre as estruturas institucionais de reforma agrária, especialmente o INCRA, e a CONAB/SP, com suas superintendências procurando atender, em grande parte, o mesmo público com seus programas.

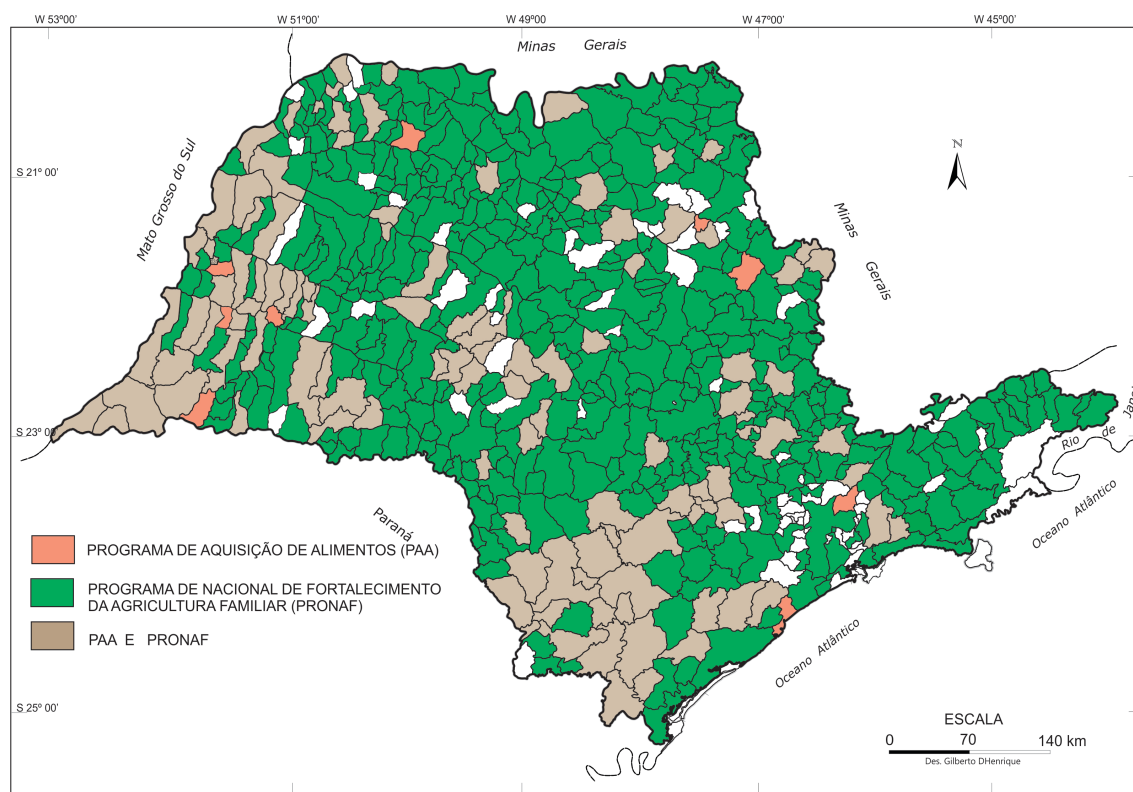
Ao mesmo tempo, sabe-se que as condições médias de vida dos assentados são mais precárias do que as dos agricultores familiares, justificando que eles sejam mais contemplados relativamente com o PAA. Até é possível supor que, como o PAA garante, nas condições paulistas, um relativamente baixo valor monetário para cada contemplado, os agricultores familiares teriam menos interesse em acessar o Programa.

4.5 PRONAF E PAA

Outra variável considerada foi a relação entre as ações do PAA e as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Mapa 5 permite observar que a grande maioria dos municípios paulistas possui agricultores que acessam o PRONAF.

Dos 645 municípios do estado de São Paulo, 597 (93,0%) estão vinculados ao PRONAF e 48 (7,0%) não fazem parte. Daqueles 597 municípios, em 120 (20,0%) seus agricultores também se utilizam do PAA. Dos 48 que não acessam o PRONAF, 7 ou 14,6% acessam o PAA.

O grande alcance do PRONAF no Estado guarda relação com o fato de que esse Programa já tem quase 20 anos vem, especialmente a partir de 2003, apresentando trajetória de constante crescimento em suas dotações e de estar estruturado em diferentes modalidades, contemplando agricultores familiares de diferentes realidades sociais, desde os assentados até agricultores familiares bastante tecnificados e fortemente vinculados aos mercados agropecuários.



Mapa 5 - Relação PAA e PRONAF (2012).

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Companhia Nacional de Abastecimento, (BRASIL, 2012).

No que diz respeito ao PAA, suas ações estão mais restritas à determinada parcela de agricultores familiares, sobretudo àqueles mais vulneráveis como, por exemplo, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativista e atingidos por barragens.

A Tabela 8, ainda que não enfaticamente, não demonstra uma relação entre acesso ao PRONAF e ao PAA, pelo contrário. Parece que há uma substituição entre os dois programas. Assim, os municípios em que até 10,0% de seus agricultores familiares acessam o PRONAF representam 27,1% de todos municípios com acesso ao PRONAF e 45,0% com acesso ao PAA. Já os municípios em que mais de 40,0% de seus agricultores acessam o PRONAF, são registrados 18,1% dos contratos de PRONAF no Estado e 11,0% dos contratos de PAA.

Tal fato parece indicar que o PAA, na realidade paulista, vem cumprindo com um dos intentos inicialmente anunciados. Qual seja, de complementar as ações dirigidas anteriormente à agricultura familiar, em especial o PRONAF, na medida em que consegue atingir agricultores mais empobrecidos, com dificuldade de acesso ao programa de crédito. Diferentemente do PAA, o PRONAF sofre restrições do sistema bancário, com sua lógica financeira, e apresenta execução mais complexa.

Tabela 8 – Distribuição do PRONAF e PAA em grupos de municípios de acordo com o percentual de agricultores familiares que acessam o PRONAF, São Paulo, 2012.

Faixas de Municípios (%)	Contratos de Pronaf		Existência do PAA	
	Número	Porcentual	Número	Porcentual
0,01 - 10,00	162	27,1	57	45,0
10,1 - 20,00	168	28,1	25	20,2
20,1 - 30,00	93	15,6	15	12,3
30,1 - 40,00	66	11,1	7	11,6
40,1 ou mais	108	18,1	23	11,0
Total	597	100,0	127	100,0

Fonte: Brasil, (2006); Brasil, (2012). Foram excluídos os municípios sem contratos do PRONAF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação, num primeiro momento, procurou retroceder a análise a um período relativamente longo da história agrícola brasileira, buscando compreender os processos pertinentes a modernização da agricultura e o “papel” atribuído à agricultura familiar, assessorio ou secundário ao modo de produção capitalista. Entre 1960-1990 acentuaram-se as desigualdades no espaço agrícola brasileiro.

O Estado brasileiro procurou implementar suas ações em espaços com determinada hierarquia de fluxos materiais (rodovias, ferrovias e hidrovias) e de fluxos imateriais (informação e capital financeiro). Selecionou os espaços onde houvesse maior aceitação da sociedade aos meio técnicos-científicos-informacionais (SANTOS, 1996). As ações do Estado concentraram-se na região Centro-Sul, privilegiando grandes e médios agricultores e alguns tipos de produtos, em especial os de exportação.

A partir de 1996 essa orientação sofre pequena reversão, ou melhor, se ameniza, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Posteriormente, em 2003, institui-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e em 2009, desponta o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Assim, a partir do meado da década de 1990, inicia-se processo de construção de políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

O PAA, objeto de estudo dessa dissertação, obteve avanços significativos entre 2003 e 2012 no que diz respeito ao número de recursos aplicados, quantidade de alimentos e número agricultores familiares atendidos no Brasil. A região mais beneficiada, aos moldes do PRONAF, continuou sendo a Sul, embora o Nordeste apresentasse crescimento expressivo quanto aos recursos e agricultores beneficiados.

Entre as modalidades do PAA operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a Formação de Estoque, que normalmente é concedida com intermediação de associações ou cooperativas de agricultores, vem se revelando mais presente na região Sul. Já a Compra com Doação Simultânea, vinculada à suplementação alimentar de pessoas próximas ou em estado de desnutrição, revela forte presença no Nordeste, inclusive com o desenvolvimento de uma modalidade específica, o PAA Leite, destinada à região do Semiárido, incluindo o norte de Minas Gerais.

Pode-se considerar que diferentes perfis de agricultores familiares estão inseridos no PAA, o que é condizente com as disparidades regionais brasileiras. Também tem se conseguido incluir mais de duas centenas de produtos nas compras públicas via PAA, alguns

com fortes características regionais, como o umbu no Nordeste e doces artesanais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outra característica importante a ser destacada é o fato de os preços serem fixados previamente, não sendo possível os agricultores familiares ofertarem preços mais baixos nas chamadas públicas para compra de seus produtos. Além de garantir melhor remuneração aos agricultores beneficiados, o PAA acaba por estimular que atravessadores aumentem os preços que pagam aos agricultores familiares em mercados tradicionais.

Em relação a execução do PAA pela CONAB/SP no estado de São Paulo, pode-se perceber que o Estado tem sido relativamente mais contemplado que o conjunto de outros estados e o Distrito Federal, recebendo porcentual de recursos e número de contratos do PAA acima da participação da agricultura familiar paulista na agricultura familiar do Brasil. Dos 645 municípios paulistas, o PAA estava presente em 128 (19,8%) em 2012. A modalidade Formação de Estoque aparecia em 45 municípios e a Compra com Doação Simultânea em 127.

Ressalta-se que o PAA apresenta maior expressividade em municípios com maior importância relativa de agricultores familiares. Também tende a se dirigir, com maior intensidade, para as regiões administrativas de São Paulo menos industrializadas e com menor renda per capita. Lugares que têm agricultores mais pobres e maior número de pessoas em insegurança alimentar.

Os municípios com assentamentos e os assentados de reforma agrária são bem mais contemplados com o PAA do que, respectivamente, os municípios sem assentamentos e os agricultores familiares já consolidados. Parece haver uma combinação de esforços institucionais envolvendo as superintendências regionais paulistas do INCRA e da CONAB.

Embora, neste caso, os dados não sejam tão explícitos, parece que o PAA serve como um substituto ao PRONAF, sendo que ao contrário deste Programa, o PAA atende mais fortemente agricultores mais empobrecidos e com maiores dificuldades de acesso ao sistema financeiro. Em São Paulo, a impressão que fica é que o PRONAF se organiza melhor com agricultores estruturados economicamente, enquanto o PAA fica circunscrito aos agricultores mais vulneráveis.

Levando-se em conta as intenções expressas formalmente na criação do PAA, em especial aquela de procurar atender os agricultores familiares com menor renda, as análises dessa dissertação apontam que a mesma vem sendo cumprida no caso do estado de São Paulo, embora os recursos do Programa e o número de agricultores familiares ainda seja reduzido em relação ao seu público potencial.

Muitas vezes, representantes de agricultores propugnam pelo aumento do limite por agricultor do PAA, que atualmente está na casa de R\$ 8.000,00/ano. Isso deve merecer muita reflexão, não se esquecendo que tal atitude pode contribuir para atrair agricultores mais capitalizados, reduzindo o espaço dos mais pobres junto ao PAA.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 55-66, jan./abr. 2005.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Convênio FIPE/IPEA 07/97 (Textos para Discussão Nº 641), Brasília, abril de 1999.

ALMEIDA, A. M. de. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos**. 2014. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Aplicada, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ALVES, F. D.; PICCOLI NETO, D. O legado teórico-metodológico de Karl Ritter: contribuições para a sistematização da geografia. **Geouerj**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p.48-63, set. 2009.

ARAÚJO, F. C. de. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 323-48, maio/ago. 1983.

BACCARIN, J. G. et al. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Alcance e Dificuldades para Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. In: Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia rural, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: Sober, 2011. p. 1 - 20.

BACCARIN, J. G. Sistema de produção agropecuário brasileiro: características e evolução recente. São Paulo: Cultura Acadêmica, Universidade Estadual Paulista, Pró Reitoria de Graduação, 2011. 2ª. Edição.

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; SILVA, D. B. P. Uso da área nos estabelecimentos agropecuários face à expansão da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, de 1990 a 2010. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 52., 2014, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Brasília: SOBER, 2014. Disponível em < <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.4>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BEVILAQUA, K.; TRICHES, R. M. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO (SBSP), 10., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais eletrônicos...* Pelotas: SBSP, 2014. Disponível em: < [http://sbspanais.com.br/uploads/artigos/Resumo%20\(113\).pdf](http://sbspanais.com.br/uploads/artigos/Resumo%20(113).pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BEZERRA, O M P A. *et al.* Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 335-342, mai./jun. 2013.

BRASIL, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**: O Brasil Redescoberto. Brasília, jan. 2000.

BRASIL. **Balanco de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 2003 a 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

BRASIL. Banco Central. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>. Acesso em 24 abr. 2015.

BRASIL. Banco Central. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em: 4 jul. 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): ações da em 2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_43_47_sumario_paa_2003.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/fde877dd13477274c476a900cda5ab27..pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos Ações da Conab em 2005**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/71b22e18728f04f71f61b7827f590e91..pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultados das ações da Conab em 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ff6e9beb3d6f8181faae46d008f337b7..pdf>>. Acesso em: 3 jan 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultados das ações da Conab em 2007**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/4c0b014f5022de1cecfe5cf496fab14e..pdf>>. Acesso em: 5 jan 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultado das ações da Conab em 2008**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9329dc5ff538da846134ef7f8f9aefca..pdf>>. Acesso em: 7 jan 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultado das ações da Conab em 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/bfce0ba335863effe2482532a820c32c..pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos: resultados da Conab em 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>

ov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_04_05_16_19_56_sumario_executivo_2010..pdf>.
Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos:** resultados das ações da Conab em 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_42_24_sumario_paa_2011.pdf>.
Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos:** resultados das ações da Conab em 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_02_07_08_31_25_sumario_executivo_07_02_13.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** resultado das ações da Conab em 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_03_23_15_42_31_sumario_executivo_12.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de Junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF, e dá outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 de junho de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 4 de julho de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília 24 de julho de 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em 4 de julho de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA. **Mais Alimentos – Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009.** (Cartilha de Divulgação), Brasília: MDA, 2008. 24 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013.** Disponível em: <www.mda.gov.br/plano-safra>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA/SAF. **Programas:** Pronaf. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.** 2013. Disponível em: <www.mda.gov.br/plano-safra>. Acesso em: 13 de março de 2014.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p.70-82, abr. 1997.

CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs). **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. 104 p.

DAVID, C. de.; Corrêa, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira: de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p.23-43, jun. 2002.

DELGADO, G. C. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In: _____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985, p. 19-39. (Coleção América Latina).

DELGADO, N. G. **O papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília, DF: CONDRAF, 2009. (Texto para Discussão).

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 49-66.

FAO. Constituição (2014). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Um retrato multidimensional. Brasília, jan. 2014.

FURSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, V.8, n. 1, p. 139-54, 1987.

GOODMANM, D. E., SORJ B., WILKINSON, K. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, outubro./ dezembro. 1985.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. da. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul**. 113. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2013. 20 p.

GRISA, C. Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Departamento CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/dissertacoes-e-teses/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

GROSSI, M. E. del.; SILVA, J. G. da. **Novo Rural**: uma abordagem ilustrada. 2. ed. Londrina: Gráfica e Editora do Norte, 2002. 49 p.

HERÉDIA, V. A imigração europeia no século passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 94, n. 10, p.1-10, ago. 2001.

HESPANHOL, R. A. de M.; Perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de presidente prudente. 2000. 254 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Departamento de Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2000.

IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2009**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 2 de julho de 2014.

KAGEYAMA, A. A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. P. 113-224.

KEPPLE, Anne W.. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Brasília: FAO, 2014. 90 p. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LACOMBE, P. **L’agriculture à la recherche de ses futurs**. Paris: L’Aube/Datar, 2002.

LAMARCHE, H. **A agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. 336 p.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. **Rurais**, Campinas, v. 8, n. 1, p.63-89, mar. 2014.

MUSSUQUETTI, A.; SOUZA, O. T. de; ALVIM, Leonardo. Instrumentos de Política Agrícola e Mudanças Institucionais. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Sober, 2010. p. 1-20.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização " em rede "**. São Paulo: Unesp, 2000. 178 p.

MELO, N. A. de. Do Complexo Rural à Modernização Agrícola Brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no Norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, jun. 2011.

MONTEIRO, C. A. et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(11):2039-2049, nov. 2010.

MATTEI, L. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, jan-mar. 2007

MULLER, C. C. Conflitos intragovernamentais e a formação de políticas de preços agrícolas no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 685-708, 1988. Disponível em: < <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/957/896> >. Acesso em: 12 fev. 2014.

NEGRI NETO, C.; PAULO J.; MOREIRA, I. R. de O. **DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA E REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO: HISTÓRICO, SEMELHANÇA, DIFERENÇA**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1993. 44 p. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0693.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015

PEDROSO, I. L. B. Ambiente, Agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município de Rio Verde no sudoeste de Goiás. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 6, n. 6, p.1-10, jun. 2006.

PEREIRA, R. L.; OLIVEIRA, J. O.; DENISE, B. P. da. Evolução dos recursos e distribuição geográfica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil entre 1999 e 2012. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), XXII., 2014, Natal. **Anais...** . Natal: ENGA, 2014. P. 342-351.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2012. 377 p.

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 119, n. 3, p.511-531, jun. 2010.

SEBRAE. **Cartilha de acesso ao Pronaf**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 13 de março de 2014.

SERRA, J. C. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 2, n. 6, p.5-45, abr. 1982.

SILVA DIAS, A. F. (Ed.) As chuvas de novembro de 2008 em Santa Catarina: um estudo de caso visando à melhoria do monitoramento e da previsão de eventos externos. Nota Técnica do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, sobre os acontecimento catastróficos de 2008 no estado de Santa Catarina. São José dos campos – SP, 2009.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar: Um estudo a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2006.

SILVA, S. P.; FILHO, E. A. Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: Um Estudo para o Médio Jequitinhonha – MG. **Revista Econômica do Nordeste**, Salvador, v. 40, n. 3, p. 481-498, julho-setembro, 2009.

SOARES, F. V. *et al.* **Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE**. Brasília: IPC/WFP, 2013.

SOUZA, P. M. de.; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p.1-6, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402011000300005>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S. O debate brasileiro sobre pluratividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2008. p. 1 - 21.

STOFFEL, J. Agricultura Familiar nos estados da região sul: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. **Pucrs**, Porto

Alegre, v. 1, n. 1, p.1 20, fev. 2015. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa15/Agricultura_Familiar_nos_Estados_da_Regiao_Sul_do_Brasil Caracterizacao_a_partir_do_Censo_Agropecuario_de_2006.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica de intransigência. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 10-27, jan./jun. 2015.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, Rio de Janeiro, Ano.20, v. 1, p. 66 - 106, abr. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – EXECUÇÃO MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA, SÃO PAULO, 2012.⁷

Município	Entidade Prepotente	Fornecedores I	Fornecedores E	Categoria F/R/Q/P/T/B	Produtos	KG	Valor Total (R\$)
Adamantina	2	149	34	F 183	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	534.838,00	774.089,50
					Grãos e Cereais	29.610,00	
					Bebida Láctea	34.835,00	
Americana	1	11	2	F 13	Hortaliças, Frutas, tubérculos e Verduras (Orgânico)	22.854,00	54.575,19
Andradina	2	44	224	F 2, R 268	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	271.398,00	1.133.636,80
					Bebida Láctea	204.968,00	
					Grãos e Cereais	8.750,00	
					Farináceos	1.500,00	
Angatuba	1	24	0	F 24	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	77.915,00	101.520,00
					Ovos e Carnes	350,00	
					Polpa de Frutas	1.250,00	
Apiai	4	208	3	F 211	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	620.589,00	922.950,00
					Farináceos	900,00	
					Grãos e Cereais	10.900,00	
					Mel	3.845,00	
Araras	1	126	86	F 194, R 18	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	584.309,00	896.760,00
					Grãos e Cereais	15.000,00	
					Mel	32.500,00	
					Ovos e Carnes	14.000,00	
Aspásia	1	23	3	F 26	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	87.725,00	109.980,00
					Grãos e Cereais	1.205,00	
Assis	1	76	67	F 141, R 2	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	447.916,00	600.660,00
					Grãos e Cereais	31.717,00	
					Ovos e Carnes	800	
Barra do Turvo	3	181	0	F 26, Q 155	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	416.733,00	800.863,04
					Hortaliças, Frutas, Tubérculos e Verduras (Orgânico)	172.895,00	
					Grãos e Cereais	7.130,00	
Bauru	1	78	0	R 78	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	235.513,00	329.940,00
					Grãos e Cereais	4.961,00	
					Ovos e Carnes	2.430,00	
Bebedouro	2	62	78	F 130, R 10	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	341.174,00	625.435,00
					Polpa de Frutas	5.625,00	
					Doces	4.090,00	
					Mel	2.250,00	

⁷ I – Internos. E – Externos. F – Agricultor Familiar. R – Assentado de Reforma Agrária. Q – Quilombola. P – Pescador. T – Agroextrativistas. B – Agricultor Atingido por Barragem.

					Sucos	45.932,00	
Bernardinho de Campos	1	65	35	F 100	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	199.940,00	450.000,00
					Grãos e Cereais	66.000,00	
					Doces	2.000,00	
					Mel	1.005,00	
Biritiba-Mirim	1	81	1	F 44, R 38	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	287.174,00	346.860,00
					Grãos e Cereais	21.000,00	
Bocaina	2	26	0	R 26	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	80.732,00	109.980,00
					Grãos e Cereais	7.000,00	
Boituva	1	45	41	F 86	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	247.667,00	363.693,00
					Grãos e Cereais	22.206,00	
					Ovos e Carnes	3.987,00	
					Leite e Derivados	76.331,00	
Bom Sucesso de Itararé	1	22	7	F 29	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	80.112,00	122.670,00
					Grãos e Cereais	2.115,00	
Borebi	2	24	5	F 1, R 28	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	117.626,00	176.670,00
					Grãos e Cereais	12.145,00	
					Ovos e Carnes	400	
					Mel	300	
Bragança Palista	1	0	27	R 27	Hortaliças, Frutas, tuberculos e Verduras (Orgânico)	47.628,00	129.600,00
					Ovos e Carnes (Orgânico)	13.779,99	
Brejo Alegre	1	59	15	F 29, R 45	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	263.223,00	317.245,66
					Grãos e Cereais	7.000,00	
Buri	1	17	0	F 17	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	50.150,00	76.500,00
					Grãos e Cereais	10.000,00	
Buritama	1	5	0	F 5	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	16.961,00	21.146,80
Caconde	1	53	1	F 54	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	175.481,00	228.420,71
					Grãos e Cereais	1043	
					Ovos e Carnes	360	
					Doces	796	
Caiuá	4	114	2	F 13, R 100, B 2	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	149.598,01	490.680,00
					Grãos e Cereais (orgânico)	1302	
					Grãos e Cereais	16.027,00	
					Ovos e Carnes	10.880,00	
					Polpa de Frutas	50	
					Farináceos	100	
Cajati	1	33	0	F 33	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	98.290,00	148.500,00
Campina do Monte Alegre	2	125	93	F 202, R 16	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	620.842,00	947.790,00
					Grãos e Cereais	110.433,00	
Campinas	1	0	75	F 1, R 74	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	270.635,00	322.492,29
					Grãos e Cereais	6.348,00	
Capão Bonito	10	309	129	F 322, R 9, Q 107	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	1.035.845,00	1.837.798,24

					Grãos e Cereais	95.729,00	
					Ovos e Carnes	700	
					Mel	15.343,00	
Capela do Alto	1	41	28	F 66, R 3	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	243.929,00	291.839,97
Catilho	5	109	2	F 8, R 103	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	291.233,00	471.420,00
					Grãos e Cereais	11.865,00	
					Ovos e Carnes	5.900,00	
Colômbia	3	41	0	R 41	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	143.603,00	176.400,00
					Grãos e Cereais	3.061,00	
Dracena	1	80	1	F81	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	275.440,00	342.605,36
Eldorado	2	56	0	Q 56	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	80.000,00	251.999,82
					Banana (Orgânica)	153.846,00	
Emilianópolis	1	9	0	F3, R 6	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	34.452,00	38.065,86
Euclides da Cunha Paulista	9	194	7	F 89, R 115	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	675.759,00	873.717,98
					Grãos e Cereais	102.433,00	
					Farináceos	24.957,00	
					Ovos e Carnes	400	
Fernandópolis	1	29	53	F82	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	287.674,00	355.498,72
Flora Rica	1	25	5	F30	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	146.709,00	125.995,02
Flórida Paulista	1	25	0	F25	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	99.402,00	105.267,70
					Grãos e Cereais	2.100,00	
Gália	1	8	0	R8	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	28.082,00	36.000,00
Garça	1	13	0	F13	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	41.354,00	54.989,40
Getulina	2	33	0	F 1, R 32	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	101.591,00	139.590,00
					Grãos e Cereais	7.569,00	
Guapiara	4	211	149	F 359, R 3	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	836.587,00	1.609.044,67
					Grãos e Cereais	30.260,00	
					Ovos e Carnes	17.100,00	
					Farináceos	12.500,00	
					Mel	8.380,00	
Guarantã	4	147	19	F 80, R 86	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	402.670,00	705.150,00
					Grãos e Cereais	43.931,00	
Guarulhos	1	22	65	F 86, P 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	243.080,00	392.471,28
					Carnes e ovos	8.433,00	
					Mel	1.501,00	
					Pescado	726,00	
Iaras	3	200	15	F 54, R 161	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	532.499,00	909.472,95
					Grãos e Cereais	23.034,00	
					Ovos e Carnes	13.216,00	
					Doces	3.800,00	
Ilha Solteira	4	103	2	R 105	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	313.562,00	476.932,50

					Grãos e Cereais	36.887,00	
					Ovos e Carnes	15.000,00	
Iperó	9	137	134	F 89, R 182	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	864.877,00	1.152.237,88
					Grãos e Cerais	120.427,00	
Iporanga	1	11	18	F23, R4,Q2	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	82.440,00	122.670,00
					Grãos e Cereais	655,00	
Itaberá	3	189	68	F 20, R 237	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	842.679,00	1.110.383,48
					Grãos e Cerais	33.100,00	
					Ovos e Carnes	900	
					Farináceos	1.380,00	
Itapetininga	1	37	0	R37	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	63.499,00	156.510,00
					Grãos e Cereais	35.715,00	
					Farináceos	701,00	
Itapeva	7	106	295	F 354, R 12, Q 34, T 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	1.519.412,00	1.705.950,00
					Grãos e Cerais	62.681,00	
Itararé	2	205	4	F 184, R 25	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	643.369,00	895.787,94
					Grãos e Cerais	44.376,00	
					Mel	3.500,00	
					Leite e Derivados	14.363,00	
Jaboticabal	1	21	0	R21	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	66.135,00	88.830,00
					Grãos e Cereais	3.200,00	
Jales	1	12	23	F35	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	112.800,00	149.688,00
João Ramalho	1	14	0	F7, R7	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	43.465,00	59.220,00
Junqueirópolis	1	46	2	F48	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	31.304,00	207.357,60
					Mel	720,00	
					Polpa de Frutas	40.926,00	
Juquiá	1	116	32	F148	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	437.837,00	626.040,00
					Mel	2.300,00	
					Pescado	3.400,00	
Limeira	1	36	1	R37	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	118.276,00	160.740,00
					Grãos e Cereais	4.102,00	
Lins	2	53	22	F 75	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	226.876,00	317.250,00
					Grãos e Cerais	6.000,00	
Lucélia	1	29	4	F33	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	114.959,00	139.573,11
Marabá Paulista	2	49	0	F 1, R 48	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	166.189,00	207.270,00
					Grãos e Cerais	7.994,00	
					Polpa de Frutas	56,00	
					Ovos e Carnes	85	

Maracai	1	42	1	F43	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	120.885,00	181.890,00
					Grãos e Cereais	650,00	
					Carnes e ovos	749,00	
Mariópolis	1	35	1	F36	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	122.103,00	152.277,24
					Grãos e Cereais	6.071,00	
					Carnes e ovos	2.250,00	
Miracatu	2	157	5	F 162	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	685.670,00	685.260,00
					Grãos e Cerais	9.000,00	
Mira Estrela	1	13	2	F15	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	48.433,00	63.450,00
					Mel	705,00	
Mirandópolis	3	123	116	F 80, R 159, P 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	868.391,00	1.010.969,20
					Grãos e Cerais	1.050,00	
					Ovos e Carnes	2.496,00	
Mirante do Paranapanema	26	575	49	F 13, R 611	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	1.799.181,00	2.649.680,14
					Grãos e Cerais	216.680,00	
					Ovos e Carnes	57.007,00	
					Farináceos	82.369,00	
					Polpa de Frutas	720	
Mogi das Cruzes	1	13	0	F 12, R 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	31.639,00	54.990,00
Moji Mirim	1	52	25	F 13, R 64	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	225.437,00	325.710,00
				F 2, R 34	Grãos e Cereais	2.789,00	
Motuca	2	33	3		Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	121.677,00	152.280,00
					Grãos e Cerais	8.215,00	
Muringa do Sul	2	47	2	F 4, R 45	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	144.512,00	207.270,00
					Grãos e Cerais	6.603,00	
Narandiba	2	25	0	F 19, R 6	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	80.976,00	105.526,70
					Grãos e Cerais	13.740,00	
Nova Campina	1	95	0	F 90, R 5	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	409.916,00	401.827,20
					Grãos e Cereais	8.460,00	
Nova Guataporanga	1	26	1	F 27	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	114.183,00	114.463,08
Orlândia	1	14	0	F 14	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	48.836,00	63.000,00
Osvaldo Cruz	1	63	6	F 69	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	288.079,00	291.870,00
Ouroeste	1	7	0	F 7	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	26.570,00	29.610,00
Pacaembu	1	107	2	F 100, R 7	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	419.613,00	490.500,00
Paraguaçu Paulista	2	58	1	F 55, P 4	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	165.510,00	255.780,00
Paranapuã	1	17	0	F 17	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	70.055,00	71.904,44
Paulicéia	2				Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	212.717,00	308.788,00
Pederneiras	1	8	33	R 41	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	137.969,00	173.430,00
Pedro de Toledo	1	15	1	F 16	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	61.700,00	67.680,00
Pereira Barreto	6	128	4	F 12, R 119, T 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	442.236,00	560.250,00
					Grãos e Cereais	35.628,00	
Peruibe	2	33	53	F 76, P 10	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	201.117,00	363.780,00

					Grãos e Cerais	755	
					Mel (Orgânico)	12.800,00	
Piquerobi	1	34	3	F 11, R 26	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	145.722,00	156.507,18
					Grãos e Cereais	1.844,00	
					Carnes e ovos	1.032,00	
					Polpa de Frutas	299,00	
Pirajuí	1	5	0	F 1, R 4	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	15.575,00	21.150,00
					Grãos e Cereais	648,00	
Piratinunga	1	24	0	R 24	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	72.333,00	101.520,00
Pontalinda	1	13	0	F 13	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	48.100,00	54.990,00
Populina	1	22	11	F 19, R 14	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	108.682,00	139.587,32
					Grãos e Cereais	2.026,00	
Porto Feliz	2	79	5	F 64, R 20	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras		355.216,00
					Grãos e Cereais	2.301,00	
Pradópolis	2	30	5	F 2, R 33	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	108.288,00	152.100,00
					Grãos e Cerais	19.980,00	
Presidente Alves	3	53	23	F 45, R 31	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	235.430,00	326.610,00
					Grãos e Cereais	9.135,00	
Presidente Bernardes	3	55	2	R 57	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	215.124,00	241.110,00
					Grãos e Cereais	7.794,00	
					Farináceos	1.000,00	
Presidente Epitácio	7	253	7	F 45, R 214, P 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	837.611,00	1.099.792,24
					Grãos e Cereais	21.273,00	
					Ovos e Carnes	3.269,00	
Presidente Prudente	4	77	19	F 85, R 9, T 2	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	284.579,00	385.240,86
					Grãos e Cereais	12.760,00	
Presidente Venceslau	6	198	10	F 33, R 175	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	690.927,00	879.829,96
					Grãos e Cereais	19.390,00	
					Ovos e Carnes	1.639,00	
Promissão	13	665	43	F 280, R 427, T 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	2.205.734,00	3.197.160,00
					Grãos e Cereais	110.846,00	
					Ovos e Carnes	11.400,00	
Rancharia	3	45	2	F 1, R 46	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	25.197,00	198.527,00
					Leite e Derivados	100.000,00	
					Doces	750	
Regsitro	5	59	180	F 237, R 1, Q 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	809.792,00	1.010.897,00
Restinga	9	147	48	F 69, R 126	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	744.570,00	826.643,58
					Grãos e Cerais	42.735,00	
					Farináceos	2.488,00	
Ribeirão Grande	1	58	1	F 59	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	139.181,00	249.570,00
					Grãos e Cereais	26.964,00	
Ribeirão Preto	10	335	1	F 36, R 300	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	1.192.222,00	1.430.054,15

					Grãos e Cerais	68.922,00	
Rosana	5	132	7	F 1, R 138	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	446.313,00	632.968,33
					Grãos e Cerais	3.321,00	
					Ovos e Carnes	132,00	
					Polpa de Frutas	4.400,00	
					Leite e Derivados	268	
					Farináceos	1.562,00	
Salmourão	1	11	1	F 12	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	40.045,00	54.000,00
					Grãos e Cerais	4.000,00	
Sandovalina	5	108	215	F 6, R 315, P 2	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	1.339.942,00	1.372.768,95
					Grãos e Cerais	21.048,00	
					Ovos e Carnes	30.000,00	
					Doces	6.500,00	
Santa Fé do Sul	2	22	13	F 6, R 29	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	145.205,00	148.050,00
					Grãos e Cerais	940	
Santo Anastácio	1	37	10	F 47	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	138.186,00	198.766,13
					Grãos e Cerais	32.470,00	
					Carnes e ovos	4.788,00	
São João do Pau D'Alho	1	28	0	F 27, P 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	95.586,00	118.424,65
					Mel	705,00	
					Carnes e ovos	1.626,00	
					Pescado	3.204,00	
São José do Rio Pardo	1	81	10	F 91	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	333.494,00	384.930,00
São José do Rio Preto	1	23	15	F 38	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	114.839,00	160.740,00
					Grãos e Cerais	1.500,00	
São José dos Campos	1	24	3	F 27	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	98.121,00	114.210,00
Serra Azul	1	0	24	R 24	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	70.684,00	101.520,00
					Grãos e Cerais	3.200,00	
Serrana	3	58	1	R 59	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	171.314,00	249.569,96
					Grãos e Cerais	13.879,00	
					Farináceos	1.200,00	
Sorocaba	3	163	139	F 301, R 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	876.815,00	1.277.459,35
					Grãos e Cerais	33.330,00	
					Farináceos	200	
					Mel	16.666,00	
Sumaré	1	177	0	R 177	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	575.869,00	752.940,00
Tambaú	2	46	30	F 76	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	306.734,00	321.480,00
					Grãos e Cerais	2.700,00	
					Ovos e Carnes	6.700,00	
Tapiratiba	2	138	59	197	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	620.783,00	864.900,00
					Grãos e Cerais	40.360,00	
Taquarituba	1	25	0	F 25	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	59.331,00	105.786,36

					Grãos e Cereais	6.960,00	
Taquarivaí	1	225	0	F 225	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	790.480,00	951.750,00
					Grãos e Cereais	45.000,00	
Tatui	1	29	1	F 30	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	115.889,00	126.900,00
Teodoro Sampaio	6	184	27	R 210, T 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	631.894,00	904.134,90
					Grãos e Cereais	65.745,00	
					Farináceos	4.500,00	
					Ovos e Carnes	30.098,00	
Tietê	1	8	0	R 8	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	33.784,00	35.210,80
Tremembé	3	80	3	F 6, R 77	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	298.029,00	351.069,76
					Grãos e Cereais	27.595,00	
Tupã	1	58	12	F 70	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	267.784,00	296.100,00
					Leite e Derivados	15.383,00	
					Grãos e Cereais	2.114,00	
					Mel	705,00	
Tupi Paulista	3	108	1	F 79, R 30	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	305.081,00	461.059,61
					Grãos e Cereais	3.859,00	
					Ovos e Carnes	4.077,00	
Vera Cruz	1	11	1	F 12	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	36.617,00	54.000,00
Votuporanga	2	69	153	F 217, R 4, T 1	Hortaliças, frutas, Tubérculos e Verduras	686.625,00	938.954,50
					Grãos e Cereais	23.265,00	
					Mel	11.985,00	
					Ovos e Carnes	3.252,00	

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados Brasil, (2012).

APÊNDICE B – EXECUÇÃO MODALIDADE FORMAÇÃO DE ESTOQUE, SÃO PAULO, 2012.

Município	Entidade Prepotente	Fornecedores I	Fornecedores E	Categoria F/R/Q/P/T/B	Produtos	KG	Valor Total (R\$)
Adamantina	1	32	6	F 38	Polpa de Acerola	50.666,00	303.999,00
					Polpa de Maracujá	50.667,00	
Andradina	2	104	202	F 38, R 268	Leite UHT Integral	476.444,00	1.757.599,00
					Queijo Mussarela	150.000,00	
Apiai	1	61	4	F 2, R 63	Feijão Tipo 1	21.666,00	64.998,00
Bebedouro	1	10	136	F 145, R1	Suco Natural de Laranja	243.333,00	1.167.998,40
Borebi	1	19	4	R 23	Feijão Tipo 1	15.754,00	23.000,84
Bragança Paulista	1	0	6	F 6	Doce de Banana	900	27.000,00
					Polpa de Frutas (congelada)	4.500,00	
Caiuá	1	11	0	F 1, R 10	Feijão Tipo 1	3.666,00	10.998,00
Capão Bonito	1	149	10	F 159	Feijão Tipo 1	423.666,00	1.270.998,00
Capela do Alto	1	41	28	F 66, R 3	Feijão Tipo 1	47.261,00	69.001,06
Dracena	1	25	1	F 26	Doce de Leite	11.632,00	207.976,00
					Polpa de Acerola	36.000,00	
Euclides da Cunha Paulista	3	84	1	F 28, R 57	Feijão Tipo 1	14.666,00	451.994,60
					Farinha de Mandioca	185.453,00	
Getulina	2	37	0	F 36, R1	Feijão Tipo 1	10.999,00	32.997,00
Guapiara	1	8	27	F 34, R 1	Milho em Grãos	978.156,00	244.539,00
Guarantã	1	67	0	F 30, R 37	Feijão (Empacotado)	65.670,00	197.010,00
Guarulhos	1	15	57	F 72	Feijão Tipo 1	191.953,00	575.859,00
Iaras	1	37	13	F 35, R 15	Feijão Tipo 1	34.247,00	50.000,62
Iperó	6	151	77	F 85, R 143	Feijão Tipo 1	149.317,00	218.002,82
Itaberá	4	188	42	F 20, R 210	Feijão Tipo 1	613.853,00	1.817.826,06
Itapetininga	1	37	0	R 37	Feijão Tipo 1	12.333,00	36.999,00
Itapeva	2	87	94	F 172, R8	Feijão Tipo 1	243.330,00	389.990,00
					Polpa de Frutas Orgânico (a)	2.840,00	
Jaboticabal	1	21	0	R 21	Feijão Tipo 1	7.000,00	21.000,00
João Ramalho	1	14		F 7, R 7	Feijão Tipo 1	4.666,00	13.998,00
Juquiá	1	115	30	F 145	Doce de Banana	338.140,00	1.014.420,00
Mirante do Paranapanema	4	112	9	F 2, R 119	Feijão Tipo 1	43.665,00	130.995,00
Mogi Das Cruzes	1	13	0	F 13	Feijão Tipo 1	4.333,00	12.999,00
Mogi Mirim	1	48	30	F 20, R 58	Feijão Tipo 1	25.666,00	76.998,00
Miracatu	1	50	0	F 50	Doce de Banana	133.333,00	399.999,00
Muritinga do Sul	2	42	0	F 1, R 41	Feijão Tipo 1	6.000,00	138.000,00
					Queijo Mussarela	20.000,00	
Paraguaçu Paulista	1	55	1	F 55, P 1	Feijão Tipo 1	38.457,00	50.001,22
Pirajuí	1	5	0	F 1, R 4	Feijão Tipo 1	1.666,00	4.998,00
Presidente Bernardes	1	65	2	R 67	Feijão Tipo 1	19.000,00	57.000,00

Presidente Epitácio	5	143	1	F 32, R 112	Feijão Tipo 1	46.331,00	138.993,00
Porto Feliz	2	77	4	F 63	Feijão Tipo 1	297.898,00	494.998,33
				R 18	Milho Grãos	240.269,00	
Promissão	11	620	41	F 223, R 437, T ₁	Feijão Tipo 1	432.964,00	1.614.792,00
					Milho em Grãos	864.000,00	
					Queijo Mussarela	16.650,00	
Rancharia	2	41	2	F 1, R 42	Feijão Tipo 1	14.333,00	42.999,00
Registro	1	9	97	F 105, Q 1	Banana Passa	32.616,00	212.004,00
Restinga	9	128	86	F 49, R 165	Feijão Tipo 1	103.335,00	336.877,56
					Feijão Tipo 2	33.000,00	
Registro	1	9	97	F 105, Q 1	Banana Passa	32.616,00	212.004,00
Ribeirão Preto	6	306	0	F 39, R 267	Feijão Tipo 1	174.563,00	419.680,44
					Feijão Tipo 2	38.000,00	
Sandovalina	1	108	256	F 8, R 358	Feijão Tipo 1	121.333,00	363.999,00
Sete Barras	1	15	26	R 41	Doce de Banana	58.666,00	175.998,00
Serra Azul	1		15	R 15	Feijão Tipo 1	16.000,00	48.000,00
Serrana	3	26	1	R 27	Feijão Tipo 1	36.332,00	108.996,00
Sorocaba	3	40	76	F 116	Mel de Abelha	200.000,00	400.000,00
					Feijão Tipo 1	40.050,00	
					Milho em Grãos	22.104,00	
Teodoro Sampaio	1	133	1	R 133	Feijão Tipo 1	44.666,00	133.998,00
Tramembé	1	21	0	F 3, R 18	Feijão Tipo 1	7.000,00	21.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados Brasil, (2012).

APÊNDICE C – ASSENTAMENTOS CADASTRADOS NO (ITESP), SÃO PAULO, 2012.

Nº	Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Nº de Lotes	Área Total (ha)
1	Andradina	Primavera	1981	Federal	210	3.676,74
2	Sumaré	Sumaré 1	fev/84	Estadual	26	237,58
3	E. da Cunha /Rosana	Gleba XV de Novembro	mar/84	Estadual	571	13.310,76
4	Itaberá	Pirituba II Área 2	mai/84	Estadual	56	1.341,20
5	Itapeva	Pirituba II Área 1	mai/84	Estadual	107	2.511,00
6	Araras	Araras 1	set/84	Estadual	6	82,73
7	Araras	Araras 2	set/84	Estadual	14	208,99
8	Promissão	Promissãozinha	out/84	Estadual	8	132,43
9	Motuca	Monte Alegre 1	mai/85	Estadual	49	726
10	Porto Feliz	Porto Feliz	jul/85	Estadual	83	1.092,66
11	Sumaré	Sumaré 2	ago/85	Estadual	39	179,59
12	Casa Branca	Casa Branca	set/85	Estadual	24	583
13	Motuca	Monte Alegre 2	out/85	Estadual	62	857,7
14	Araraquara	Monte Alegre 3	ago/86	Estadual	76	1.099,56
15	Motuca	Monte Alegre 4	ago/86	Estadual	49	679,35
16	Birigui	São José 1	nov/86	Federal	48	1.182,48
17	Itaberá	Pirituba II Área 3	dez/86	Estadual	73	2.142,33
18	Itapetininga	Capão Alto	mar/87	Estadual	18	485
19	Pereira Barreto	Esmeralda	jul/87	Federal	85	2.096,29
20	Guaraçai	Aroeira	ago/87	Federal	40	873,32
21	Promissão	Reunidas	out/87	Federal	629	17.138,26
22	Guaraçai	São José 2	dez/87	Federal	39	877,6
23	Turmalina/Populina	Santa Rita	dez/87	Federal	19	309,6
24	Avaré	Santa Adelaide	fev/88	Federal	23	701,97
25	Marabá Paulista	Areia Branca	fev/88	Federal	87	1.879,44
26	Teodoro Sampaio	Água Sumida	fev/88	Federal	121	4.210,64
27	Araraquara	Bela Vista do Chibarro	dez/89	Federal	176	3.455,16
28	Castilho	Rio Paraná	set/90	Federal	92	2.208,66
29	Euclides da Cunha	Santa Rita Pontal	nov/90	Estadual	51	805,37
30	Itapeva	Pirituba II Área 4	fev/91	Estadual	51	1.096,83
31	Motuca	Monte Alegre 5	out/91	Estadual	34	483,76
32	Euclides da Cunha	Tucano	nov/91	Estadual	35	664,83
33	Euclides da Cunha	Santa Rosa	mai/92	Estadual	65	865,67
34	Andradina	Timboré	set/92	Federal	176	3.364,71
35	Itaberá	Pirituba II Área 5	set/92	Estadual	39	807,71
36	Iperó	Ipanema	out/93	Federal	151	1.768,71
37	Mirante do Paranap.	Estrela D'Alva	jan/95	Estadual	31	784,5
38	Mirante do Paranap.	São Bento	jan/95	Estadual	182	5.190,50
39	Mirante do Paranap.	Che Guevara (Santa Clara)	jan/95	Estadual	46	976,45
40	Tremembé	Tremembé	mar/95	Federal	97	1.290,02

41	Martinópolis	Chico Castro Alves	dez/95	Federal	87	1.396,00
42	Martinópolis	Nova Vida (Rodeio)	dez/95	Federal	37	961,25
43	Mirante do Paranapanema.	Arco-Iris	dez/95	Estadual	105	2.606,79
44	Mirante do Paranapanema.	Canaã	dez/95	Estadual	55	1.223,74
45	Mirante do Paranapanema.	Flor Roxa	dez/95	Estadual	39	953,67
46	Mirante do Paranapanema.	Haroldina	dez/95	Estadual	71	1.964,89
47	Mirante do Paranapanema.	King Meat	dez/95	Estadual	46	1.134,50
48	Mirante do Paranapanema.	Santa Carmem	dez/95	Estadual	37	1.043,01
49	Mirante do Paranapanema.	Santa Cruz	dez/95	Estadual	17	294,03
50	Mirante do Paranapanema.	Santana	dez/95	Estadual	29	212
51	Pres. Venceslau	Primavera 1	abr/96	Estadual	82	2.027,90
52	Pres. Venceslau	Santa Maria	abr/96	Estadual	17	263,9
53	Itapeva	Pirituba II Área 6	jun/96	Estadual	52	108,57
54	Mirante do Paranap.	Lua Nova	jun/96	Estadual	17	375
55	Mirante do Paranap.	Novo Horizonte	jun/96	Estadual	57	1.540,59
56	Mirante do Paranap.	Pontal (Santa Rosa 2)	jun/96	Estadual	13	232
57	Mirante do Paranap.	Santa Cristina	jun/96	Estadual	35	837,9
58	Mirante do Paranap.	Santa Isabel 1	jun/96	Estadual	70	492
59	Mirante do Paranap.	Santa Lúcia	jun/96	Estadual	24	597,27
60	Mirante do Paranap.	Santa Rosa 1	jun/96	Estadual	24	692
61	Mirante do Paranap.	Santo Antonio 1	jun/96	Estadual	17	532
62	Mirante do Paranap.	Vale dos Sonhos	jun/96	Estadual	23	617,94
63	Mirante do Paranap.	Washington Luis	jun/96	Estadual	16	343,24
64	Piquerobi	São José da Lagoa	jun/96	Estadual	29	1.026,37
65	Pres. Venceslau	Primavera 2	jun/96	Estadual	43	1.081,93
66	Pres. Venceslau	Radar	jun/96	Estadual	29	548,24
67	Pres. Venceslau	Tupanciretã	jun/96	Estadual	78	2.861,62
68	Ribeirão dos Índios	Yapinary	jun/96	Estadual	40	852,52
69	Tupi Paulista	Santa Rita	jun/96	Estadual	31	749,56
70	Pres. Bernardes	Água Limpa 1	set/96	Estadual	31	956
71	Pres. Bernardes	Água Limpa 2	set/96	Estadual	26	789
72	Pres. Bernardes	Palu	set/96	Estadual	44	1.243,85
73	Pres. Bernardes	Santa Eudóxia	set/96	Estadual	6	167
74	Mirante do Paranap.	Santa Apolônia	dez/96	Estadual	104	2.657,74
75	Mirante do Paranap.	Alvorada	mar/97	Estadual	21	565,43
76	Piquerobi	Santo Antonio da Lagoa	mar/97	Estadual	29	968,03
77	Pres. Bernardes	Rodeio	mar/97	Estadual	65	1.861,39
78	Mirante do Paranap.	Marco II	abr/97	Estadual	9	242,96
79	Araraquara	Bueno de Andrada	mai/97	Estadual	31	472,41
80	Araraquara	Monte Alegre 6	mai/97	Estadual	88	1.253,94
81	Sandovalina	Bom Pastor	set/97	Estadual	130	2.628,39
82	Teodoro Sampaio	Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	set/97	Estadual	60	1.545,20
83	Euclides da Cunha	Porto Leticia	out/97	Estadual	36	707

84	Mirante do Paranap.	Nossa Senhora Aparecida	nov/97	Estadual	9	175,03
85	Teodoro Sampaio	Córrego Azul	nov/97	Estadual	9	226,71
86	Teodoro Sampaio	Cachoeira do Estreito	nov/97	Estadual	29	490,47
87	Teodoro Sampaio	Haidéia	nov/97	Estadual	27	868,26
88	Teodoro Sampaio	Santa Rita da Serra	nov/97	Estadual	40	837,43
89	Teodoro Sampaio	Santa Vitória	nov/97	Estadual	27	515,51
90	Teodoro Sampaio	Santo Antonio Coqueiros	nov/97	Estadual	23	485,29
91	Teodoro Sampaio	Vale Verde	nov/97	Estadual	50	1.010,75
92	Araras	Araras 3	dez/97	Estadual	46	367,87
93	Piquerobi	Santa Rita	dez/97	Estadual	26	600,96
94	Caiuá	Maturi	jan/98	Estadual	172	4.519,35
95	Pres. Bernardes	Florestan Fernandes (São Jorge)	ago/98	Estadual	55	1.116,61
96	Itapetininga	Monjolo (Carlos Lamarca)	ago/98	Federal	41	920,46
97	Bebedouro	Bebedouro (Reage Brasil)	set/98	Estadual	83	1.296,30
98	Caiuá	Santa Rita	set/98	Estadual	21	523,54
99	Cordeirópolis	Cordeirópolis	set/98	Estadual	21	261,76
100	Euclides da Cunha	Rancho Alto	set/98	Estadual	50	1.292,24
101	Euclides da Cunha	Rancho Grande	set/98	Estadual	101	2.447,09
102	Iperó	Bela Vista	set/98	Estadual	31	887,88
103	Ipeúna	Camaquã	set/98	Estadual	47	1.372,41
104	Jaboticabal	Córrego Rico	set/98	Estadual	47	468,08
105	Matão	Silvânia	set/98	Estadual	19	405,4
106	Mogi Mirim	Vergel	set/98	Estadual	90	1.217,81
107	Pitangueiras	Ibitiúva	set/98	Estadual	43	725,01
108	Pradópolis	Guarani	set/98	Estadual	274	4.190,22
109	Pres. Bernardes	Santo Antonio 2	set/98	Estadual	24	672,85
110	Restinga	Boa Sorte	set/98	Estadual	159	2.979,07
111	Rosana	Nova do Pontal	set/98	Estadual	123	2.786,90
112	Pres. Bernardes	Quatro Irmãs	out/98	Estadual	15	385,98
113	Rancharia	Nova Conquista	out/98	Federal	125	2.493,12
114	Teodoro Sampaio	Água Branca I	out/98	Estadual	29	630
115	Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	out/98	Estadual	18	462,03
116	Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Alcídia	out/98	Estadual	26	1.345,83
117	Teodoro Sampaio	Vô Tônico	out/98	Estadual	19	550,77
118	Rosana	Bonanza	nov/98	Estadual	31	574,79
119	Pres. Epitácio	Lagoinha	dez/98	Federal	150	3.552,00
120	Iaras	Zumbi dos Palmares	jan/99	Federal	52	1.413,00
121	Marabá Paulista	Santo Antonio	fev/99	Estadual	73	1.822,47
122	Teodoro Sampaio	Santa Zélia	mar/99	Estadual	104	2.730,35
123	Brejo Alegre	Salvador	jul/99	Federal	20	477
124	Muritinga do Sul	Orlando Molina	jul/99	Federal	77	1.529,00
125	Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Água Sumida	jul/99	Estadual	48	1.345,82
126	Colômbia	Formiga	set/99	Federal	61	1.053,00

127	Colômbia	Perdizes	set/99	Federal	36	1.519,29
128	Guarantã	Antonio Conselheiro II	set/99	Federal	151	2.797,00
129	Pirajui	Nossa Senhora Aparecida	out/99	Federal	7	166,93
130	Pres. Alves	São Francisco I (Cerrado)	out/99	Federal	28	805,24
131	Pres. Alves	São Francisco II (Bambu) Palmares	out/99	Federal	31	846,4
132	Teodoro Sampaio	Santa Cruz da Alcídia	01/00	Estadual	25	712,57
133	Euclides da Cunha	Nova Esperança	07/00	Federal	98	2.317,00
134	Mirante do Paranap.	Repouso (Santo Antonio II)	10/00	Estadual	21	515,05
135	Mirante do Paranap.	Antonio Conselheiro	11/00	Federal	65	1.078,58
136	Mirante do Paranap.	Paulo Freire	11/00	Federal	62	1.196,00
137	Sandovalina	Guarany	01/jan	Estadual	68	1335,02
138	Rancharia	São Pedro	03/jan	Federal	74	877
139	Pres. Eptácio	Engenho	10/jan	Federal	27	505
140	Pres. Eptácio	Porto Velho	10/jan	Federal	65	1.363,00
141	Caiuá	Santa Angelina	02/fev	Estadual	23	535,81
142	Caiuá	Vista Alegre	02/fev	Estadual	22	532,8
143	Euclides da Cunha	Guaná Mirim	02/fev	Estadual	34	812,13
144	Castilho	Anhumas	04/fev	Federal	63	1.350,86
145	São José dos Campos	Santa Rita (Nova Esperança I)	09/fev	Federal	64	446,92
146	Caiuá	Malu	03/mar	Estadual	24	477,11
147	Mirante do Paranap.	Roseli Nunes (Nhancá)	03/mar	Estadual	55	2.082,75
148	Teodoro Sampaio	Padre Josimo (São Pedro da Alcídia)	07/mar	Estadual	96	2.290,19
149	Caiuá	Luis Moraes Neto (São Francisco)	08/mar	Federal	72	1.713,09
150	Pres. Eptácio	São Paulo	08/mar	Estadual	76	1.855,28
151	Marabá Paulista	Nossa Senhora Aparecida	09/mar	Estadual	17	616,1
152	Teodoro Sampaio	Fusquinha (Recando do Porto X)	09/mar	Estadual	43	1.081,77
153	Teodoro Sampaio	Santa Edwiges	09/mar	Estadual	25	691,99
154	Franco da Rocha	São Roque	11/mar	Estadual	66	619,2
155	Marabá Paulista	Santo Antonio da Prata	04/abr	Estadual	32	813,57
156	Marabá Paulista	São Pedro	04/abr	Estadual	6	261,46
157	Araras	Araras 4	07/abr	Estadual	30	40,18
158	Itaberá	Pirituba II Área 7	07/abr	Estadual	8	42,53
159	Marabá Paulista	Santa Maria 2	09/abr	Estadual	40	2.703,00
160	Iaras	Nova Vida	11/abr	Estadual	19	299,98
161	Castilho	Terra Livre	01/mai	Federal	41	628,32
162	Castilho	São Joaquim	01/mai	Federal	41	606
163	Mirante do Paranap.	Santo Antonio (Pelegrini)	03/mai	Estadual	17	399,29
164	Rosana	Porto Maria	03/mai	Estadual	47	1.127,10
165	Teodoro Sampaio	Santo Expedito	11/mai	Estadual	30	662,85
166	Mirante do Paranap.	Santo Antonio II (Pelegrini)	12/mai	Estadual	7	118,71
167	Itaberá	Pirituba II João Moreira de Macedo	01/jun	Estadual	47	96,4
168	Andradina	Belo Monte (São Sebastião)	2002	Federal	74	1.534,48

Fonte: Elaborado pelo autor. Com dados do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP). 2012.

APÊNDICE D – ASSENTAMENTOS CADASTRADOS NO (INCRA), SÃO PAULO, 2012.

NOME PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA- ha	CRIAÇÃO	FASE DO PA
PA ZUMBI DOS PALMARES	ITAPURA	80	1116,5	30/12/2008	Assentamento Criado
PA ELDORADO DOS CARAJÁS	PEREIRA BARRETO	51	761,0452	08/03/2010	Assentamento Criado
PE HAROLDINA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	71	1964,89	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA AREIA BRANCA	MARABÁ PAULISTA	84	1879,4403	09/02/1988	Assentamento em Estruturação
PA ESMERALDA	MIRANDÓPOLIS	84	2104,1044	03/12/1987	Assentamento em Consolidação
PA SÃO PEDRO	RANCHARIA	73	1763,53	26/10/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTO ANTONIO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	14	517,99	19/10/2005	Assentamento Criado
PE SANTA ANGELINA	CAIUÁ	23	535,81	20/05/2003	Assentamento em Instalação
PE CAPÃO ALTO	ITAPETININGA	18	485	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE ÁGUA LIMPA II	PRESIDENTE BERNARDES	24	789	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PE SANTANA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	29	212	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA RITA	PIQUEROBI	26	600,96	10/09/1998	Assentamento em Instalação
PE MONTE ALEGRE IV	MOTUCA	49	679,35	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PE CORDEIROPOLIS	CORDEIRÓPOLIS	21	261,76	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE MARCO II	MIRANTE DO PARANAPANEMA	9	242,96	22/12/1997	Assentamento em Consolidação
PA SANTA MARIA DA LAGOA	ILHA SOLTEIRA	75	1210,6364	25/02/2005	Assentamento em Instalação
PA NOVA CANAÃ	DRACENA	36	468,3727	08/11/2013	Assentamento Criado
PE PORTO LETÍCIA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	36	707	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PA SANTO ANTONIO	PIRATININGA	26	883,7183	19/12/2001	Assentamento Criado
PE CHE GUEVARA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	46	976,45	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PE SANTA TEREZINHA ALCÍDIA	TEODORO SAMPAIO	26	1345,83	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA ZÉLIA	TEODORO SAMPAIO	101	2730,35	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	TEODORO SAMPAIO	48	1345,82	05/11/2001	Assentamento em Instalação
PE FLORESTAN FERNANDES	PRESIDENTE BERNARDES	54	1116,61	10/09/1998	Assentamento em Instalação
PE TREZE DE MAIO	ITABERÁ	21	75,2691	03/12/2012	Assentamento Criado
PE ARARAS I	ARARAS	6	82	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE ÁGUA LIMPA I	PRESIDENTE BERNARDES	31	956	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PE SANTO EXPEDITO	TEODORO SAMPAIO	37	662,85	15/03/2006	Assentamento Criado
PA LAGOINHA	PRESIDENTE EPITÁCIO	151	2105,5217	06/04/1998	Assentamento Criado
PA ENGENHO	CAIUÁ	29	480,1023	10/11/1998	Assentamento em Instalação
PE TUPANCIRETÁ	PRESIDENTE VENCESLAU	78	2861,62	12/11/1997	Assentamento em Instalação
PDS EMERG. COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS	AMERICANA	68	103,4505	11/07/2006	Assentamento Criado
PA COMUNIDADE AGRÁRIA NOVA SÃO CARLOS	SÃO CARLOS	81	1158,5	21/08/2009	Assentamento Criado
PE CASA BRANCA	CASA BRANCA	24	583	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SÃO JOSÉ I - GLEBA II	BREJO ALEGRE	2	48,7853	14/08/2008	Assentamento Criado
PE EMERGENCIAL PIRITUBA ÁREA VII	ITABERÁ	6	42,525	05/09/2005	Assentamento Criado
PE NOSSA SENHORA APARECIDA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	7	175,03	22/12/1997	Assentamento em Consolidação
PA NOVA VIDA	MARTINÓPOLIS	37	961,6227	10/07/1998	Assentamento em Consolidação
PA NOVA ESPERANÇA I	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	63	446,7	05/11/2001	Assentamento Criado
PA TIMBORÉ	CASTILHO	175	3379,824	23/06/1995	Assentamento em Consolidação
PE SÃO JOSÉ DA LAGOA	PIQUEROBI	29	1026,37	10/09/1998	Assentamento em Instalação
PE FUSQUINHA	TEODORO SAMPAIO	47	1081,7692	12/12/2003	Assentamento em Instalação
COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DA CAÇANDOCA	UBATUBA	51	890	22/11/2007	Assentamento Criado
PE BUENO DE ANDRADE	ARARAQUARA	30	472,41	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA MARIA	PRESIDENTE VENCESLAU	18	551	17/12/1999	Assentamento em Consolidação
PE SUMARÉ I	SUMARÉ	26	237	17/12/1999	Assentamento em Instalação

PA PALMARES	PRESIDENTE ALVES	30	838,0163	26/07/1999	Assentamento Criado
PA SÃO LUCAS	MIRANDÓPOLIS	68	1541,069	21/09/2007	Assentamento Criado
PA SANTA ISABEL	CASTILHO	68	1033,4851	17/09/2008	Assentamento Criado
PE SANTA ROSA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	62	865,67	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE MATURI	CAIUÁ	173	4519,35	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PE VÔ TONICO	TEODORO SAMPAIO	19	550,77	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PA ANHUMAS	CASTILHO	69	1348,5959	12/12/2001	Assentamento em Instalação
PE DOM TOMAS BALDUINO	SANDOVALINA	68	1334,28	04/12/2001	Assentamento em Instalação
PE SANTA MARIA	MARABÁ PAULISTA	40	1091,6071	25/11/2004	Assentamento em Instalação
PA AGUA SUMIDA	TEODORO SAMPAIO	117	4214,6087	10/05/1988	Assentamento Criado
PE ARARAS II	ARARAS	14	208,99	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA ORLANDIA	ORLÂNDIA	13	52,5506	17/11/2009	Assentamento Criado
PA FREI PEDRO	PEREIRA BARRETO	67	1871,5237	11/08/2010	Assentamento Criado
PA ITAPETI	MOJI DAS CRUZES	15	86,2063	10/04/1986	Assentamento Criado
PE BELA VISTA	IPERÓ	31	1034,96	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PA JOSUE DE CASTRO	ANDRADINA	51	773,2636	15/10/2009	Assentamento Criado
PE RANCHO ALTO	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	51	1292,24	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PE MARIO COVAS	SÃO SIMÃO	124	748,263	30/07/2012	Assentamento Criado
PA MOINHO	GUARAÇAI	22	487,8228	25/10/2013	Assentamento Criado
PE PRIMAVERA I	PRESIDENTE VENCESLAU	80	2179	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA LOIVA LURDES	AGUDOS	50	982,1428	10/02/2009	Assentamento Criado
PE SANTO ANTONIO II	MIRANTE DO PARANAPANEMA	7	118,7	15/03/2006	Assentamento Criado
PA HORTO AIMORES	BAURU	371	5262,127	28/06/2007	Assentamento Criado
PE SANTA APOLONIA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	104	2657,74	06/11/1997	Assentamento Criado
PE SANTA EDWIRGES	TEODORO SAMPAIO	25	684,9285	23/12/2003	Assentamento em Instalação
PE ALVORADA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	21	565,43	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PA GUARANY	PRADÓPOLIS	295	4190,22	27/12/2000	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA REGÊNCIA	PAULICÉIA	33	709,06	03/05/2002	Assentamento Criado
PA NOVA ESPERANÇA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	98	2028,7818	26/07/1999	Assentamento em Instalação
PA ZUMBI DOS PALMARES	IARAS	425	7767,1373	16/09/1998	Assentamento Criado
PA VITÓRIA	PIRAJUÍ	10	96,3032	21/08/2009	Assentamento Criado
PE SANTA RITA DO PONTAL	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	47	800	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SÃO JOSÉ I - GLEBA I	BIRIGUI	46	1134,929	09/02/1988	Assentamento em Consolidação
PE SANTA EUDÓXIA	PRESIDENTE BERNARDES	6	167	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PDS ASSENTAMENTO AGROAMBIENTAL ALVES, TEIXEIRA E PEREIRA	ELDORADO	59	3072,6781	02/08/2005	Assentamento Criado
PE PRIMAVERA II	PRESIDENTE VENCESLAU	43	895	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE PADRE JOSIMO	TEODORO SAMPAIO	96	2290,1929	23/12/2003	Assentamento em Instalação
PA MARGARIDA ALVES	MIRANTE DO PARANAPANEMA	89	1257,586	21/03/2006	Assentamento Criado
PA TERRA LIVRE	CASTILHO	41	628,3237	30/06/2003	Assentamento Criado
PE YAPINARV	PRESIDENTE VENCESLAU	39	852,52	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PDS SÃO LUIZ	CAJAMAR	31	123,0682	27/07/2006	Assentamento Criado
PE SANTA RITA	TUPI PAULISTA	31	749,5542	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PA ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTÃ	151	2905,5588	06/10/1998	Assentamento Criado
PA AUGUSTO BOAL	JOSÉ BONIFÁCIO	18	151,6534	23/10/2013	Assentamento Criado
PE PIRITUBA II ÁREA 4	ITAPEVA	50	1096,83	16/12/1999	Assentamento em Instalação
PE PORTO FELIZ	PORTO FELIZ	83	1092,66	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA LUIZ BELTRAME	GÁLIA	77	1285,2263	31/10/2013	Assentamento Criado
PE HAIDÉIA	TEODORO SAMPAIO	23	868,26	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PA MARGARIDA MARIA ALVES	GÁLIA	15	327,9462	20/06/2007	Assentamento Criado
PA ARAÇÁ	ARAÇATUBA	81	1351,0969	05/09/2008	Assentamento Criado
PA PIRAJUI	PIRAJUÍ	7	166,9286	05/11/2001	Assentamento Criado

PA ROSELY NUNES	ITAPURA	85	1172,6635	25/02/2005	Assentamento Criado
PE BONANZA	ROSANA	33	1144	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTO ANTONIO DA PRATA	MARABÁ PAULISTA	34	817,65	25/11/2004	Assentamento em Instalação
PE BOA SORTE	RESTINGA	154	2979,07	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SÃO RAPHAEL SANTANA	LAVÍNIA	0	735,3552	08/11/2013	Assentamento Criado
PA AROEIRA	GUARAÇÁI	40	873,3836	17/09/1987	Assentamento em Consolidação
PA CASULO CIO DA TERRA	CAMPINAS	12	1,2927	16/05/2011	Assentamento em Instalação
PE IBITIUVA	PITANGUEIRAS	43	725,01	27/12/2000	Assentamento em Instalação
PE NOSSA TERRA	BATATAIS	30	239,765	03/11/2008	Assentamento Criado
PE FLOR ROXA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	39	953,67	04/12/1997	Assentamento em Instalação
PE SÃO CAMILO	PRESIDENTE VENCESLAU	25	668,9341	27/05/2009	Assentamento Criado
PA MACUCO	TAUBATÉ	15	693,0873	08/11/2013	Assentamento Criado
PE SÃO PAULO	PRESIDENTE EPITÁCIO	75	1855,2811	25/11/2004	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA BOM JESUS I	OUROESTE	66	846,4499	04/07/2013	Assentamento Criado
PE ASA BRANCA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	21	72,7207	30/12/2008	Assentamento Criado
PE VALE DOS SONHOS	MIRANTE DO PARANAPANEMA	23	617,94	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PE VALE VERDE	TEODORO SAMPAIO	50	1010,75	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PE QUATRO IRMÃS	PRESIDENTE BERNARDES	15	385,98	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PA COMUNIDADE AGRÁRIA 2 DE JANEIRO	DESCALVADO	40	376,4435	21/08/2009	Assentamento Criado
PA CHICO CASTRO ALVES	MARTINÓPOLIS	85	1783,0512	24/04/1995	Assentamento em Consolidação
PA OLGA BENÁRIO	PEREIRA BARRETO	49	757,5762	18/09/2008	Assentamento Criado
PE LAUDENOR DE SOUZA	TEODORO SAMPAIO	67	1545,2	10/09/1998	Assentamento Criado
PA FAZENDA REUNIDAS	PROMISSÃO	622	17138,2614	09/02/1988	Assentamento Criado
PE SÃO ROQUE	FRANCO DA ROCHA	66	619,1992	06/08/2004	Assentamento em Instalação
PE NOSSA SENHORA APARECIDA	MARABÁ PAULISTA	17	616,1	15/03/2004	Assentamento em Instalação
PE ARARAS IV	ARARAS	30	40,178	15/03/2006	Assentamento Criado
PE CORREGO AZUL	TEODORO SAMPAIO	9	226,71	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PE VERGEL	MOJI-MIRIM	89	1217,81	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE RADAR	PRESIDENTE VENCESLAU	28	548,24	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA VISTA GRANDE	MIRACATU	0	2469,4	25/10/2010	Assentamento Criado
PE MONTE ALEGRE III	ARARAQUARA	79	1099,56	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PE TUCANO	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	33	664	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA DONA CARMEM	MIRANTE DO PARANAPANEMA	180	1216,1251	18/09/2008	Assentamento em Instalação
PDS EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA	JOÃO RAMALHO	28	54,69	15/12/2006	Assentamento Criado
PA SÃO JOSÉ II	GUARAÇÁI	39	877,6062	09/02/1988	Assentamento Criado
PE SANTA CARMEM	MIRANTE DO PARANAPANEMA	37	1043,01	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA CARLOS LAMARCA	ITAPETININGA	46	883,3	10/11/1998	Assentamento em Estruturação
PA ANTONIO CONSELHEIRO II	MIRANTE DO PARANAPANEMA	65	1078,6625	26/07/1999	Assentamento em Estruturação
PA HUGO SILVEIRA HERÉDIA	ARAÇATUBA	59	963,4175	11/07/2006	Assentamento Criado
PDS AGROECOLÓGICO HUGO MAZZILLI	CACONDE	20	135,5369	18/09/2008	Assentamento Criado
PE SANTA CRISTINA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	35	837,9	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	ANDRADINA	74	1588,3108	22/04/2002	Assentamento em Instalação
PDS RIBEIRÃO DO PIO	MIRACATU	13	406,1	24/11/2006	Assentamento Criado
PE PIRITUBA II ÁREA 2	ITAPEVA	56	1341,2	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA TEREZA	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	45	1318,1689	24/06/2009	Assentamento Criado
PA FORMIGA	COLÔMBIA	59	1063,397	10/11/1998	Assentamento Criado
PE RANCHO GRANDE	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	101	2447,09	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PA SÃO JOAQUIM	CASTILHO	46	606	30/06/2003	Assentamento em Instalação
PE SÃO BENTO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	182	5190,5	08/04/1998	Assentamento em Instalação

PA GUARANY	PRADÓPOLIS	0	4190,22	27/12/2000	Assentamento em Instalação
PA PADRE JOSIMO	APARECIDA D'OESTE	44	611,7448	26/02/2014	Assentamento Criado
PDS ELIZABETH TEIXEIRA	LIMEIRA	104	602,8676	19/09/2008	Assentamento Criado
PE SANTA VITÓRIA	TEODORO SAMPAIO	27	492,61	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PA ESPERANÇA DE LUZ	CASTILHO	70	996,2609	18/06/2009	Assentamento Criado
PE SANTA RITA DA SERRA	TEODORO SAMPAIO	40	837,43	08/04/1997	Assentamento em Instalação
PA BRASÍLIA PAULISTA	CABRÁLIA PAULISTA	100	1863,4	21/08/2009	Assentamento Criado
PA ANTONIO LAFAIETE DE OLIVEIRA	GÁLIA	20	345,334	21/12/2004	Assentamento Criado
PA PRIMAVERA II	MIRANDÓPOLIS	105	1866,5817	27/07/2006	Assentamento Criado
PA MARACY	AGUDOS	48	1003,3173	20/06/2007	Assentamento Criado
PE NOSSA SENHORA DAS GRACAS	PRESIDENTE VENCESLAU	66	1544,6615	19/05/2010	Assentamento Criado
PDS MANOEL NETO	TAUBATÉ	43	378,9082	29/11/2005	Assentamento em Instalação
PE SANTO ANTONIO I	MIRANTE DO PARANAPANEMA	0	399,287	15/03/2006	Assentamento Criado
PE VISTA ALEGRE	CAIUÁ	22	532,8	20/05/2003	Assentamento em Instalação
PE CAMAQUA	IPÊUNA	47	1372,41	27/12/2000	Assentamento em Instalação
PE GLEBA XV	ROSANA	570	13310,76	14/12/1999	Assentamento Criado
PE FAZENDA BURITIS	PAULICÉIA	54	2209,5002	04/12/2001	Assentamento em Instalação
PE NOVA VIDA	IARAS	19	299,9802	17/05/2005	Assentamento Criado
PA TREMEMBÉ	TREMOMBÉ	90	1290,0235	24/04/1995	Assentamento em Estruturação
PE SANTO ANTONIO DA LAGOA	PIQUEROBI	29	968,03	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PA UNIAO DA VITORIA	SUZANÁPOLIS	152	2906,3104	15/08/2005	Assentamento Criado
PE ROSELI NUNES	MIRANTE DO PARANAPANEMA	55	2082,7519	11/03/2004	Assentamento em Instalação
PE SANTA RITA	CAIUÁ	20	523,54	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SANTA RITA	TURMALINA	36	1074,22	03/12/1987	Assentamento em Consolidação
PA DANDARA	PROMISSÃO	187	2882,1348	08/11/2004	Assentamento em Estruturação
PE SANTO ANTONIO II	PRESIDENTE BERNARDES	24	672,85	10/09/1998	Assentamento em Instalação
PA PORTO VELHO	PRESIDENTE EPITÁCIO	84	1492,8845	10/11/1998	Assentamento em Instalação
PA SÃO FRANCISCO II	PRESIDENTE ALVES	27	805,2384	05/11/2001	Assentamento Criado
PA RIO PARANÁ	CASTILHO	91	2208,6817	03/09/1991	Assentamento em Consolidação
PE SANTA IZABEL	MIRANTE DO PARANAPANEMA	47	492	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SIMON BOLIVAR	GETULINA	37	768,3825	21/09/2007	Assentamento Criado
PE KING MEAT	MIRANTE DO PARANAPANEMA	46	1134,5	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA IPANEMA	IPERÓ	145	1712	14/12/1995	Assentamento Criado
PDS OLGA BENÁRIO	TREMOMBÉ	52	692,122	19/12/2005	Assentamento em Instalação
PDS EMERGENCIAL BOM JESUS	IEPÊ	34	68,3	15/12/2006	Assentamento Criado
PA NOSSA SENHORA APARECIDA II	CASTILHO	72	976,4563	10/12/2004	Assentamento em Instalação
PA CORREGO RICO	JABOTICABAL	47	468	04/10/2001	Assentamento em Instalação
PE ARCO ÍRIS	MIRANTE DO PARANAPANEMA	105	2606,79	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA CORREGO RICO	JABOTICABAL	0	467,1842	04/10/2001	Assentamento em Instalação
PA FORTALEZA	BOCAINA	29	268,5488	13/03/2006	Assentamento Criado
PA FLORESTAN FERNANDES	MIRANDÓPOLIS	210	2868,1571	25/04/2013	Assentamento Criado
PE NOVO HORIZONTE	MIRANTE DO PARANAPANEMA	57	1540,59	06/11/1997	Assentamento em Consolidação
PE REAGE BRASIL	BEBEDOURO	83	1296,3	27/12/2000	Assentamento em Instalação
PA CACHOEIRA	ITAPURA	65	997,0805	29/10/2007	Assentamento Criado
PA TERRA É VIDA	PEREIRA BARRETO	39	543,4582	07/01/2004	Assentamento em Instalação
PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	APIAÍ	78	7767,22	27/07/2006	Assentamento Criado
PE ZILDA ARNS	TEODORO SAMPAIO	9	679,7546	17/11/2011	Assentamento Criado
PE SANTO ANTONIO	MARABÁ PAULISTA	73	1822,47	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PDS COMUNIDADE AGRARIA 21 DE DEZEMBRO	DESCALVADO	17	256,3979	16/10/2006	Assentamento Criado
PE HORTO SILVANIA	MATÃO	19	405,4	03/03/2000	Assentamento em Instalação

PE MALÚ	CAIUÁ	24	477,11	23/12/2003	Assentamento em Instalação
PE PORTO MARIA	ROSANA	41	1064,9773	30/12/2008	Assentamento Criado
PE ARARAS III	ARARAS	46	367,87	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE PIRITUBA II ÁREA I	ITAPEVA	108	2511	16/12/1999	Assentamento em Instalação
PE CANAÃ	MIRANTE DO PARANAPANEMA	55	1223,74	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PE PIRITUBA II ÁREA 6	ITABERÁ	39	126,13	16/12/1999	Assentamento em Instalação
PDS DA BARRA	RIBEIRÃO PRETO	473	1549,4838	20/06/2007	Assentamento Criado
PA ORLANDO MOLINA	MURUTINGA DO SUL	77	1511,9005	10/11/1998	Assentamento em Instalação
PA UNIAO	GUARANI D'OESTE	59	1014,354	08/11/2013	Assentamento Criado
PE LUA NOVA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	17	375	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PE SUMARÉ II	SUMARÉ	39	327,84	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA CHICO MENDES	ARAÇATUBA	267	4512,7	30/12/2008	Assentamento Criado
PE ESTÂNCIA PALU	PRESIDENTE BERNARDES	43	1243,85	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA LUIS MORAES NETO	CAIUÁ	105	1721,3737	11/09/2002	Assentamento Criado
PA CELSO FURTADO	CASTILHO	179	2427,7659	09/12/2005	Assentamento em Instalação
PA NOVA CONQUISTA	RANCHARIA	104	2501,6672	21/01/1997	Assentamento em Instalação
PE PIRITUBA II JOÃO MOREIRA DE MACEDO	ITABERÁ	45	96,401	06/04/2006	Assentamento Criado
PA ARIZONA	ANDRADINA	46	635,0441	28/06/2006	Assentamento Criado
PE SALTINHO	ARARAS	5	18,346	01/11/2012	Assentamento Criado
PA PENDENGO	CASTILHO	200	4139,6163	06/10/2009	Assentamento Criado
PE PROMISSÃOZINHA	PROMISSÃO	8	132,43	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PE BOM PASTOR	SANDOVALINA	130	2682,39	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PA CAFEZÓPOLIS	CAFELÂNDIA	3	21,1524	23/06/2004	Assentamento em Instalação
PE ALCÍDIA DA GATA	TEODORO SAMPAIO	19	458,55	04/10/1999	Assentamento em Instalação
PA CAFEIRA	CASTILHO	125	1959,7754	08/10/2007	Assentamento Criado
PA SÍTIO CASA GRANDE	BIRITIBA-MIRIM	36	359,6609	15/12/2006	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA PASTO DO PLANALTO	GUARANTÃ	27	679,3699	19/12/2001	Assentamento Criado
PE WASHINGTON LUIS	MIRANTE DO PARANAPANEMA	16	343,24	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PA SALVADOR	BREJO ALEGRE	20	477,2482	26/07/1999	Assentamento em Consolidação
PDS SEPE TIARAJU	SERRANA	79	797,7495	20/09/2004	Assentamento em Instalação
PE MONTE ALEGRE VI	ARARAQUARA	96	1253,94	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PE FAZENDA SANTO ANTONIO	CAIUÁ	49	1945,85	04/12/2001	Assentamento em Instalação
PE ÁGUA BRANCA I	TEODORO SAMPAIO	29	629,88	04/10/1999	Assentamento em Estruturação
PE GUANA MIRIM	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	35	812,136	20/05/2003	Assentamento em Instalação
PA Pousada Alegre	NOVA INDEPENDÊNCIA	60	929,7252	02/08/2005	Assentamento Criado
PA PAULO FREIRE	MIRANTE DO PARANAPANEMA	61	1295,2187	24/11/1998	Assentamento em Estruturação
PE REPOUSO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	21	515,0516	20/05/2003	Assentamento em Instalação
PDS COMUNIDADE AGRÁRIA AURORA	DESCALVADO	75	533,3591	10/11/2008	Assentamento Criado
PDS SANTA HELENA	SÃO CARLOS	14	98,8306	27/12/2005	Assentamento Criado
PA FAZENDA PRIMAVERA	ANDRADINA	280	9595,1042	22/06/1981	Assentamento Consolidado
PDS AGROECOLÓGICO	ITANHAÉM	5	153,2656	04/12/2007	Assentamento Criado
PE SANTA CRUZ	MIRANTE DO PARANAPANEMA	17	408	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA FAZENDA SANTO ANTONIO	PAULICÉIA	30	332,3584	03/05/2002	Assentamento Criado
PE PIRITUBA II ÁREA 5	ITABERÁ	39	807,71	16/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SANTA CRISTINA	MURUTINGA DO SUL	56	986,3465	17/04/2006	Assentamento Criado
PE SANTA ROSA II	MIRANTE DO PARANAPANEMA	13	766	17/12/1999	Assentamento em Instalação
PA 23 DE MAIO	ITAPETININGA	46	515,5115	04/12/2007	Assentamento Criado
PE SANTO ANTONIO I	MIRANTE DO PARANAPANEMA	18	515,05	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PE CACHOEIRO DO ESTREITO	TEODORO SAMPAIO	30	490,47	10/09/1998	Assentamento em Instalação
PA PERDIZES	COLÔMBIA	35	1506,1739	10/11/1998	Assentamento Criado
PE MONTE ALEGRE II	MOTUCA	62	857,7	14/12/1999	Assentamento em Instalação

PE SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	TEODORO SAMPAIO	25	704,75	05/11/2001	Assentamento em Instalação
PA RANCHAO	PONTALINDA	30	504,2332	22/10/2013	Assentamento Criado
PE NOVA PONTAL	ROSANA	122	2786,9	10/12/1999	Assentamento em Instalação
PE MONTE ALEGRE V	MOTUCA	33	483,76	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PE SANTA LÚCIA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	24	597,27	22/12/1997	Assentamento em Instalação
PE RODEIO	PRESIDENTE BERNARDES	64	1861,39	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PE SANTA ROSA I	MIRANTE DO PARANAPANEMA	24	692	06/11/1997	Assentamento em Instalação
PE PIRITUBA II ÁREA 3	ITABERÁ	73	2142,33	16/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SANTA ADELAIDE	AVARÉ	32	701,9714	16/03/1988	Assentamento Criado
PE FAZENDA LAGOINHA	PRESIDENTE EPITÁCIO	26	634,15	15/04/2002	Assentamento em Instalação
PDS FAZENDA VARGEM DO RIO JUNDIAI	MOJI DAS CRUZES	38	133,3491	08/02/2012	Assentamento Criado
PE MONTE ALEGRE I	MOTUCA	49	726	14/12/1999	Assentamento em Instalação
PA SANTA LUZIA	GUARAÇAI	69	1077,4928	18/05/2009	Assentamento Criado
PA ESTRELA DA ILHA	ILHA SOLTEIRA	210	2855,886	25/02/2005	Assentamento Criado
PA NOVA VILA	GUARAÇAI	56	866,7704	13/01/2005	Assentamento Criado
PA BELA VISTA DO CHIBARRO	ARARAQUARA	203	3427,451	24/07/1990	Assentamento Criado
PE SANTO ANTONIO DOS COQUEIROS	TEODORO SAMPAIO	22	367,09	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PE SÃO PEDRO	MARABÁ PAULISTA	8	254,1	01/11/2005	Assentamento Criado
PE ESTRELA DALVA	MIRANTE DO PARANAPANEMA	30	784,4	08/04/1998	Assentamento em Instalação
PA DOIS IRMÃOS	MURUTINGA DO SUL	124	1867,362	19/12/2005	Assentamento em Instalação
PA UNIAO DE TODOS	PAULISTÂNIA	37	487,9809	24/12/2014	Assentamento Criado
PA ROSA LUXEMBURG	AGUDOS	84	1522,2403	24/12/2014	Assentamento Criado
PDS SANTO ANGELO	MOJI DAS CRUZES	284	532,2719	24/12/2014	Assentamento Criado

Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor. Com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2012.